

Índice**1. Responsáveis pelo formulário**

1.0 - Identificação

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

3. Informações financeiras selecionadas

3.1 - Informações financeiras

3.2 - Medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.7 - Nível de endividamento

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

3.9 - Outras informações relevantes

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.7 - Outras contingências relevantes

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.3 - Descrição controles internos

5.4 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.5 - Outras informações relevantes

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

6.3 - Breve histórico

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Outras informações relevantes

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 - Políticas socioambientais

7.9 - Outras informações relevantes

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.4 - Outras informações relevantes

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

9.2 - Outras informações relevantes

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 - Plano de negócios

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

12.7 / 12.8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.13 - Outras informações relevantes

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.16 - Outras informações relevantes

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.5 - Outras informações relevantes

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária

15.3 - Distribuição de capital

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

15.8 - Outras informações relevantes

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.4 - Outras Informações Relevantes

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social

17.2 - Aumentos do capital social

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

17.5 - Outras informações relevantes

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.8 - Descrição de títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.12 - Outras informações relevantes

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição dos planos de recompra de ações do emissor

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

19.4 - Outras informações relevantes

20. Política de negociação

20.1 - Descrição das política de negociação de valores mobiliários

20.2 - Outras informações relevantes

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.4 - Outras informações relevantes

1.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Jardel Massari

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Kleber Cesar Silveira Gomes

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

- a. reviram o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

1.1 Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Jardel Massari
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Jardel Massari

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Kleber Cesar Silveira Gomes

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Kleber Cesar Silveira Gomes

1.3 Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

O Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1 / 2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui Auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	61.562.112/0012-83		
Período de prestação de serviço	04/08/2014		
Descrição dos serviços contratados	<p>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015: (i) exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; (ii) revisão das informações financeiras dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015 e das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas <i>pro-forma</i> do trimestre findo em 31 de março de 2014; (iii) emissão de carta de conforto complementar (<i>greenshoe IPO</i>) em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia; (iv) <i>Due Diligence</i> financeira, tributária, legal e trabalhista no processo de combinação de negócios com a Bracol Agronegócio SAS; e (v) consultoria para avaliação de riscos de segurança da informação e estratégia de proteção de informações sensíveis.</p> <p>Exercício findo em 31 de dezembro de 2014: (i) exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas de 31 de dezembro de 2014, 2013, 2012, 2011 e 30 de junho de 2014; (ii) revisão limitada das demonstrações financeiras do trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2014; (iii) asseguarção das informações financeiras combinadas-consolidadas <i>pro forma</i> em 31 de dezembro de 2013, 30 de setembro de 2013 e 30 de junho de 2013; (iv) emissão de laudo contábil para fins da cisão; e (v) emissão de carta de conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no último exercício social foi de R\$ 747 mil, sendo: (i) R\$ 504 mil para a auditoria e revisão das demonstrações financeiras; (ii) R\$ 159 mil para <i>Due Diligence</i> financeira, tributária, legal e trabalhista no processo de combinação de negócios; (iii) R\$ 58 mil para a emissão de carta conforto complementar; e (iv) R\$ 26 mil para avaliação de riscos de segurança da informação e estratégia de proteção de informações sensíveis.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de	CPF	Endereço

	serviços		
Maurício Cardoso de Moraes	04/08/2014	795.008.389-15	Avenida Antônio Diederichsen, nº 400, 21º e 22º andares, CEP 14020-250, Ribeirão Preto, SP, Brasil; Telefone: (16) 2133 6600; Fax: (16) 2133-6685; e-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com

2.3 - Outras Informações relevantes

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, foram informados, nos itens 2.1/2.2 deste Formulário de Referência, os serviços contratados da auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

3.1 - Informações Financeiras – Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	380.310.039,00	330.156.956,00
Ativo Total	693.371.411,00	627.261.082,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	534.044.910,00	327.360.478,00
Resultado Bruto	297.360.924,00	193.948.573,00
Resultado Líquido	69.207.174,00	38.189.333,00
Número de Ações, Ex- Tesouraria (Unidades)	53.942.307	53.942.307
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	7,280000	6,120000
Resultado Básico por Ação	1,282710	1,059430
Resultado Diluído por Ação	1,28	1,05

3.2- Medições não contábeis

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014 e que apenas em 30 de junho de 2014, por meio da cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. ("**Ouro Fino Participações**"), passou a ter como controladas a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (e sua controlada Ouro Fino de México, S.A. de CV), Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. (em conjunto, "**Empresas Combinadas**"), as informações apresentadas nesse item não são comparáveis.

Para melhor comparação dos resultados dos anos de 2015, 2014 e 2013, estão sendo apresentadas no item 3.9 deste Formulário de Referência informações sobre as medições não contábeis da Companhia derivadas de suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, as quais apresentam, para fins comparativos, demonstrações financeiras combinadas-consolidadas para o exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, ou, relativamente, a 2013, demonstrações financeiras combinadas-consolidadas pro forma, quando aplicável.

Para mais informações sobre as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas e sobre as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas pro forma ver itens 3.9 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("**Instrução CVM 527**"), conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas das vendas.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para o exercício de 2015 e para o período compreendendo entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014:

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de
---	---------------------------	--

	31 de dezembro de 2015	dezembro de 2014
EBITDA	118.034	72.804
Margem EBITDA	22,1%	22,2%

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado foi calculado para excluir eventos extraordinários, em especial despesas de operações descontinuadas, provisão para *impairment* do ativo intangível e despesas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pelas receitas líquidas das vendas.

Seguem abaixo os valores do EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios indicados:

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014
EBITDA Ajustado	119.108	83.117
Margem EBITDA Ajustado	22,3%	25,4%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

Consolidado (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014
Lucro líquido	69.207	38.190
(+) Resultado financeiro líquido	10.635	8.074
(+) Imposto de renda e contribuição social	18.060	15.227
(+) Depreciação e amortização	20.132	11.313
EBITDA	118.034	72.804
(+) Operações descontinuadas	667	688
(+) Despesas relacionadas ao IPO		8.844
(+) Provisão para <i>impairment</i> do ativo intangível	407	776
EBITDA Ajustado	119.108	83.112
Receitas líquidas das vendas	534.045	327.360
Margem EBITDA	22,1%	22,2%
Margem EBITDA Ajustado	22,3%	25,4%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Nós utilizamos o EBITDA para analisar nosso desempenho financeiro e operacional, bem como uma base para algumas das nossas decisões administrativas. Além disso, acreditamos que o EBITDA oferecem aos investidores uma melhor compreensão da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações e nossa capacidade de obter novos financiamentos para nossos investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, uma vez que não leva em conta certos custos decorrentes de nossos negócios, o que poderia afetar adversamente nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 17 de março de 2016. A Companhia avaliou os eventos subsequentes ocorridos até 27 de maio de 2016. Em maio de 2016, a Companhia foi cientificada de um Auto de Infração e Imposição de Multa, de assuntos relacionados ao ICMS, no montante total de R\$8.916.034,51, sendo os assuntos mais relevantes débito de ICMS decorrente de entendimento diverso pela fiscalização sobre a aplicação da isenção prevista no Convênio ICMS nº 100/97, para importações de produtos técnicos destinados à formulação de produtos para o setor pecuário e suposto crédito indevido de ICMS na aquisição de energia elétrica amparada em nota fiscal de empresa comercializadora de energia. A impugnação será apresentada em junho de 2016 e os advogados externos da Companhia, que patrocinam a demanda, avaliam as chances de perdas como possíveis.

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2015	2014	2013
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a destinação de: (i) 5% para a reserva legal (que não excederá 20% do capital social); e (ii) 25% para pagamento do dividendo obrigatório, será objeto de aprovação por Assembleia Geral Ordinária.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a destinação de: (i) 5% para a reserva legal (que não excederá 20% do capital social); e (ii) 25% para pagamento do dividendo obrigatório, será objeto de aprovação por Assembleia Geral Ordinária.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.
a.i. valores das retenções de lucros	Retenção de R\$ 52.036 mil, sendo: (i) R\$ 3.460 mil destinado para a constituição da reserva legal e (ii) R\$ 48.576 mil destinado para reserva de orçamento de capital.	Retenção de R\$ 24.318 mil, sendo: (i) R\$ 1.886 mil destinado para a constituição da reserva legal e (ii) R\$ 22.432 mil destinado para reserva de orçamento de capital.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal.	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014.
d. eventuais	A Lei das Sociedades por Ações permite que a	A Lei das Sociedades por Ações permite que a	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi

	2015	2014	2013
restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	constituída em 10 de abril de 2014.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	65.732.731,97	35.833.369,83	-
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,00%	35,97%	-
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	18,20%	11,43%	-
Dividendo distribuído total	16.433.182,99	12.888.972,73	-
Lucro líquido retido	52.036.475,08	24.318.270,10	-
Data da aprovação da retenção	29/04/2016	28/04/2015	-

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	16.433.182,99	09/05/2016	8.958.362,46	08/05/2015	-	-
Ordinária			3.930.610,27	08/05/2015		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do passivo circulante e do passivo não circulante	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	313.061.371,82	Índice de endividamento	0,82317409	N.A.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2015)						
Tipo de Dívida	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real	31.941.478,52	58.100.001,40	-	-	90.041.479,92
Financiamento	Quirografária	2.084.891,13	15.543.619,93	14.231.749,64	14.692.308,69	46.552.569,29
Empréstimo	Quirografária	23.233.858,04	56.659.750,02	-	-	79.893.608,06
Total		57.260.227,69	130.303.371,35	14.231.749,64	14.692.308,69	216.487.657,37
<p>Observação Nossas dívidas foram segregadas de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirografárias), de acordo com os seguintes critérios: (i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as nossas dívidas garantidas por hipoteca, penhor (rural, mercantil, de recebíveis, etc.) e alienação fiduciária, dentre outras garantias reais; (ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as nossas dívidas que não possuem garantia ou que possuem exclusivamente garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval, a nota promissória e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias; e (iii) não possuímos dívidas com garantia fluante. As informações acima se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.</p> <p>Não obstante a recomendação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2016, o item "Soma do passivo circulante e do passivo não circulante" do quadro 3.7 e o item "Total das obrigações" deste item 3.8 não coincidem tendo em vista que o item 3.7 considera outros passivos que não relacionados à empréstimos, financiamentos e títulos de dívida da Companhia (e.g. salários, encargos ou tributos).</p>						

3.9 - Outras informações relevantes

Foram apresentadas nos itens 3.1 a 3.8 acima as informações financeiras da Companhia derivadas de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período compreendido entre 10 de abril (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2014.

No entanto, para uma melhor compreensão do desempenho operacional da Companhia, neste item estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, comparativamente a:

- informações derivadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 (saldos patrimoniais) e informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas das controladas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 (demonstração do resultado ajustado por eventos extraordinários, em especial, despesas da controladora, não incluídas no combinado, e despesas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias, ajustada para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas).
- informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* das controladas da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas em conformidade com o disposto na Deliberação CVM 709, a qual aprovou a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Tais demonstrações financeiras *pro forma* visam ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado da Companhia do compartilhamento de despesas entre as controladas da Companhia e outras sociedades sob controle comum que utilizam serviços administrativos formalizado em 30 de junho de 2014, caso tal compartilhamento tivesse ocorrido no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

Informações Financeiras

(em R\$ milhares)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015 (Consolidado)	2014 (Combinado-consolidado)	2013 (Combinado-consolidado)
Patrimônio Líquido	380.309	330.157	209.420
Ativo Total	693.371	627.261	538.681

(em R\$ milhares)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015 (Consolidado)	2014 (Combinado-consolidado)	2013 (Combinado-consolidado <i>pro forma</i>)
Receita líquida das vendas	534.045	432.241	384.021
Lucro Bruto	297.361	260.311	234.923

Lucro das operações continuadas	69.207	54.269	57.320
---------------------------------	--------	--------	--------

Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas das vendas.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015 (Consolidado)	2014 (Combinado-consolidado)	2013 (Combinado-consolidado <i>pro forma</i>)
EBITDA	118.034	94.427	67.255
Margem EBITDA	22,1%	21,9%	17,5%

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado foi calculado para excluir os resultados líquidos das operações descontinuadas, ajustes por eventos extraordinários, em especial, despesas da controladora, não incluídas no combinado, e despesas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e ajustes *pro forma* para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 relativos a compartilhamento de despesas conforme anteriormente mencionado e provisão para *impairment* do ativo intangível. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pelas receitas líquidas das vendas.

Seguem abaixo os valores do EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015 (Consolidado)	2014 (Combinado- consolidado)	2013 (Combinado- consolidado <i>pro forma</i>)
EBITDA Ajustado	119.108	98.165	85.145
Margem EBITDA Ajustado	22,3%	22,7%	22,2%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015 (Consolidado)	2014 (Combinado- consolidado)	2013 (Combinado- consolidado <i>pro forma</i>)
Lucro líquido	69.207	51.302	42.005
(+) Resultado financeiro líquido	10.635	11.443	8.662
(+) Imposto de renda e contribuição social	18.060	15.058	4.103
(+) Depreciação e amortização	20.132	16.624	12.485
EBITDA	118.034	94.427	67.255
(+) Operações descontinuadas	667	1.211	11.884
(+) Ajustes <i>Pro Forma</i> , antes do imposto de renda e contribuição social			5.198
(-) Despesas operacionais da controladora		(7.093)	
(+) Despesas relacionadas ao IPO		8.844	
(+) Provisão para <i>impairment</i> do ativo intangível	407	776	808
EBITDA Ajustado	119.108	98.165	85.145
Receitas líquidas das vendas	534.045	432.241	384.021
Margem EBITDA	22,1%	21,9%	17,5%
Margem EBITDA Ajustado	22,3%	22,7%	22,2%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Nós utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado para analisar nosso desempenho financeiro e operacional, bem como uma base para algumas das nossas decisões administrativas. Além disso, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações e nossa capacidade de obter novos financiamentos para nossos investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, uma vez que não leva em conta certos custos decorrentes de nossos negócios, o que poderia afetar adversamente nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de quaisquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipótese em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou considerados irrelevantes neste momento também poderão nos afetar adversamente no futuro.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante à subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos abaixo se aplicam não somente a nós, mas também às nossas controladas.

(a) a Nós

Nossos direitos de propriedade intelectual são valiosos, e qualquer incapacidade de protegê-los poderia reduzir o valor dos nossos produtos, serviços e marcas.

A nossa incapacidade de proteger ou obter proteção adequada para nossas marcas, patentes, produtos, *know-how*, tecnologias ou novas funcionalidades de nossos produtos e processos pode diminuir a nossa competitividade.

Dadas as especificidades referentes à legislação de propriedade intelectual de cada país, poderemos enfrentar maiores dificuldades em garantir a não infringência de direitos de terceiros e em acompanhar ou evitar eventual infringência de nossos direitos de propriedade intelectual no exterior. Os sistemas jurídicos de alguns países não favorecem a obtenção e/ou proteção de patentes e outros direitos de propriedade intelectual, em especial com relação a produtos biofarmacêuticos, o que poderia tornar difícil para nós a cessação de eventual violação de patentes e outros direitos de propriedade intelectual ou a comercialização de produtos concorrentes que violem esses direitos. As medidas necessárias para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior podem desviar a atenção da nossa administração e os custos relacionados à proteção de nossos direitos de propriedade intelectual podem aumentar substancialmente.

Em vista das características da legislação relativa à proteção de propriedade intelectual, que determina períodos de sigilo em que não se pode obter informações sobre tecnologias em processo de registro ou obtenção de proteção, não podemos garantir que nossas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros nem que, em razão de tal fato, os produtos objeto dessas pesquisas poderão ser explorados comercialmente.

Podemos ser obrigados a alterar, no todo ou em parte, alguns dos nossos produtos que supostamente infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e podemos ser obrigados a pagar multas expressivas, *royalties* ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório. Qualquer alteração nos nossos produtos ou nas receitas atribuíveis a qualquer de nossos produtos que eventualmente violem direitos de propriedade intelectual de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação e a demanda por nossos produtos. Além disso, tais alterações poderão requerer a atenção do nossa administração e/ou levar-nos a incorrer em despesas legais adicionais, fatos que podem afetar adversamente nossos resultados.

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual quanto do desenvolvimento de novos produtos. Assim, investimos e alocamos recursos financeiros e humanos relevantes, próprios ou de terceiros, não só em nosso departamento de P&D, mas também em vários laboratórios internos, um centro de pesquisa em biotecnologia e uma fazenda experimental, além de parcerias com centros de pesquisa externos. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, nossos investimentos com P&D foram de R\$34,1 milhões, R\$27,1 milhões e R\$24,6 milhões, respectivamente.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como aos trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Poderemos ser afetados adversamente em decorrência de operações de sociedades sob controle comum ao nosso.

Fomos formados pela cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. (“OF Par”). Como resultado da cisão, passamos a operar, por meio de nossas subsidiárias, o negócio de saúde animal antes operado pela OF Par, a qual permaneceu operando o negócio de agroquímicos por meio de sua subsidiária Ouro Fino Química Ltda. (“OF Química”), ambas

sociedades sob controle comum ao nosso. Ainda, celebramos com OF Par e OF Química um contrato de licença de uso de marca por meio do qual licenciamos o uso da marca "Ouro Fino" para tais sociedades, de forma que tais sociedades possam continuar a utilizá-la na condução de suas atividades no ramo de produtos agroquímicos, após a cisão. Para mais informações acerca da cisão, veja item 6.3 deste Formulário de Referência, e para mais informações acerca de referido contrato de licença de uso de marca, veja item 16.1 deste Formulário de Referência. O condomínio rural 'Norival Bonamichi e Outro – Condomínio', cujo nome comercial é Condomínio Rural Ouro Fino, também está sob controle comum ao da Companhia. Também celebramos com o Condomínio Rural Ouro Fino um contrato de licença de uso da marca "Ourofino", de forma que tal condomínio possa utilizá-la na condução de suas atividade no ramo pecuário, o que inclui a promoção desta marca por meio de exposições e divulgações em eventos relacionados a animais de elite conhecidos nacionalmente, com ampla divulgação em campeonatos e exposições do setor agropecuário.

Assim, estamos sujeitos a certos riscos relacionados às operações de OF Química, OF Par e Condomínio Rural Ouro Fino decorrentes de (i) eventual determinação de responsabilidade solidária ou subsidiária por determinadas contingências (de caráter ambiental, por exemplo), presentes e futuras, originadas em períodos anteriores à cisão, (ii) responsabilidade solidária, para efeitos trabalhistas, por tratarem-se de empresas sob controle comum, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, (ii) problemas relacionados à produção, comercialização e uso de produtos agroquímicos identificados pela marca "Ouro Fino", que tragam associação negativa e dano de imagem à nossa marca e aos nossos produtos de saúde animal, e (iv) responsabilidade solidária resultante de atos praticados pela OF Química, OF Par e Condomínio Rural Ouro Fino, ou por qualquer terceiro que as represente, em violação à Lei 12.846/2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (nos termos do §2º do artigo 4º da Lei 12.846/2014, há responsabilidade solidária das sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas na obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado).

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados a contratos de transferência de tecnologia em desenvolvimento e parcerias com centros de pesquisa.

Alguns dos produtos em nosso *pipeline* dependem de tecnologia que está sendo desenvolvida, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, por empresas de base tecnológica com as quais possuímos contratos de transferência de tecnologia de *know-how* ou licenciamento. Caso tais empresas, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, não sejam capazes de desenvolver com sucesso as tecnologias necessárias, podemos não ser capazes de encontrar ou desenvolver tecnologias substitutas e, em consequência, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Também detemos parcerias com diversos centros de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz, IPT, Embrapa, além de universidades como a Unicamp, USP, Unesp, Universidade Católica de Brasília, Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal de Viçosa. Tendo em vista principalmente a natureza de nosso relacionamento, em alguns casos temos capacidade limitada para controlar a quantidade de tempo ou recursos alocados por nossos parceiros a projetos de nosso interesse, bem como para gerenciar de forma efetiva alguns riscos a eles relacionados. Alguns desses acordos de parceria permitem rescisão com pouco ou nenhum aviso prévio em determinadas circunstâncias. Tendo em vista a relativa escassez de centros de excelência para determinados tipos de pesquisa, caso algumas de nossas

parcerias sejam encerradas e não sejamos capazes de negociar outras de mesmo nível em sua substituição, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes também poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Poderemos ser afetados adversamente caso ocorram falhas nos sistemas ou caso um de nossos colaboradores da área de biossegurança deixe de cumprir as práticas exigidas pelo MAPA ou regulamentações específicas com relação à produção de vacinas contra febre aftosa.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) exige rigoroso controle de biossegurança (NBS4) para a manipulação e produção de vacinas contra febre aftosa. Em razão de tal fato, nossos sistemas (como por exemplo, automação, HVAC, elétrico) e colaboradores da área de biossegurança, nos quais o vírus ativo da febre aftosa é manipulado, estão obrigados a cumprir todas as regulamentações aplicáveis para esse segmento. Contudo, não podemos assegurar que não ocorrerão falhas em nossos sistemas ou no cumprimento das rotinas e protocolos de biossegurança por parte de nossos colaboradores, que são obrigatórios pela legislação e regulamentação aplicáveis. Assim, caso qualquer desses fatos ocorra, estaremos sujeitos a risco de acidentes que podem ocasionar o escape do vírus manipulado em nossa fábrica, o que poderá gerar sanções dentre as quais o embargo ou interdição de nossa produção de vacinas, a suspensão ou cancelamento da licença de operação da nossa fábrica de vacinas, ou a proibição de contratar com a administração pública, o que acarretaria um impacto adverso em nossas operações e imagem.

Poderemos não ser bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura, (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente, (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a rentabilidade de nossas operações e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em uma diminuição de nossas margens operacionais.

Assim, caso não sejamos bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Poderemos não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

Poderemos buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte de nossa estratégia de negócios. Poderemos não concluir essas transações oportunamente ou de forma rentável, ou mesmo não efetivá-las. Além disso, poderemos estar sujeitos a restrições ou limites regulatórios ou outros fatores não previstos que nos impeçam de gozar dos benefícios

esperados. Poderemos não obter êxito na integração de funcionários ou dos produtos e tecnologias adquiridos, ou referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. Poderemos não ser capazes de integrar com êxito os negócios adquiridos aos nossos negócios atuais, assim como poderemos não ser capazes de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Poderemos também contrair dívidas significativas, além de passivos ou contingências desconhecidas, e tais dívidas, passivos e/ou contingências podem nos sujeitar a cláusulas restritivas que limitem nossas futuras atividades. Nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos. Poderemos estar sujeitos a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros. Dependendo da operação, poderemos ainda estar sujeitos à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida em tempo hábil. Assim, caso não consigamos integrar com êxito o negócio adquirido ou captar sinergias conforme planejado, podemos ser afetados adversamente. Ademais, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Dependemos de membros de nossa administração, os quais podemos enfrentar dificuldades na substituição por profissionais igualmente qualificados.

Grande parte de nosso sucesso depende das habilidades e esforços da nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se desligar da Companhia no futuro. Se qualquer de nossos administradores se desligar da Companhia, poderemos enfrentar dificuldades na substituição por profissionais igualmente qualificados. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 12.5 deste Formulário de Referência. A concorrência por pessoal qualificado na indústria de saúde animal é forte porque há um número limitado de profissionais com formação e/ou experiência nessa área. A perda de qualquer membro de nossa administração e as dificuldades enfrentadas em sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderá ter um efeito adverso sobre nosso negócio.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Somos réus em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis à Companhia. Constituímos provisões para os processos nos quais a possibilidade de perda seja avaliada por nossos assessores jurídicos internos e externos como provável, ou seja, cuja probabilidade de perda seja superior à possibilidade de êxito. As provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a despendar valores significativos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais e administrativos nos quais somos parte, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos empregados. Qualquer deterioração dessas relações, ou aumento dos custos do trabalho, pode afetar adversamente nosso negócio.

Em 31 de dezembro de 2015, possuíamos 1.312 empregados. Grande parte de nossos empregados pertencem a sindicatos, sendo abrangidos por acordos de negociação coletiva. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, paralisações em qualquer de nossas unidades operacionais, sejam devidos a atividades sindicais, rotatividade de empregados ou a outros fatores, podem prejudicar de forma negativa nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Nosso departamento de P&D realiza testes em animais. Alterações nas regulamentações de tais testes poderão estar sujeitos a proibições ou novas regulamentações, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Conforme legislação aplicável, por atuarmos no ramo de medicamentos e vacinas para saúde animal, antes de registrarmos novos produtos veterinários perante o MAPA, e conseqüentemente, iniciar a sua fabricação e comercialização, somos obrigados a realizar testes em animais com a finalidade de pesquisar e desenvolver tais novos produtos, bem como testar sua eficácia e segurança, além de melhorar o manejo e a criação de animais, tanto em estrutura própria, como estrutura de terceiros. A legislação aplicável, estabelecida pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA e pelo MAPA, elenca os procedimentos e as condições que devem ser observados durante a realização dos testes em animais. A realização de testes em animais em algumas indústrias vem sendo objeto de controvérsias e publicidade negativa. Não podemos garantir que não sofreremos publicidade negativa no futuro. Algumas organizações buscam a proibição de tais testes ou estimulam a adoção de regras mais rígidas para a sua realização. Na medida em que estas organizações obtenham êxito em suas proposições, nosso departamento de P&D e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser afetados adversamente. Além disso, a publicidade negativa para nós ou para o setor em que atuamos poderá prejudicar nossa reputação.

Podemos ser afetados adversamente em caso de alterações na carga e incentivos tributários atualmente aplicáveis ao setor.

Atualmente, o setor de saúde animal possui carga tributária com determinadas características e incentivos, como, no caso do ICMS, o Convênio nº 100/97, que prevê isenção nas operações internas e redução de base de cálculo nas operações interestaduais; e, no caso do IRPJ e da CSLL, a possibilidade do benefício fiscal de Pesquisa e Desenvolvimento, nos termos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (“**Lei do Bem**”), que possibilita a todas as pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento a exclusão adicional da base desses tributos de valores correspondentes a até 80% de seus dispêndios dessa natureza. Mudanças na atual estrutura tributária aplicável a nossas atividades poderão afetar de maneira adversa a nossa situação financeira e resultados. Para maiores informações a respeito de benefícios e incentivos fiscais, vide seção 7 deste Formulário de Referência.

Danos não cobertos pelas nossas apólices de seguros podem resultar em perdas que podem ter efeito adverso sobre os nossos negócios.

Contratamos seguros com o objetivo compensar perdas decorrentes de eventuais sinistros. Na ocorrência de evento não segurado, tais como de quebra de equipamentos, ou quando os danos a serem indenizados forem maiores que os limites de cobertura previstos em nossas apólices, poderemos incorrer em gastos relevantes para pagamento de indenizações,

mitigação de perdas ou reparo ou aquisição de equipamentos e instalações, os quais podem afetar adversamente nossas receitas, investimentos e situação financeira.

Eventual reconhecimento de vínculo empregatício com relação a representantes comerciais, decorrente de condições fáticas específicas, poderá impactar negativamente nossa condição financeira e resultado operacional.

Nossos representantes comerciais são contratados e atuam na qualidade de trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício, nos termos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965. De acordo com precedentes jurisprudenciais, o vínculo empregatício com representantes comerciais pode ser reconhecido dependendo das condições fáticas sob as quais os serviços são prestados. Caso este entendimento fático venha a se confirmar em relação a algum de nossos representantes comerciais, poderemos experimentar custos adicionais, causando um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

Avanços tecnológicos na saúde animal e na medicina veterinária por empresas concorrentes poderia afetar negativamente o mercado para nossos produtos.

O mercado para nossos produtos pode ser afetado negativamente pela introdução de produtos novos por outras empresas, bem como pela ampla aceitação de produtos alternativos às doenças para as quais vendemos mercadorias. Além disso, avanços tecnológicos na saúde animal por empresas concorrentes podem superar a nossa tecnologia e reduzir ou eliminar o mercado para nossos produtos. A introdução ou aceitação de tais produtos ou tecnologias por nossos concorrentes poderia afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Podemos ser requeridos a realizar provisão para impairment de ativos intangíveis identificáveis.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), se determinarmos a não recuperabilidade, mesmo que temporária, de ativos intangíveis identificáveis, seremos obrigados a deduzir o saldo destes ativos por meio de provisão e contabilizar um custo correspondente.

Determinar se existe e o montante da potencial deterioração envolve dados quantitativos e critérios qualitativos que são baseadas em estimativas e premissas que exigem julgamentos de gestão significativos. Eventos futuros ou novas informações podem alterar a avaliação da administração de um ativo intangível em um curto espaço de tempo. A periodicidade e o montante das deteriorações registradas em nossas demonstrações financeiras consolidadas de receitas e deduções de valor contabilizados em nossos balanços patrimoniais consolidados podem variar se as conclusões da administração se alterarem. Qualquer deterioração de ativos intangíveis identificáveis poderia ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Dependemos de tecnologia da informação e infraestrutura sofisticadas.

Contamos com a operação eficiente e ininterrupta de sistemas complexos de tecnologia da informação para administrar nossas operações, processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas e financeiras, e para cumprir com os requisitos regulamentares, legais e fiscais. Dependemos de nossa infraestrutura de tecnologia da informação para as atividades de *marketing* e comércio eletrônico, bem como para as comunicações entre nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Falhas ou interrupções no sistema poderiam

comprometer a nossa capacidade em executar essas funções em tempo hábil, o que poderia prejudicar nossa capacidade de realizar negócios, o relacionamento com nossos clientes, ou atrasar nossos relatórios financeiros. Tais falhas poderiam afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Estamos executando uma migração de nosso sistema de informação de *datacenter* para provedores externos. A transição e integração para novos sistemas pode ocasionar interrupções ou mau funcionamento em nosso ambiente, incluindo a perda, corrupção e/ou inacessibilidade de informação. Qualquer um desses possíveis problemas, individualmente ou em conjunto, poderia ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e condição financeira.

Todos os sistemas de informação, apesar da implementação de medidas de segurança, são vulneráveis à deficiência, falhas ou acessos não autorizados. Se os nossos sistemas de informação vierem a falhar ou serem violados, tal falha ou violação poderia afetar adversamente nossa capacidade de realizar funções críticas de negócio e dados sensíveis e confidenciais poderiam ser comprometidos.

Problemas em manufatura e capacidade produtiva reduzida podem causar desabastecimento, custos não previstos e recalls de nossos produtos

Somos produtores de nossos itens de venda na grande maioria dos casos. Assim qualquer rompimento desta cadeia produtiva pode afetar nossa capacidade de entregar produtos para venda. Demandas não previstas muito superiores à nossa capacidade produtiva imediata podem levar a desabastecimento momentâneo de produtos no mercado. Apesar de nosso rigoroso controle de qualidade, desvios podem ocorrer em processos ou em maquinários. Tais desvios quando significativos podem levar à realização de recalls de nossos produtos ao mercado.

(b) aos nossos controladores, diretos e indiretos

Os interesses dos nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Somos controlados por dois acionistas, Jardel Massari e Norival Bonamichi, cada um com participação societária de 27,5% de nossas ações. Nossos acionistas controladores possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de determinadas deliberações que exijam aprovação de nossos acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época, condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

(c) aos nossos acionistas

Os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o nosso estatuto social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para a deliberação de

dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para a deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, podemos não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em nosso estatuto social ou mesmo não distribuir dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, caso nosso Conselho de Administração determine que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos nossos acionistas.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tal investimento considerado, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado que os mercados de países mais desenvolvidos, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações de nossa emissão. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor de negociação das ações de nossa emissão.

(d) às nossas controladas e coligadas

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e poderemos ser afetados adversamente caso nossas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

Somos controladores de sociedades que desenvolvem atividades específicas. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de nossas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que estamos sujeitos, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e para a deliberação de dividendos aos nossos acionistas.

(e) aos nossos fornecedores

Dependemos do fornecimento de matérias-primas provenientes de países estrangeiros para a consecução de nossos negócios.

Nosso suprimento de matérias-primas importadas está concentrado com fornecedores de alguns poucos países estrangeiros, sendo que fornecedores chineses representam aproximadamente 38,0% de nossos gastos com matérias-primas. Alterações nas condições macroeconômicas e regulatórias nos países em que estão localizados nossos fornecedores relevantes podem impactá-los negativamente, de modo que eles reduzam, deixem de fornecer ou encareçam a matéria-prima. Adicionalmente, nossos fornecedores são independentes e têm seus próprios objetivos financeiros, e as ações tomadas ou sofridas por eles, tais como controle de qualidade inconsistente ou inadequado, paralisações e o não cumprimento de suas obrigações contratuais, poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados. Verificadas tais condições, poderemos sofrer impactos adversos nos nossos custos e resultados operacionais e na nossa reputação.

Dependemos de terceiros no provimento de materiais e serviços, os quais estão sujeitos ao aumento de custos de mão-de-obra e material.

Os materiais usados na fabricação dos nossos produtos podem estar sujeitos a limitações de disponibilidade e volatilidade de preços causados por alterações na demanda, condições de clima, condições de fornecimento, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores. Ademais, custos de mão de obra podem estar sujeitos à volatilidade causada pelo fornecimento de mão de obra, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores.

Aumentos na demanda e disponibilidade ou preço de materiais utilizados na fabricação de nossos produtos e aumentos nos custos de mão de obra podem aumentar os custos de fabricação de nossos produtos. Podemos não conseguir passar todos ou parcela relevante dos custos de mão de obra relevantes aos nossos clientes, o que poderia afetar adversa e relevantemente nossas condições financeiras e resultados operacionais.

Ademais, alguns terceiros fornecedores são as únicas fontes de certos materiais necessários para a produção de nossos produtos. Podemos não conseguir alcançar a demanda de certos produtos se quaisquer dos terceiros fornecedores cessar ou interromper suas operações, não renovar nossos contratos ou de qualquer outro jeito deixar de cumprir com suas obrigações conosco.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória, (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

(f) aos nossos clientes

A concentração de nossos clientes poderá afetar negativamente a cotação de nossos produtos.

Nossos clientes, diretos e indiretos, incluem revendas agropecuárias, distribuidores, cooperativas, agroindústrias, *pet shops* e produtores pecuários. Uma tendência de concentração de nossos clientes no mercado pode impactar adversamente nossa capacidade de negociação dos preços de nossos produtos. Nos últimos anos, verificamos que houve maior concentração em relação aos produtores pecuários, particularmente na suinocultura e na avicultura. Caso essa tendência de concentração continue, esses clientes poderão tentar melhorar sua rentabilidade por meio da alavancagem de seu poder de compra para a obtenção de cotações favoráveis, forçando-nos a reduzir os preços de nossos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Mudanças nas preferências dos consumidores poderia afetar adversamente nosso negócio.

A demanda para a produção de produtos saúde animal é fortemente ligada à demanda de consumidores por carne e produtos lácteos. A indústria de alimentos em geral está sujeita a mudanças na demanda, tendências e preferências do consumidor. Tendências na mudança da indústria de alimentos e muitas vezes a nossa incapacidade de prever, identificar ou reagir a mudanças pode levar, entre outras coisas, à redução na demanda e redução nos preços de nossos produtos de saúde animal, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação podem impactar negativamente a participação de mercado, as margens e a distribuição dos produtos da Companhia.

Os proprietários de animais de estimação compram os produtos para seus *pets* em lojas especializadas, como *pet shops*, lojas agropecuárias e super/hipermercados. A compra realizada diretamente com o veterinário ocorre apenas quando se trata de produtos relacionados a serviços e tratamentos específicos, como venda de biofármacos (vacinas).

Atualmente, nossa distribuição de produtos no segmento de animais de estimação é realizada por distribuidores que atuam como intermediários entre os laboratórios e os lojistas (*pet shops*). A entrada no Brasil de grandes redes de *pet shops* internacionais e o fortalecimento de redes de *pet shop* nacionais pode provocar uma necessidade de mudança na nossa estrutura de distribuição atual, incluindo a utilização da internet como canal de distribuição, a qual tem crescido nos últimos, com a entrada de grandes empresas nesse segmento. Alterações dessa natureza poderão acarretar uma maior concentração nos canais de distribuição, que por sua vez poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

(g) ao nosso setor de atuação

Efeitos adversos observados na saúde humana relacionados ao consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários poderão resultar na redução das vendas de tais produtos.

Nossos negócios dependem fortemente do setor de produção de proteína animal saudável e em desenvolvimento. Caso o público entenda que o consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários, como os nossos, traz riscos à saúde humana, poderá ocorrer uma redução na produção de tais alimentos, e, conseqüentemente, na demanda de nossos produtos. Poderá também haver uma redução na demanda de produtos pecuários ou estes poderão ter sua reputação afetada em decorrência da evolução da

percepção dos consumidores sobre questões relacionadas aos direitos dos animais, à nutrição, à saúde ou a outras questões. Qualquer dano à reputação do setor de produção de proteína animal também poderá se estender a companhias que atuam em setores relacionados, inclusive a nós. Uma percepção negativa dos consumidores com relação ao uso de um ou mais de nossos produtos no setor de produção de proteína animal também poderá resultar na redução do uso de tais produtos, e poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O surto de doenças infecciosas transmitidas por animais poderá afetar adversamente a venda de nossos produtos.

As vendas de nossos produtos destinados à indústria pecuária poderão ser afetadas adversamente pelo surto de doenças transmitidas por animais, tais como a gripe aviária e suína, febre aftosa, encefalopatia espongiforme bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”), *porcine epidemic diarrhea*, dentre outras, que podem levar a inúmeras mortes ou ao sacrifício preventivo de animais de produção. Consequentemente, poderá haver uma redução na demanda de produtos destinados à indústria de proteína animal devido a restrições mais rigorosas para exportação e proibição de importação, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo e composto por empresas brasileiras e multinacionais. Acreditamos que muitos de nossos concorrentes conduzem atividades de P&D em áreas atendidas por nossos produtos e nas áreas para as quais estamos desenvolvendo produtos, e as vendas de nossos produtos podem ser impactadas negativamente pela introdução e/ou ampla aceitação pelo mercado de produtos alternativos ou recém-desenvolvidos destinados ao mesmo público ao qual nossos produtos são destinados.

Dentre nossos concorrentes encontram-se grandes companhias farmacêuticas globais, além de empresas especializadas em saúde animal. Esses concorrentes poderão ter maior acesso a recursos financeiros, de *marketing*, técnicos e outros, e, como resultado, poderão ser capazes de atribuir mais recursos ao desenvolvimento, produção, *marketing* e venda de seus produtos, iniciando ou mantendo concorrência de preços ou beneficiando-se com aquisições e outras oportunidades. Concorrentes multinacionais também poderão ter maior economia de escala, devido ao seu tamanho e nível de participação no mercado global. Além da concorrência com participantes estabelecidos no mercado, novas empresas podem ingressar em nosso segmento e reduzir substancialmente nossa participação de mercado ou tornar nossos produtos obsoletos.

Caso qualquer de nossos concorrentes se destaque no mercado ou caso sejamos forçados a reduzir ou sejamos incapazes de estabelecer preços competitivos aos nossos produtos, nossos resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente.

Produtos destinados à saúde animal estão sujeitos a impactos gerados por eventuais alterações regulatórias e questões relacionadas com resíduos, segurança, eficácia ou bem estar-animal, o que poderá prejudicar a fabricação e/ou comercialização de nossos produtos, bem como nossa reputação.

Alterações regulatórias e questões não previstas de resíduos, segurança, eficácia e bem-estar animal podem surgir mesmo após a aprovação do produto, independentemente de serem científica ou clinicamente suportadas, resultando em *recalls*, retiradas de produtos do mercado, suspensão ou redução de vendas, bem como em atribuição de responsabilidades pelos danos

causados pelo produto e outras reivindicações. Além disso, dependemos de perspectivas positivas sobre segurança e qualidade de nossos produtos e dos produtos de saúde animal em geral por parte de nossos clientes, veterinários e consumidores finais, e a falta de tais perspectivas poderá prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, independentemente da efetiva existência de problemas de resíduos, segurança, eficácia ou bem-estar animal. Essas questões e os prejuízos a elas relacionados podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os produtos destinados à saúde animal fabricados e comercializados pela Companhia poderão não ter os mesmos efeitos e reações para todos os animais nos quais serão aplicados

Os produtos fabricados e comercializados pela Companhia passam pelo processo de P&D, baseado em testes por amostragem, de acordo com as normas nacionais e internacionais. Por este motivo, quando do lançamento de tais produtos no mercado, os efeitos e reações observados nos testes por amostragem poderão não ser verificados para toda a população de animais para os quais serão aplicados. Efeitos ou reações diversas daquelas esperadas com base no processo de P&D poderão prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, afetando adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Podemos ser afetados adversamente caso a febre aftosa seja erradicada do país e a vacinação do rebanho bovino deixe de ser obrigatória.

Atualmente, a aplicação da vacina contra febre aftosa é obrigatória na maioria dos Estados brasileiros, sendo que, de acordo com o MAPA, aproximadamente de 350 milhões de doses por ano da vacina são aplicadas no rebanho bovino brasileiro. As vendas dessa vacina responderam por aproximadamente 9,0% de nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Assim, caso a febre aftosa seja erradicada ou a vacinação deixe de ser obrigatória no país, poderemos ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos nossos negócios.

Não é possível assegurar que os alvarás de licença de funcionamento obtidos para cada um de nossos estabelecimentos serão regularmente mantidos em vigor ou facilmente renovados junto às autoridades públicas competentes. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos respectivos estabelecimentos. Podemos ser adversamente afetados caso ocorra o fechamento de algum estabelecimento relevante para o desempenho de nossas atividades em decorrência da não renovação ou não obtenção das licenças de operação legalmente exigidas.

Nossas operações dependem do fornecimento de água e energia elétrica. O racionamento de água e/ou energia elétrica pode nos afetar de maneira adversa.

Nosso processo produtivo consome grandes quantidades de água e energia elétrica. A capacidade operacional de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, bem como o próprio fornecimento de água, depende dos níveis do recurso armazenados nos reservatórios e nos fluxos dos rios. Existe conseqüentemente uma forte relação de dependência com os índices pluviométricos. O nível inferior de chuvas e o período de estiagem, poderá levar a uma queda nos níveis dos reservatórios e redução da capacidade operacional das hidrelétricas e no fornecimento de água em determinadas regiões no país, trazendo uma crise ao setor e forçando a população e indústria a um racionamento de energia.

O eventual racionamento de água e/ou energia poderá impactar diretamente nosso processo produtivo, o que poderá afetar adversamente nossa receita e nossos resultados operacionais.

(h) à regulamentação dos setores em que atuamos

Atuamos na indústria brasileira farmacêutica veterinária, setor da economia sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças ou registro de nossos produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos locais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos e registro de produtos, inclusive junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (“**CRMV**”), e aos padrões operacionais e de segurança do MAPA. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção periódica dessas entidades em nossas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes e emissão de certificados de boas práticas de fabricação. A regulamentação do setor farmacêutico veterinário inclui regras para aprovação de produtos e unidades industriais.

Caso descumpramos qualquer de nossas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes as licenças aplicáveis ou por não manter vigentes ou renovar os registros de nossos produtos, ou, ainda, em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$900,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Não podemos assegurar que o governo não irá alterar a regulamentação aplicável às nossas atividades, bem como as exigências para obtenção ou renovação de licenças de nossos estabelecimentos ou registro para fabricação e comercialização de nossos produtos, ou, ainda, atrasar a emissão dessas licenças ou registro de produtos. Qualquer mudança significativa na regulamentação ou em tais exigências, bem como a incapacidade em atendê-las, pode nos impedir de vender e distribuir determinado(s) produto(s) e/ou causar atrasos no lançamento de produto(s) e/ou aumentar os custos para obter ou renovar licenças ou registro de nosso(s) produto(s), o que pode nos afetar adversamente.

Como exemplo da possibilidade de alteração na regulamentação aplicável a nossas atividades, podemos citar a já revogada Instrução Normativa nº 13 do MAPA, de 29 de maio de 2014 (“**Instrução Normativa 13**”), publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2014, e que proibiu a fabricação, manipulação, fracionamento, comercialização, importação e uso de produtos antiparasitários de longa ação que contenham como princípios ativos as lactonas macrocíclicas (avermectinas) para uso veterinário e que são suscetíveis de emprego na alimentação de todos os animais e insetos. À época, possuíamos em nosso portfólio três produtos endectocidas (antiparasitários de ação interna e externa) de longa ação, destinados aos segmentos de ruminantes e suínos, que possuíam como principal composto substâncias

da classe das avermectinas, e que foram afetados por tal norma até sua revogação pela Instrução Normativa nº 6 do MAPA, de 27 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 30 de março de 2015. Outro exemplo a ser mencionado é a Instrução Normativa nº 12 do MAPA, de 6 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 08 de maio de 2014, a qual tornou as avermectinas utilizadas em produtos de longa ação sujeitas ao controle especial e venda sob receituário veterinário.

Podemos também citar a publicação do Decreto 8.848 de 06 de maio de 2015, que alterou alguns artigos do Decreto 5.053 de 22 de abril de 2004 e regulamentou a Lei 12.689 de 19 de julho de 2012 (“**Lei dos Genéricos**”), permitindo a entrada de medicamentos genéricos no mercado veterinário.

Por fim, estamos também sujeitos à Lei 12.846/2013, ou Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014, bem como outras leis anticorrupção que sejam aplicáveis a nossas atividades em outras jurisdições, agora ou no futuro. Visto que nossas atividades são amplamente reguladas e que tal regulação nos sujeita à interação constante com autoridades públicas, desenvolvemos um código de conduta, políticas e práticas para atendimento da nova legislação e estamos desenvolvendo um programa de compliance com consultor externo. Tendo em vista que a Lei Anticorrupção é bastante recente, não há regulamentação, histórico de aplicação ou quaisquer precedentes judiciais que sirvam de orientação sobre como a lei deverá ser aplicada. Portanto, não temos como prever se será necessário adotar políticas ou manuais adicionais para o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis.

De acordo com a opinião da Companhia, a regulamentação da Lei dos Genéricos por meio do Decreto 8.848, de 6 de maio de 2015, potencializou o risco de lançamento de novos produtos genéricos por concorrentes. Interpretação esta que difere daquela tida na época anterior à regulamentação da lei.

Nossos negócios estão sujeitos a regulamentação relevante, bem como a tendências regulatórias e de mercado.

Os novos produtos que estamos desenvolvendo somente poderão ser fabricados e comercializados caso sejamos capazes de obter todas as aprovações regulatórias exigidas em cada jurisdição em que atuamos. Mesmo após o registro e comercialização de um produto, ele poderá estar sujeito a novas revisões e eventualmente necessitará de aprovações adicionais para manutenção no mercado. A falha ou atraso no processo de obtenção e manutenção de aprovações em qualquer jurisdição poderá nos impedir de vender nossos produtos em tal jurisdição até que sua aprovação ou manutenção seja regularizada. A alteração de leis e regulamentações federais, estaduais, locais e estrangeiras aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, a utilização de produtos de nosso portfólio pode ser reduzida em razão de mudanças comportamentais de nossos clientes e em decorrência de tendências regulatórias ou de mercado, como a adesão voluntária da não utilização de antimicrobianos como aditivos alimentares. Caso algum desses fatores ocorra, nossa receita poderá ser negativamente impactada.

Uma regulamentação mais severa ou a diminuição de apoio financeiro governamental com relação à criação, processamento ou utilização de animais para produção de alimentos poderá reduzir a demanda de nossos produtos para a indústria pecuária.

O setor de produção de proteína animal está sujeito a uma regulamentação extensa e cada vez mais rigorosa. Caso os produtores pecuários sejam afetados adversamente por nova

regulamentação ou por alterações à regulamentação existente que restrinjam ou limitem a utilização de nossos produtos, a nossa capacidade de comercializar tais produtos poderá ser reduzida ou se tornar menos rentável, e, como resultado, poderemos ter nossos resultados operacionais e situação financeira afetados adversamente.

Uma regulamentação mais rigorosa relacionada à indústria pecuária ou aos nossos produtos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira. Ainda, muitas companhias de produtos alimentícios, inclusive produtores pecuários, se beneficiam de subsídios governamentais e linhas de crédito diferenciadas para a produção, comercialização e investimento em animais de produção ou em insumos utilizados na cadeia de produção de proteína animal. Caso tais subsídios e benefícios sejam reduzidos ou eliminados, essas companhias e produtores poderão se tornar menos rentáveis, e, como resultado, a utilização de nossos produtos poderá ser reduzida.

O uso incorreto ou contraindicado de nossos produtos poderá prejudicar nossa reputação ou resultar em danos financeiros.

Nossos produtos foram aprovados para uso em circunstâncias específicas no tratamento de determinadas doenças e condições em espécies alvo. Poderá ocorrer um aumento no risco da responsabilidade do produto caso os veterinários, produtores pecuários, proprietários de animais de estimação ou outros indivíduos tentem utilizar nossos produtos de forma incorreta e/ou contraindicada, incluindo a utilização em espécies para as quais não tenham sido aprovados (inclusive humanos). Além disso, o uso de nossos produtos para indicações além daquelas para as quais foram aprovados poderá ser prejudicial ou não ser eficiente, o que pode afetar adversamente nossa reputação e levar ao aumento de risco de litígios. Caso sejamos considerados envolvidos, por qualquer agência governamental ou reguladora, na promoção de quaisquer de nossos produtos para utilização contraindicada, tal agência poderá eventualmente exigir a alteração de nosso procedimento de treinamento ou de nossos materiais e práticas promocionais, sendo que poderemos ainda estar sujeitos a multas e penalidades significativas. A imposição de tais sanções também pode afetar nossa reputação e nossa posição no mercado. Qualquer dessas hipóteses poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

(i) aos países estrangeiros em que atuamos

Uma parcela de nossas vendas e lucros é atribuída a produtos comercializados no México por nossa controlada localizada naquele país.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, nossa operação comercial mexicana representou 1,7% de nossos ativos consolidados e 2,4% de nossas vendas líquidas consolidadas. Nossas operações mexicanas são dependentes desse mercado e, conseqüentemente, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais no México podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais, falta de energia e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem o país.

Uma parcela de nossas vendas e lucros é atribuída a produtos comercializados na Colômbia por nossa controlada localizada naquele país.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, nossa operação comercial colombiana representou 1,2% de nossos ativos consolidados e 0,5% de nossas vendas líquidas consolidadas. Nossas operações colombianas são dependentes desse mercado e, conseqüentemente, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais na

Colômbia podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais, falta de energia e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem o país.

Nossas exportações estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados às operações internacionais.

As exportações corresponderam a 6,7% da nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Nos principais mercados para os quais exportamos estamos sujeitos a fatores que não dependem de nosso controle, tais como: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas *antidumping* ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos. Nosso desempenho financeiro futuro dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existente nos nossos principais mercados de exportação.

Além disso, nossas operações podem ser afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais exportamos nossos produtos, ou nos portos estrangeiros que os recebem. Greves prolongadas de tais agentes poderão prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Poderemos ser afetados adversamente pelo uso indevido ou má representação de nossos produtos nos países para os quais nossos produtos são exportados.

Devido a exigências legais e regulatórias existentes em determinados países para os quais exportamos, somos obrigados a registrar nossos produtos perante os órgãos locais competentes (e.g. ministérios da agricultura) em nome de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, residentes nesses países. Nesses casos, como a titularidade do registro de nossos produtos está em nome de terceiros, nossa representatividade perante órgãos estrangeiros também é por eles exercida. Não podemos assegurar o cumprimento da legislação e regulamentações aplicáveis nos países para os quais exportamos nossos produtos por parte desses terceiros. Eventual descumprimento por tais terceiros da legislação e regulamentação aplicáveis nos respectivos países pode, independente de termos ou não contratos que regulem nossa relação com esses terceiros, impactar negativamente nossos negócios, deteriorar nossa marca e imagem por estarem associadas a esses produtos no exterior, e resultar em efeitos materiais adversos em nossa situação financeira e resultados operacionais.

(j) à questões socioambientais

Nossos negócios estão sujeitos a riscos decorrentes de alterações nas condições econômicas globais.

A indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por condições globais de diversas naturezas, que fogem do controle da Companhia.

O mercado financeiro global observou e poderá continuar a observar significantes níveis de volatilidade e incertezas. O momento e a sustentabilidade de uma recuperação econômica são incertos e transtornos de ordem macroeconômica, comercial e financeira poderão afetar a

demanda por nossos produtos nos mercados doméstico e externo devido a fatores como: (i) interrupções ou alterações nos mercados de crédito; (ii) alterações nas políticas de risco de crédito de nossos credores que dificultem ou encareçam a obtenção de financiamentos para nossas operações ou investimentos futuros; (iii) deterioração da situação financeira de alguns de nossos clientes, que poderão compensar eventuais aumentos de custos com a redução nos gastos com nossos produtos; (iii) deterioração da situação financeira de alguns de nossos fornecedores; e (iv) diminuição do valor de nossos investimentos.

Adicionalmente, a indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por mudanças nas condições climáticas e pelo surgimento ou aumento de pestes ou anomalias associadas ao clima, o que pode afetar a produção e distribuição de nossos produtos e os rendimentos do mercado pecuário, bem como resultar em regulamentação adicional que aumente os custos dos produtores pecuários. Como resultado, poderemos verificar diminuições ou flutuações regionais e sazonais em nossos resultados operacionais.

Além disso, produtores pecuários dependem de condições favoráveis do mercado de *commodities* e da disponibilidade de recursos naturais. A saúde de seus animais e sua capacidade operacional podem ser afetadas adversamente caso ocorram condições desfavoráveis no mercado de *commodities* ou a indisponibilidade de recursos naturais ocasionada pelo crescimento populacional humano, inundações, secas ou outras condições climáticas adversas. Nesses casos, os produtores poderão diminuir a demanda por nossos produtos, impactando negativamente nossos resultados operacionais.

Todos esses fatores poderão elevar os nossos custos operacionais ou diminuir a disponibilidade das matérias primas de que necessitamos ou a demanda por nossos produtos, prejudicando nossos resultados operacionais.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual acidente ou falhas logísticas

A operação de transporte de carga, seja terrestre, marítimo ou aéreo, apresenta riscos inerentes de acidentes, falhas mecânicas, colisões, perdas de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou dano de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, reivindicações de natureza social ou ambiental, greves, condições meteorológicas adversas e desastres naturais que podem nos afetar, resultando em perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

Nossas operações e/ou produtos podem impactar o meio ambiente ou causar, ou contribuir para, a contaminação ou exposição a substâncias perigosas.

A natureza de nossas operações também nos expõe ao risco de sinistros ambientais. Podemos estar sujeitos a reclamações por parte do poder público, autoridades ambientais, empregados, prestadores de serviços e terceiros por suposta lesão corporal, danos a propriedade e danos a recursos naturais decorrentes de exposição a, ou contaminação por, substâncias perigosas, causadas por nossas operações, instalações ou produtos, e pode não haver garantia de que custos e responsabilidades materiais não serão incorridos em conexão com tais reivindicações. Além disso, órgãos do governo e agências reguladoras estão mostrando crescente preocupação com o impacto dos produtos de saúde animal e de operações de gado sobre o meio ambiente. O estabelecimento de dispositivos regulatórios mais rígidos pode exigir tempo e recursos adicionais de nossa parte para responder a essas exigências, tanto para produtos novos quanto para produtos existentes, e pode afetar as vendas de nossos produtos e os nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, a legislação e regulamentação em vigor estabelecem exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Incorremos em custos para a prevenção, controle, redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como para o descarte e manejo de resíduos em nossos laboratórios e em nossa fazenda experimental. O cumprimento dessa legislação e regulamentação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas em razão de sua eventual inobservância. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de investimentos e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à sua previsão atual. Os investimentos necessários para atendimento à legislação ambiental poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, com possível impacto no resultado de nossas operações. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

O não cumprimento da legislação relativa à proteção do meio ambiente também pode sujeitar o infrator a sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito públicos e privados, o que pode ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que nos tenham sido impostas em razão do licenciamento de nossos complexos industriais, ou ainda que venhamos a assumir em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades do Grupo o expõem a riscos de mercado relacionados principalmente às variações cambiais, à flutuação das taxas de juros e ao risco de crédito. Essas variações podem acarretar perdas potenciais em investimentos, receitas, aplicações financeiras e de dívidas contratadas.

A Companhia possui mecanismos de controle e mitigação dos riscos de mercado que definem as diretrizes para a exposição aos fatores de riscos de mercado (risco de taxa de câmbio, taxa de juros e de crédito) detalhados no item 5.2.

A execução das operações para mitigação dos riscos de mercado é realizada pela área de Tesouraria e Departamento de Crédito, segundo as diretrizes das políticas financeiras existentes.

Risco de Taxa de Câmbio

Estamos sujeitos a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar desfavoravelmente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Nós e nossas controladas estamos expostas principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações possam fazer com que incorramos em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira.

A exposição da companhia à moeda estrangeira, decorre substancialmente dos empréstimos captados em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2015, cerca de R\$57,8 milhões dos empréstimos e financiamentos bancários eram denominados em dólares norte-americanos. Do total desse endividamento em moeda estrangeira, 98,6% possuía instrumento derivativo vinculado (*swap* cambial) com vistas a mitigação da exposição líquida da Companhia em moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos.

Neste cenário de hedge para quase o total da dívida em moeda estrangeira, uma variação mais brusca na taxa de câmbio teria relativamente pouca sensibilidade e impacto nos resultados operacionais e condição financeira da companhia.

Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nós e nossas controladas estamos expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que nós e nossas controladas contratamos junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Alguns dos nossos passivos têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2015, tínhamos R\$216,5 milhões em endividamento bancário, dos quais 43,3% estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI e TJLP.

Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Risco de Crédito

Estamos expostos a riscos de crédito, o que pode afetar desfavoravelmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Estamos sujeitos a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de nossos clientes às contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos de curto prazo. Considerando-se que o valor contábil dos nossos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, a exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2015 era de R\$5,0 milhões em depósitos bancários e R\$18,4 milhões em aplicações financeiras e ainda R\$225,7 milhões em contas a receber.

A companhia possui uma política de crédito específica com metodologia de análise de clientes através de atribuição de *ratings* (classificação de risco) que busca mitigar os riscos relacionados ao contas a receber. Adicionalmente, possuímos uma apólice de seguro de crédito que cobre parcialmente a carteira de recebíveis dos nossos clientes. Para mitigar o risco de crédito associado com os ativos financeiros, especialmente as aplicações financeiras, optamos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso nossos clientes ou as contrapartes nos instrumentos financeiros detidos por nós venham a descumprir suas obrigações, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2015, o valor total envolvido nos processos classificadas como perdas remotas, possíveis e prováveis era de R\$52.470.155,30, dos quais R\$2.599.594,51 foram provisionados. A Companhia mantém também provisão para passivo contingente, sem processos administrativos ou judiciais, no montante de R\$1.241.587,99, reconhecido em combinação de negócios, que de acordo com o item 23 do CPC 15, devem ser provisionados mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação.

A companhia também possui demandas ativas no âmbito tributário, no valor total de R\$2.723.021,46, sendo R\$2.275.740,14 classificados como perda remota e R\$447.281,32 classificados como perda possível.

As provisões da Companhia são registradas conforme Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a certa prática ou riscos jurídicos diversos.

Processos de natureza tributária

A Companhia possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa e judicial (contingências passivas - débitos tributários), em 31 de dezembro de 2015, no montante total de R\$45.469.264,40. Conforme avaliação dos advogados externos da Companhia, do valor total da contingência em questão R\$3.242.634,23 são avaliados como de perda remota e R\$42.221.825,79 como de perda possível.

Do montante demonstrado acima, R\$41.105.696,74 versam sobre discussões na esfera estadual referente ao ICMS.

A principal discussão envolve questões relacionadas a supostos débitos de ICMS decorrentes de entendimento diverso, tido pela fiscalização, sobre a aplicação da isenção prevista no Convênio 100/97 para importações de produtos técnicos destinados à formulação de produtos para o setor pecuário, que representa o montante de R\$29.803.951,32, sendo R\$10.962.457,79 na esfera judicial e R\$18.841.493,53 na esfera administrativa. Em suas defesas, a Companhia apresentou provas de que as operações realizadas tiveram destinação para a produção de produtos do setor pecuário, sendo, no seu entendimento, aplicável a norma de isenção contida no Convênio ICMS nº 100/97. Os advogados externos da Companhia que patrocinam estas demandas avaliam as chances de perdas como possíveis.

Após a emissão das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia sofreu autuação de ICMS, cujas informações estão apresentadas de forma separada no item 3.3 deste Formulário de Referência. Nesse contexto, as informações apresentadas nesse item 4.3 são aquelas conciliadas com as referidas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, não contemplando essa recente autuação.

Dentre os processos tributários que representam uma possível contingência, aqueles individualmente considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, encontram-se abaixo descritos.

Ação Anulatória de Débito Fiscal: nº 0019171-66.2009.8.26.0053	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	02/06/2009
d. partes no processo	Ouro Fino Saúde Animal Ltda. X Fazenda do Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10.962.457,79 – Vide Execução Fiscal nº 153.01.2009.004739-9 (abaixo)
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal que tem como objetivo anular a cobrança constituída pelo AIIM 2.028.151-1 objeto da Execução Fiscal 153.01.2009.004739-9 que discute, por sua vez, suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da aplicação da isenção prevista no convênio ICMS 100/97 na importação de produtos técnicos, utilizados na elaboração de produtos finais comercializados pela Companhia. Segundo o entendimento da Fazenda do Estado de São Paulo, as mercadorias importadas seriam simples matérias primas, sendo que a isenção do tributo é permitida apenas para os produtos técnicos e acabados. O pedido de tutela antecipada foi indeferido, razão pela qual foi apresentado pedido de reconsideração da decisão, restando este também indeferido.</p> <p>Contra tal decisão foi interposto agravo de instrumento em 21.07.2009 (processo nº 153.01.2009.004739-9), no qual foi indeferida a tutela recursal em decisão proferida em 19.06.2009. Em 27.10.2009 foi publicado acórdão negando provimento ao agravo.</p> <p>A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou, nos autos da Ação Anulatória sua contestação, a qual foi replicada pela Companhia em 15.04.2011.</p> <p>Em 15.09.2011, foi publicada sentença julgando improcedente a Ação e condenando a Companhia ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da causa.</p> <p>Contra tal sentença a Companhia interpôs Recurso de Apelação em 04.04.2012, a qual foi recebida em seu efeito devolutivo.</p> <p>A Fazenda do Estado apresentou suas contrarrazões ao Recurso de Apelação em 24.01.2014.</p> <p>Em 25.05.2015, foi disponibilizado acórdão que, à unanimidade, deu parcial provimento ao recurso de apelação da empresa para afastar a exigência dos juros de mora, no exato montante que indevidamente ultrapassar os índices estabelecidos pela taxa Selic e reduzir os honorários advocatícios de 20% para 5%, mas, contudo, rejeitar a preliminar arguida de cerceamento de defesa, bem como, no mérito, rejeitar a alegação de que seria aplicável à empresa isenção de ICMS.</p> <p>Em outubro de 2015, a empresa e o Estado de São Paulo interpuseram</p>

	recurso especial extraordinário. Atualmente, aguarda-se exame de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários interpostos pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo.
g. chance de perda	Possível: para o valor total do auto, exceto quanto ao valor relativo à redução dos honorários advocatícios de 20% para 5% - R\$ 1.827.076,30, cuja chance de perda é considerada como remota.
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Execução Fiscal nº 0004739-33.2009.8.26.0153 (antigo 153.01.2009.004739-9) – ICMS Importação/SP	
a. juízo	Anexo Fiscal do Foro da Comarca de Cravinhos/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28/05/2009
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Vide Ação Anulatória nº 0019171-66.2009.8.26.0053 (item 1 deste relatório).
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal do auto de infração objeto da Ação Anulatória 0019171-66.2009.8.26.0053 acima descrita, que discute da suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da aplicação da isenção na importação de produtos técnicos, utilizados na elaboração de produtos finais comercializados pela Companhia. Segundo o entendimento da Fazenda do Estado de São Paulo, as mercadorias importadas seriam simples matérias primas, sendo que a isenção do tributo é permitida apenas para os produtos técnicos e acabados. Em 22.06.2009 foi apresentada petição oferecendo seguro-garantia judicial para fins de garantia do juízo e requerendo a suspensão do curso da Execução Fiscal até o trânsito em julgado da Ação Anulatória.</p> <p>A garantia apresentada foi rejeitada, motivo pelo qual a Companhia ofereceu bens à penhora em adição ao seguro garantia.</p> <p>Em 30.03.2010 foi proferida a decisão determinando a suspensão da Execução Fiscal até o trânsito em julgado da Ação Anulatória nº 0019171-66.2009.8.26.0053.</p> <p>Em 14.05.2013 a Companhia requereu a substituição de todas as garantias por carta de fiança bancária. A Fazenda do Estado concordou com a substituição e em 21.08.2013 foi proferido despacho acatando o pedido da Companhia de substituição das garantias.</p> <p>Atualmente, aguarda-se o julgamento da Ação Anulatória acima descrita.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Processo: AIIM nº 4.025.788-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado

	de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	17/07/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5.414.807,13
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha "pet" e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 17.07.2013, tendo sido apresentada impugnação em 19.08.2013. Em 03.10.2013, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 01.11.2013. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões em 22.01.2014 e em 16.04.2014 foi proferida decisão anulando a decisão de primeira instância. Em 25.09.2015, o processo foi redistribuído à Unidade de Julgamento de Araraquara. Em 14.10.2015, foi publicada decisão que manteve o AIIM, razão pela qual foi interposto, em 13.11.2015, o recurso ordinário da empresa. Atualmente, aguarda-se manifestação da Fazenda Estadual e julgamento do recurso ordinário. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos destinados a animais de companhia, sendo que o montante em discussão refere-se apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Processo: AIIM nº 4.030.406-1	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	03/10/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$4.001.706,40
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha "pet"

	<p>e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 03.10.2013, tendo sido apresentada impugnação em 06.11.2013.</p> <p>Em 16.12.2013, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 15.01.2014. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões ao referido recurso. Em 10.10.2014, o julgamento foi convertido em diligência para análise das provas apresentadas. Atualmente, aguarda-se inclusão do processo em pauta de julgamento.</p> <p>A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha "pet", sendo que o montante em discussão refere-se apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas da Companhia figuravam como parte em 44 processos de natureza trabalhista e 2 processos de natureza previdenciária.

De acordo com a análise dos advogados externos e internos da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$999.289,38, R\$2.323.445,93 e R\$2.481.185,36, respectivamente, dos quais R\$2.481.185,36 foram provisionados por se tratarem de perdas prováveis, conforme avaliação dos advogados externos e internos da Companhia.

Estes processos versam, principalmente, sobre reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas trabalhistas, diferenças no pagamento das verbas rescisórias e horas extras, salvo o processo previdenciário que se trata de ação regressiva contra a Companhia, em que a autarquia visa ao recebimento dos valores pagos e aqueles que serão pagos por auxílio acidente, decorrente de acidente de trabalho.

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciário e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2015, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Reclamação trabalhista nº 0000244-38.2012.5.15.0042	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	14/02/2012
d. partes no processo	C. J. dos S. (espólio de) X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.636.130,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida pelo espólio de C. J. dos S., bem como seus herdeiros menores de idade regularmente representados, na qual pleiteia a responsabilidade solidária e subsidiária da reclamada e da

	<p>Companhia (2ª reclamada) pelos débitos oriundos desta ação.</p> <p>O pedido do reclamante consiste em pagamento de danos morais e materiais em razão de alegado acidente de trabalho que resultou na morte de C. J. dos S e foi ajuizada em 14/02/2012.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados improcedentes, absolvendo os réus dos pagamentos das referidas verbas, cuja sentença foi publicada em 14/02/2013</p> <p>Os reclamantes interpuseram recurso ordinário em 01/03/2013, os quais foram conhecidos pelo Tribunal. O acórdão proferido em 21/02/2014 reformou a decisão de primeira instância, condenando a Companhia, subsidiariamente, ao pagamento das verbas decorrentes do acidente de trabalho, tendo sido arbitrado à condenação o valor de R\$500.000,00.</p> <p>A Companhia interpôs recurso de revista em 05/03/2014 que atualmente aguarda julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.

Reclamação trabalhista nº 0002433-28.2012.5.03.0137	
a. juízo	37ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. instância	Execução
c. data de instauração	18/12/2012
d. partes no processo	E. C. G. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$990.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por E. C. G. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais referentes ao período da prestação de serviços e reflexos, pagamento de verbas rescisórias e pagamento de comissões, cujo ajuizamento ocorreu em 18/12/2012.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenando a reclamada ao pagamento de parte das verbas acima descritas, arbitrando o valor da condenação em R\$ 50.000,00, cuja sentença foi publicada em 19/12/2013.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário em 22/01/2014, o qual foi parcialmente provido, excluindo da sentença a condenação por danos morais em razão de erro material.</p> <p>O referido acórdão transitou em julgado em 22/04/2014, ao passo que foi dado início à execução da sentença, que está em fase de apuração de valores.</p> <p>Execução iniciada, o perito apurou o valor R\$ 1.031.413,09, já atualizado até a data do depósito para oposição de Embargos à Execução em 12/02/2015.</p> <p>Aguardando análise dos Embargos opostos pela reclamada em 17/02/2015.</p> <p>Os Embargos foram parcialmente procedentes conforme decisão de 03/07/2015. Assim, a reclamada interpôs Agravo de Petição, que foi parcialmente acolhido pelo Tribunal conforme acórdão publicado em</p>

	11/09/2015. Os autos retornaram à Vara de Origem para novos cálculos em 30/09/2015. Aguardando a retificação dos cálculos pelo perito judicial.
g. chance de perda	Possível: R\$218.000,00 / Provável: R\$772.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.

Reclamação trabalhista nº 0002067-30.2013.5.03.0112

a. juízo	33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	20/10/2013
d. partes no processo	J. A. R. M. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$613.087,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por J. A. R. M. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais referentes ao período da prestação de serviços e reflexos, pagamento de verbas rescisórias e pagamento de comissões, cujo ajuizamento ocorreu em 02/10/2013.</p> <p>Aguardando audiência de instrução na 1ª instância designada para 10/02/2014.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenando a reclamada ao pagamento de parte das verbas acima descritas, arbitrando o valor da condenação, para fins recursais, em R\$ 100.000,00, conforme sentença proferida em 04/08/2014.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário em 18/08/2014, o qual foi parcialmente provido, excluindo da sentença a condenação ao pagamento pelo período afastado do trabalho por doença; adicionais de horas extras e reflexos, reduzindo a condenação para R\$ 60.000,00 pra fins recursais, conforme acórdão publicado em 12/11/2014.</p> <p>Interposto Recurso de Revista em 07/01/2015 e não provido.</p> <p>Concomitantemente foi iniciada a execução provisória trabalhista em 21/05/2015, de maneira que diante da divergência dos cálculos da parte, foi nomeado perito para a apuração do quanto devido.</p> <p>Apurado o valor pelo perito de R\$ 332.169,89 atualizado até a data do depósito para garantir a execução e opor Embargos, diante da não concordância, pela reclamada, dos cálculos, em 21/08/2015.</p> <p>Os Embargos foram rejeitados. Assim, a reclamada interpôs Agravo de Petição em 25/09/2015, que também foi rejeitado pelo Tribunal, de acordo com acórdão publicado em 11/11/2015.</p> <p>Sem matéria para outros recursos, aguardar retorno dos autos à vara de origem e liberação dos valores ao reclamante e eventual saldo remanescente à reclamada.</p>
g. chance de perda	Possível: R\$373.686,00 / Provável: R\$239.401,00

h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
---	---

Reclamação trabalhista nº 0001470-61.2013.5.03.0015	
a. juízo	15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	18/07/2013
d. partes no processo	W. F. R. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$506.833,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por W. F. R. pleiteando a declaração de nulidade do contrato de representação comercial entre as partes, reconhecendo o vínculo empregatício e o pagamento de verbas salariais e rescisórias e pagamento de comissões, reclamação ajuizada em 18/07/2013.</p> <p>A Companhia apresentou contestação em 29/07/2014 e aguarda realização de audiência de julgamento.</p> <p>Em 1ª instância foi julgada parcialmente procedente reconhecendo o vínculo empregatício e condenando a reclamada ao pagamento das verbas rescisórias, férias vencidas, 13º salários, FGTS + 40%, recolhimentos previdenciários, pagamentos horas extras e reflexos, bem como pagamento de 1 hora extra pela violação do intervalo intrajornada, conforme sentença publicada em 26/08/2014.</p> <p>Interposto Recurso Ordinário pela Companhia em 10/10/2014, foi dado provimento e revertida a decisão para improcedente, conforme acórdão de 14/01/2015.</p> <p>Acompanhar eventual interposição de recurso pelo reclamante ou o trânsito em julgado da decisão.</p> <p>O reclamante apresentou recurso de revista e agravo de instrumento em 16/03/2015 e 14/05/2015, respectivamente, já que aquele não foi conhecido em virtude da matéria esbarrar na súmula 126 do TST. Estamos aguardando o julgamento do agravo de instrumento.</p>
g. chance de perda	Remota: R\$506.833,00.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Reclamação trabalhista nº 0001026-06.2011.5.06.0018	
a. juízo	18ª Vara do Trabalho de Recife
b. instância	2ª Instância

c. data de instauração	20/07/2011
d. partes no processo	K. M. J. de S. X Ouro Fino Pet Ltda. e Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$318.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por K. M. J. de S. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de verbas salariais e rescisórias, pagamento de comissões e indenização por danos morais, ajuizada em 20/07/2011.</p> <p>Em 1ª instância os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, condenado a reclamada ao pagamento de parte das verbas salariais e rescisórias e das comissões em razão do reconhecimento do vínculo de emprego, conforme sentença publicada em 29/04/2014.</p> <p>A Companhia interpôs recurso ordinário em 07/05/2014, o qual aguarda apreciação.</p> <p>Apreciado o recurso, a decisão foi mantida, conforme acórdão publicado em 18/09/2014. A Companhia interpôs recurso de revista e, posteriormente, agravo de instrumento e aguarda apreciação em 24/09/2014 e 31/10/2014, respectivamente.</p> <p>Os recursos não foram conhecidos, conforme acórdão publicado em 25/02/2015.</p> <p>Com o início da execução em 08/04/2015, a reclamada não concordou com os cálculos do perito, que forma objeto de Embargos à Execução, opostos em 13/04/2015.</p> <p>Mantidos os cálculos e sem matéria para apresentar Agravo de Petição, conforme decisão de 04/05/2015, aguardar liberação dos valores depositados como garantia de execução á reclamante e saldo remanescente à reclamada.</p>
g. chance de perda	Possível: R\$139.376,00 / Provável: R\$178.624,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.

Processo nº 27417-93.2010.4.01.3400	
a. juízo	20ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	21.06.2010
d. partes no processo	ABRASEM – Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$236.757,00
f. principais fatos	<p>Suspender as exigibilidades das contribuições sociais incidentes sobre a receita bruta da comercialização da produção rural.</p> <p>A contestação foi apresentada em 28/07/2010 e a sentença foi proferida em</p>

	21/05/2012 com julgamento procedente do pedido. A ação aguarda julgamento de recurso de apelação desde 26/07/2013.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Perda financeira.
i. valor provisionado (se houver)	20ª Vara Federal do Distrito Federal

**O valor descrito no item (e) de cada um dos processos acima corresponde à quantificação dos pedidos do respectivo autor.*

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas da Companhia figuravam como ré em 10 processos cíveis judiciais e 7 processos cíveis administrativos.

De acordo com a análise dos advogados externos e internos da Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2015 o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$867.954,08, R\$ 215.411,38 e R\$113.604,77, respectivamente, dos quais R\$ 113.604,77 foram provisionados por se tratarem de perdas prováveis.

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2015, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 0038170-24.2011.8.13.0388	
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Luz/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22.11.2011
d. partes no processo	Geraldo Magela Cortes Carvalho (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3.000.000,00
f. principais fatos	<p>Ação de indenização com pedido de condenação da Companhia por dano moral e material em razão de ter inserido o nome do Sr. Geraldo como autor de artigos científicos sobre doenças de animais e produtos no site da Companhia, que não teriam sido escritos por ele. O Autor requer a exclusão imediata de seu nome dos artigos e a condenação da Companhia ao pagamento de indenização em decorrência do suposto uso indevido do nome do Autor.</p> <p>A Companhia contestou, em 31.01.2012, a ação esclarecendo que a inserção do nome do Autor foi feita de boa-fé, uma vez que ocorreu erroneamente apenas em razão da transição dos sistemas da Companhia. A Companhia também informou que excluiu o nome do Autor assim que notou o equívoco, não tendo, portanto, gerado qualquer tipo de dano ao Autor. A contestação foi impugnada pelo autor em 16/02/2012.</p> <p>A audiência de instrução foi realizada por meio de cartas precatórias que foram devidamente cumpridas em 19/11/2013 e 10/08/2015.</p>

	O processo encontra-se aguardando despacho para apresentação das alegações finais desde 10/08/2015..
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Perda financeira, já que a Autor pretende a condenação da Companhia ao ressarcimento de hipotéticos danos materiais e morais que alega ter sofrido.

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R\$52.470.155,30, dos quais R\$2.599.594,51 foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que nós sejamos parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, figurávamos como parte em 44 processos de natureza trabalhista que versam sobre reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas trabalhistas. O valor total agregado envolvido é de R\$5.538.747,75 , dos quais R\$2.481.185,36 encontram-se provisionados.

Do ponto de vista tributário, os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, repetitivos ou conexos relevantes em conjunto são os casos de ICMS, já descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.6.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$5.538.747,75 dos quais aproximadamente R\$ 2.481.185,36 foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.7 - Outras contingências relevantes

Programas de Parcelamento

De acordo com as informações disponibilizadas, a Companhia não possui débitos tributários inseridos em parcelamentos.

Contingências de natureza concorrencial

Não existem contingências de ordem concorrencial atinentes à Companhia ou suas controladas, porquanto nenhuma delas:

- Está ou esteve envolvida nas condutas anticompetitivas previstas nos artigos 20 e 21 da Lei nº 8.884/94 (Lei Antitruste Revogada) e/ou no artigo 36 da Lei nº 12.529/11 (Nova Lei Antitruste), nos últimos cinco anos;
- É ou foi parte de contratos de exclusividade com efeito de fechamento de mercado, nos últimos cinco anos; e
- Está em processo de negociação ou realizou qualquer operação societária passível de notificação ao CADE que, nos termos da Lei Antitruste Revogada e da Nova Lei Antitruste, não tenham sido notificadas, ou tenham sido notificadas intempestivamente.

A Companhia e suas controladas, no que concerne a procedimentos administrativos perante o CADE, figuraram nos seguintes expedientes, na qualidade de parte:

Empresa do Grupo Ouro Fino	Tipo e nº do procedimento	Descrição da operação e seu status atualizado
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ato de Concentração nº 08012.006151/2009-91	Aquisição, pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda., da formulação e marca do produto "Lepecid BR Spray" da Dow Agrosiences Industrial Ltda.

Quanto aos processos administrativos para imposição de sanções, nem a Companhia nem suas controladas figuraram como parte; tão somente como informante, em atendimento a ofício do CADE, para prestar esclarecimentos acerca do mercado em que atua.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos e controles internos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui políticas formalizadas de gerenciamento de riscos financeiros, conforme descrito no item 5.2. deste Formulário de Referência. A gestão dos demais riscos, incluindo os estratégicos e operacionais, é realizada diretamente pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, juntamente com os demais gestores da Companhia, com supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, sem haver políticas formalizadas.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção, razoável, para os riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia se utiliza da estrutura de gerenciamento de riscos, apresentada no item 5.3 deste Formulário de Referência para proteção contra os riscos verificados em seu negócio. Conforme descrito no item 5.2, também se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (não especulativos) para proteção dos riscos cambial e de juros, e de uma série de instrumentos, como metodologia de rating e contratação de cobertura de seguros, para se proteger dos riscos de créditos. Adicionalmente contrata coberturas de seguros, em montantes considerados suficientes, para riscos relativos aos seus bens (edificações, equipamentos, estoques, etc.).

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é realizado diretamente pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, juntamente com os demais gestores da companhia, com supervisão da Auditoria Interna, do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, cujas responsabilidades estão descritas no item 5.3 (b) deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para o gerenciamento dos riscos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui políticas de gestão dos riscos de mercado estabelecidas que definem as diretrizes para os principais fatores de riscos de mercado (risco de taxa de câmbio, taxa de juros e de crédito).

A política de gestão dos riscos financeiros vigentes foi aprovada e revisada, em janeiro de 2016, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Diretor Financeiro da Companhia.

No que se referem aos riscos de crédito, possuímos uma política específica que foi revisada e aprovada, em março de 2014, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, pelo Diretor Financeiro e pelo Gerente de Crédito.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, com a finalidade de minimizar os riscos relacionados e mitigar possíveis variações não esperadas no resultado do Grupo.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Com relação ao risco de taxa de juros, buscamos manter aplicações financeiras indexadas ao CDI, de modo a neutralizar parcialmente o efeito das flutuações de juros sobre as dívidas referenciadas em CDI e os contratos de *swap*. Adicionalmente, buscamos monitorar as taxas de juros de maneira contínua, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No tocante ao risco de taxa de câmbio, temos como prática utilizar operações de derivativos, substancialmente, contratos de *swap* cambial para troca de encargos de empréstimo e financiamentos originalmente em moeda estrangeira para a moeda real mais encargos com base na variação do CDI. Eventualmente, quando necessário for, poderemos contratar operações de termo de moeda do tipo NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteção de variações no resultado decorrentes de desequilíbrio de ativos e passivos em moeda estrangeira, que são originadas das exportações de nossos produtos (conta clientes) e da importação de matérias-primas para produção (conta fornecedores).

No que se refere ao risco de crédito relacionado aos recebíveis dos nossos clientes, além de análises de crédito com estabelecimento de limites de exposição individuais, de acordo com o *rating* estabelecido pela área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, possuíamos vigente, em 31 de dezembro de 2015, uma apólice de seguro de crédito que cobria parcialmente a carteira de recebíveis. Para mitigar o risco de crédito associado com os ativos financeiros, especialmente as aplicações financeiras, optamos por instituições financeiras de primeira linha.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos financeiros derivativos preferencialmente utilizados para proteção da exposição cambial são os swaps cambiais e NDF (*Non Deliverable Forward*), por terem características de demanda de caixa somente no vencimento final da operação, ou quando revertido.

Nas proteções das exposições a taxas de juros, o instrumento financeiro derivativo *swap* é o usualmente utilizado.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para o gerenciamento dos riscos de variação cambial, utilizamos como parâmetro para proteção o descasamento líquido em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando nossos ativos não denominados em reais contra nossas obrigações não denominadas em reais, o que protege nosso balanço patrimonial. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

No tocante ao gerenciamento dos riscos de taxas de juros, o parâmetro utilizado considera a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros comparados com a taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos por meio de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

Os parâmetros e controles internos utilizados para o gerenciamento do risco de crédito do contas a receber consideram o monitoramento do perfil da carteira por *rating* e suas respectivas exposições.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Nossa política de riscos financeiros define as diretrizes para a exposição máxima aos fatores de riscos financeiros e foi estabelecida pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Diretor Financeiro. No que se refere aos riscos de crédito, possuímos uma política específica que estabelece alçadas para a concessão dos limites de crédito por cliente, de acordo com o *rating* estabelecido pelo Departamento de Crédito. O gerenciamento desses riscos financeiros são de responsabilidade da Diretoria Financeira.

Uma vez identificadas nossas exposições ao riscos financeiros, a Tesouraria e o Departamento de Crédito são responsáveis por consolidar todos os parâmetros, buscar proteção com operações no mercado e tomar as decisões de modo a mitigar esses riscos de acordo com a política estabelecida.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Avaliamos a efetividade da política de gerenciamento de riscos financeiros através da nossa Tesouraria e Departamento de Crédito, áreas subordinadas à Diretoria Financeira. Nossa estrutura financeira é centralizada e todas as decisões financeiras, contratos e os fluxos de caixa passam pela Tesouraria. A efetividade das políticas de riscos financeiros adotada é acompanhada pelo Conselho Fiscal e a Auditoria Interna monitora os controles existentes pelos departamentos responsáveis. A Administração da Companhia considera que a estrutura operacional e os controles internos para a verificação da efetividade da política adotada é adequada.

5.3 - Descrição controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca constantemente aprimorar suas práticas de gestão, as quais consideram sua estrutura de controles internos.

A Diretoria é o principal órgão de gestão responsável pelo estabelecimento e pela manutenção de controles internos que visam garantir, com razoável segurança, a eficiência operacional, o cumprimento com leis e regulamentos e a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) e o Conselho Fiscal são outros importantes órgãos responsáveis pela estrutura de controles internos.

Atualmente, a Companhia conta com os seguintes principais programas de controles internos:

- Código de Conduta (já adaptado aos requerimentos da Lei Anticorrupção e respectiva regulamentação);
- Canal de Denúncias;
- Auditoria Interna (*co-sourcing* com empresa padrão “Big 4”); e
- Auditoria Externa realizada por empresa padrão “Big 4”.

Destacam-se como ações mais recentes de aprimoramento da estrutura de controles:

- implantação do ERP/SAP R3;
- elaboração de fluxogramas abrangendo os processos de negócio e de apoio da Companhia;
- elaboração de matrizes de riscos e controles para as áreas operacionais, conforme padrões de mercado usualmente estabelecidos para empresas sujeitas aos requerimentos da Lei *Sarbanes-Oxley*;
- reestruturação da área de auditoria interna, com a opção por um modelo de *co-sourcing*, sendo a liderança da área realizada por empresa padrão “Big 4”, com reporte técnico direto ao CAE e com plano de comunicação que abrange os gestores, a Diretoria, o CAE, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração; e
- realização de diagnóstico por escritório especializado sobre práticas de *compliance*, que servirá de base para a realização de plano de ação relativo a essa área.

Cabe destacar que, atualmente, o gerenciamento de riscos estratégicos é realizado diretamente pelo Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em conjunto com os demais gestores da Companhia e o Conselho de Administração.

A Diretoria entende que o atual processo de controles internos da Companhia é satisfatório para garantir os objetivos propostos, inclusive o de fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas**Diretoria Executiva**

O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, juntamente com os demais gestores da Companhia, os principais responsáveis pelo estabelecimento de controles internos compatíveis e adequados aos níveis de riscos verificados nos processos de negócio e de apoio da Companhia.

Conselho de Administração

Dentre outras importantes atividades previstas no Estatuto Social da Companhia e em lei, compete ao Conselho de Administração: (i) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (ii) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (iii) escolher e destituir o auditor independente da Companhia; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; e (v) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas.

Comitê de Auditoria Estatutário

Órgão consultivo de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, constituído de acordo com os artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e com o disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308, conforme alterada pela Instrução CVM 509, com a finalidade de: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Conselho Fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, são: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da companhia é composta por 3 (três) colaboradores que são liderados por uma equipe (sênior, gerente e sócio) de consultoria padrão “Big 4”, que reportam-se tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário. É responsável, juntamente com os gestores operacionais, por avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo. É responsável também pela gestão do Canal de Denúncia e por análises de eventuais casos de fraude. Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados aos gestores operacionais, Diretoria, CAE, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Comitê de Ética

Composto pelos gestores das áreas de recursos humanos, jurídico e auditoria interna, tendo por principal responsabilidade o esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Diretor Presidente é o responsável pela eficiência dos controles internos da Companhia, com supervisão do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal, os quais se baseiam em informações transmitidas pelos demais gestores, auditores internos e externos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado por nossos auditores externos, em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, foram reportadas duas deficiências significativas, que são aquelas que, no julgamento profissional do auditor, são de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança:

- (i) existência de usuários com permissão de manutenção de tabelas do sistema SAP por meio da transação SE16N, função esta que possibilita a alteração de informações em tabelas e ignora objetos de autorização contidos no sistema, sem um procedimento específico de revisão e ou aprovação pela gestão de TI. Recomenda-se realizar um revisão dos perfis de acesso dos usuários do sistema SAP com a finalidade de identificar usuários com permissões de alteração de tabelas por meio da transação SE16N e que esses acessos sejam permitidos a apenas determinados usuários previamente aprovados para tal. Adicionalmente, para os momentos em que houver a necessidade de alterações, estabelecer procedimentos de abertura de um chamado, por meio da ferramenta *Solution Manager*, de forma que a respectiva alteração seja feita apenas pelo *basis* da empresa e com a devida autorização do gestor do departamento de TI; e
- (ii) a provisão para descontos sobre os preços faturados nas vendas de vacina contra febre aftosa é determinada com base em critérios subjetivos, baseados nas expectativas de mercado, experiência do Diretor Comercial e condições de negociações particulares de cada caso. Adicionalmente, o desconto efetivo é negociado, determinado e calculado diretamente pelo Diretor Comercial, indicando assim ausência de segregação de funções para essa atividade. Recomenda-se definir critérios mais objetivos para mensuração dos

preços da vacina contra febre aftosa e manter nível adequado de segregação de funções no processo de apuração, aprovação e registro do montante a ser provisionado.

Com relação ao item (i) acima, a Companhia informa que já iniciou o ano de 2016 com restrição de acesso à transação SE16N e com procedimento para solicitação de acesso somente via “*firefighter*”, com aprovação dos gestores de TI e formalização em documento “requisição de solicitação de acesso SE16”, com preenchimento obrigatório para análise prévia à liberação, incluído como anexo no chamado na ferramenta *Solution Manager*.

Com relação ao item (ii) acima, a Companhia informa que apesar da observação da auditoria, todos os descontos efetivamente concedidos em negociação comercial são aprovados diretamente pelo Diretor Presidente. Ademais, em 2016, as negociações de desconto e consequentes provisões contabilizadas serão acompanhadas e monitoradas pelo gestor da área financeira.

Foram reportadas outras recomendações para aprimoramento dos controles internos, consideradas não significativas pelos próprios auditores e pela administração.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores concordam com as recomendações dos auditores independentes reportadas em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e adotarão medidas corretivas ao longo do exercício de 2016.

5.4 - Alterações significativas nos principais riscos

Desde nossa constituição, em 10 de abril de 2014, até 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

5.5 - Outras informações relevantes

Principais riscos macroeconômicos a que estamos expostos

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras é influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Crises nos Estados Unidos ou nos países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os de nossa emissão. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de nossa emissão, além de dificultar ou impedir totalmente nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente dos Estados Unidos, haja vista a sensibilidade das ações na BM&FBOVESPA às flutuações das taxas de juros daquele país. A perspectiva de crescimento da economia dos Estados Unidos permanece baixa, assim como a taxa de crescimento global. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos nossos negócios e, por consequência, nos preços de mercado das ações de nossa emissão.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. O risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais, podendo refletir-se nos preços de mercado das ações de nossa emissão.

A inflação e certas medidas tomadas pelo governo federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações de nossa emissão.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la causaram, no passado, efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira, inclusive uma das mais altas taxas de juros reais do mundo. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No ano de 1993, por exemplo, a inflação atingiu taxas de 2.477,2%, enquanto nos anos mais recentes de 2013, 2014 e 2015, atingiu taxas de 5,9%, 6,41% e 10,67%, respectivamente, medidas pelo IPCA, segundo dados do IBGE. No entanto, as pressões inflacionárias ainda persistem e, o banco central tem utilizado a elevação nas taxas de juros para combatê-la. No ano de 2011, a taxa básica de juros da economia (“**SELIC**”) variou entre 10,66% a 12,42% ao ano, em 2012 de 7,11% a 10,90% ao ano, em 2013 de 7,11% a 9,90% ao ano, em 2014 de 9,90% a 11,65% ao ano e em 2015 de 11,65% a 14,15% ao ano. Medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo governo federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Brasil poderá vivenciar altos índices de inflação no futuro. Assim, o risco de inflação decorre da parcela de nossa dívida referenciada a tais índices, o que pode afetar negativamente nossas despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nos índices de inflação. Adicionalmente, as pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações e o valor de mercado das ações de nossa emissão.

Podemos não ser capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre nossa estrutura de custos. Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que resultem no aumento nas taxas de juros poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados, pois parte do nosso endividamento está indexado ao CDI. As pressões inflacionárias também poderão dificultar a nossa capacidade de acessar os mercados financeiros estrangeiros ou gerar políticas governamentais de combate à inflação que podem nos prejudicar ou afetar negativamente nossos negócios.

A volatilidade do real em relação ao dólar, euro e outras moedas pode ter um efeito adverso sobre nossas operações e sobre o preço de mercado das ações de nossa emissão.

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações. O governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Segundo dados do Banco Central, no fechamento dos anos de 2013, 2014 e 2015, a taxa de câmbio entre o real e o dólar eram de R\$2,34, R\$2,65 e R\$3,90, respectivamente. O real poderá se valorizar ou desvalorizar substancialmente frente ao dólar norte-americano no futuro, e esta instabilidade cambial poderá ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos resultados.

A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos das taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em efeito adverso relevante sobre nós.

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre nossos negócios e sobre nosso acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, e pode afetar negativamente os resultados de nossas operações e nossa condição financeira.

A situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados pelas condições econômicas no país. O PIB brasileiro, em termos reais, cresceu 2,3% em 2013, 0,1% em 2014, apresentou queda de 3,8% em 2015. Futuras reduções nas taxas de crescimento do Brasil podem afetar o consumo dos nossos produtos e, conseqüentemente, poderiam afetar negativamente nossa estratégia de negócio, nossos resultados operacionais, ou nossa condição financeira.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações significativas nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo brasileiro, detidos por nós. Nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados de forma relevante por mudanças nas políticas governamentais, bem como os fatores econômicos globais, incluindo:

- liquidez nos mercados de capital, empréstimos e crédito;
- política monetária;
- taxas de inflação;
- instabilidade social ou econômica;
- escassez de energia;
- políticas fiscais e regulatórias ;
- desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio; e
- outras eventualidades, diplomáticas, políticas econômicas e sociais dentro de ou afetando o Brasil.

Historicamente, o cenário político do país tem influenciado o desempenho da economia brasileira e as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, que resultou na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Futuras alterações nas políticas do governo brasileiro e/ou a incerteza de saber se e quando tais políticas e regulamentos podem ser aplicados, as quais estão além de nosso controle, poderiam contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nossos resultados. Esta incerteza e outros eventos futuros que afetam a economia brasileira e as políticas adotadas pelo governo brasileiro poderão causar um impacto adverso nos nossos negócios, resultados das operações e preço de nossas ações.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	10/04/2014
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/10/2014

6.3 - Breve histórico

O grupo econômico no qual a Companhia hoje se insere foi constituído em 1987 por seus sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari, inicialmente com negócios voltados exclusivamente para a fabricação de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, equinos, aves e suínos).

No período de 1987 a 1999, o crescimento ocorreu de forma orgânica e, substancialmente, na linha de animais de produção. Em 2000, a Ouro Fino deu o primeiro passo rumo à diversificação atuando também, no mercado de produtos para animais de companhia (cães e gatos).

De 2001 a 2004, acreditando na inovação e no desenvolvimento tecnológico como diferenciais estratégicos, a Ouro Fino investiu na construção, em Cravinhos, São Paulo, de um novo e moderno parque industrial e tecnológico, uma vez que as antigas instalações já não comportavam o seu crescimento.

O ano de 2007 marcou o início dos investimentos para a entrada no segmento de biológicos, com a construção de uma moderna planta industrial (fábrica e laboratório biosseguro) para a produção de vacinas contra febre aftosa. As obras foram concluídas em outubro de 2008 e a certificação pela Comissão de Biossegurança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA foi concedida em dezembro do mesmo ano. Essa certificação tornou a Ouro Fino apta para receber as sementes de vírus e iniciar o desenvolvimento da vacina. A licença para comercialização foi concedida pelo MAPA em outubro de 2010, após dois anos de desenvolvimento.

Ainda em 2007, a Ouro Fino iniciou a construção da planta industrial de produtos terapêuticos hormonais, com o objetivo de desenvolver um portfólio para protocolo completo de Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF). A construção da fábrica foi concluída no início de 2008 e a comercialização da produção própria iniciada no segundo semestre daquele ano.

Em 2014, após o cumprimento de diversas exigências legais, o Grupo concluiu o processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de suas ações ordinárias. A oferta foi realizada em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400.

No ano de 2015, intensificamos nossas ações no mercado externo, fortalecendo a nossa presença no México com a ampliação da equipe comercial e aumento da base de clientes. Também concluímos em setembro o processo de aquisição do nosso distribuidor local na Colômbia, com objetivo de ampliar a presença da companhia nesse país.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia considere relevante para este item 6.

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a maior empresa de saúde animal de origem nacional segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN (“**SINDAN**”) e uma das líderes do ranking, em um mercado com predominância de grandes farmacêuticas multinacionais. Em 2015, alcançamos um expressivo crescimento tanto no mercado interno quanto em nossas operações internacionais, principalmente, no México, com o crescimento da equipe comercial local e base de clientes, e na Colômbia, com a aquisição de nosso distribuidor local e ampliação da equipe comercial local. Como resultado desses esforços, fomos reconhecidos como a melhor companhia de saúde animal das Américas Latina e do Sul pela *Animal Pharm*.

Em 31 de dezembro de 2015, possuíamos participação de 10,45% - o mercado de saúde animal brasileiro, que é altamente pulverizado, de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ouro Fino. Com um portfólio completo de produtos para saúde animal, composto por 119 produtos veterinários, bem como marcas altamente reconhecidas no mercado nacional.

Atuamos na (i) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para uso em animais de produção, que incluem, substancialmente, bovinos, equinos, aves e suínos (“**Animais de Produção**”); (ii) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de medicamentos e outros produtos veterinários para uso em animais de companhia, que incluem cães e gatos (“**Animais de Companhia**”); e (iii) exportação de produtos do segmento de Animais de Produção e Animais de Companhia (“**Operações Internacionais**”).

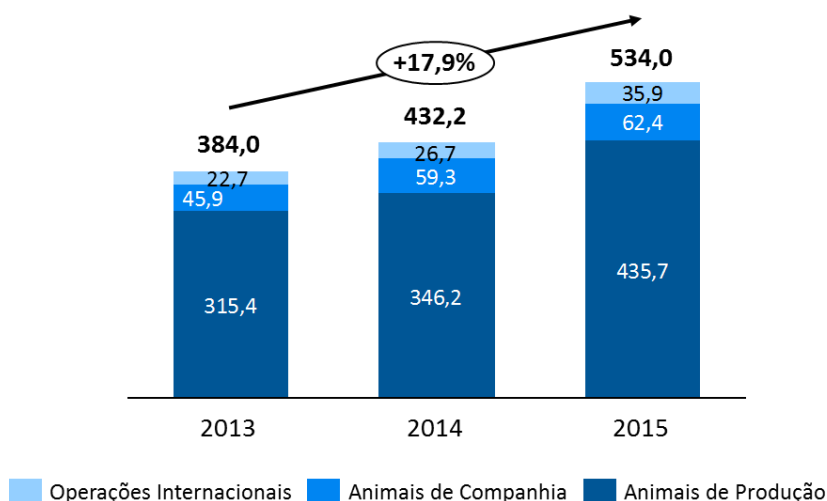
Iniciamos nossas operações em 1987, e, ao longo desses 28 anos de trajetória, consolidamos nossa posição de liderança no mercado brasileiro de saúde animal principalmente em razão da qualidade e diferenciação dos nossos produtos e do atendimento especializado aos nossos clientes, decorrente de nosso amplo conhecimento das necessidades do mercado. Nosso sucesso decorre, dentre outros fatores, dos seguintes diferenciais competitivos:

- portfólio de produtos especificamente desenvolvidos para os mercados em que atuamos e em constante evolução tecnológica, resultado da qualidade de nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento (“**P&D**”) e de sua capacidade multidisciplinar de desenvolvimento de produtos. Tal equipe é formada principalmente por farmacêuticos, veterinários, químicos, biólogos e biotecnólogos;
- grande proximidade com nossos clientes, o que nos proporciona melhor conhecimento das suas necessidades;
- plantas industriais novas, as quais acreditamos estar entre as mais modernas do setor na América Latina e que são operadas por equipe técnica altamente especializada, o que garante o alto padrão de qualidade dos nossos produtos;
- alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com uma equipe comercial própria e de representantes comerciais do segmento de animais de produção que atende, diretamente, aproximadamente 4.800 pontos de venda, incluindo revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e grandes consumidores finais;

- alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com 42 distribuidores e uma distribuidora própria – “Ourofino Distribuição Pet”, que consiste no atendimento aos Pet Shops e clínicas das regiões sul e oeste do Estado de São Paulo, e
- marca altamente reconhecida no mercado, resultado da alta qualidade de nossos produtos, de nossa estratégia de *marketing* diferenciada, da nossa sólida base de clientes, construída ao longo desses 28 anos de história, e de nosso relacionamento próximo e de longa data com os compradores de nossos produtos.

Nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$534,0 milhões, representando um aumento de 23,6% em relação à receita líquida do exercício social anterior, que foi de R\$432,2 milhões. No período que compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, registramos uma taxa anual de crescimento médio composto (CAGR) em nossa receita líquida de 17,9%.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da representatividade percentual de nossas vendas líquidas consolidadas ou combinadas nos segmentos de Animais de Produção, Animais de Companhia e Operações Internacionais:



A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras da Companhia.

(em R\$ milhões, exceto se de outra maneira indicado)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro				
	2015 (Consolidado)	2015 x 2014	2014 (Combinado-consolidado)	2014 x 2013	2013 (Combinado-consolidado pro forma)
Receita líquida	534,0	23,6%	432,2	12,6%	384,0
<i>Animais de produção</i>	435,7	25,9%	346,2	9,8%	315,4
<i>Animais de companhia</i>	62,4	5,2%	59,3	29,2%	45,9
<i>Operações Internacionais</i>	35,9	34,5%	26,7	17,6%	22,7
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	119,1	21,0%	98,2	15,4%	85,1

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro				
(em R\$ milhões, exceto se de outra maneira indicado)	2015 (Consolidado)	2015 x 2014	2014 (Combinado-consolidado)	2014 x 2013	2013 (Combinado-consolidado pro forma)
Margem EBITDA Ajustado ⁽²⁾	22,3%	(0,4) p.p.	22,7%	0,5 p.p.	22,2%

⁽¹⁾ Calculamos o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e amortização, e o EBTIDA Ajustado excluindo adicionalmente resultados de operações descontinuadas, custos de *back office* rateados para outras partes relacionadas (*services sharing agreement*) relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e provisão para *impairment* de ativos intangíveis. Em razão desse cálculo, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização e também pelas nossas operações descontinuadas e outros itens julgados não recorrentes. Consequentemente, acreditamos que o EBTIDA Ajustado funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor comparabilidade e permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também de nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Para uma reconciliação do EBITDA Ajustado com o nosso lucro líquido, vide item 3.2 – Medições não contábeis – do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

⁽²⁾ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado do período ou exercício, conforme aplicável, dividido pela receita líquida do respectivo período ou exercício.

Oportunidades de Mercado

Crescimento do agronegócio brasileiro.

O PIB do agronegócio brasileiro cresceu 30,1% nos últimos 10 anos, atingindo um volume de negócios de aproximadamente R\$1,2 trilhões em 2015, de acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, equivalente a aproximadamente 21,5% do PIB brasileiro no mesmo período. Esse mercado é composto pela produção de alimentos, fibras e bioenergia, destinados tanto para o mercado interno quanto para o externo. Em 2015, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira, o agronegócio exportou volume recorde – após a redução de 6% em 2014. A desvalorização da moeda real alavancou a atratividade dos produtos agrícolas exportados, mesmo com a queda dos preços em dólar. Cálculos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, mostram que, entre janeiro e dezembro de 2015, comparativamente ao mesmo período de 2014, o volume exportado pelo agronegócio brasileiro (IVE-Agro/Cepea) cresceu 15,9%, e os preços em dólares recebidos pelos exportadores do setor retraíram-se em mais de 18% (IPE-Agro/Cepea).

O mercado mundial de produção de proteína animal apresentou um CAGR de 1,1%, passando de 248 milhões de toneladas em 2012 para 257 milhões de toneladas em 2015, de acordo com dados do *United States Department of Agriculture - USDA*. O Brasil foi, em 2015, o terceiro maior produtor global de proteína animal correspondente aproximadamente 26,8 milhões de toneladas, enquanto que o primeiro colocado, a China, produziu o correspondente a aproximadamente 73 milhões de toneladas. Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA apontam um progressivo aumento da participação do Brasil no mercado mundial de alimentos. A expectativa do MAPA é de que, até 2020, as produções nacionais de carne bovina, de frango e suína atendam 44,5%, 48,1% e 14,2% da demanda mundial, respectivamente.

Nesse contexto, o Brasil, que atualmente ocupa a posição de maior exportador de carne bovina do mundo, precisará aumentar a produtividade da indústria de proteína animal por meio de

investimentos em tecnologia e prevenção e tratamento de enfermidades animais, a fim de acelerar o ganho de peso do rebanho e diminuir o tempo para abate.

Crescimento do mercado veterinário brasileiro.

Segundo o SINDAN, o mercado veterinário brasileiro movimentou cerca de R\$4,4 bilhões em 2014, apresentando crescimento de 10,17% em relação a 2013. Acreditamos que o crescimento do mercado brasileiro de saúde animal será impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento da produção de proteína animal para atender o crescimento do consumo dos mercados interno e externo;
- aumento do nível de tecnologia aplicada no campo em busca de maior produtividade, com consequente aumento na utilização de produtos para saúde animal;
- maior utilização de biotecnologia (produtos biológicos e biofármacos inovadores) com foco na prevenção de doenças; e
- expectativa de crescimento contínuo do segmento de Animais de Companhia.

Com relação ao segmento de Animais de Companhia, o Brasil é o país com a segunda maior população de cães e gatos do mundo, estimada em 74 milhões de animais domiciliados, de acordo com dados do IBGE – PNS – 2013). Consideramos uma população de 52 milhões de cães e 22 milhões de gatos domiciliados. A crescente preocupação da sociedade brasileira com a saúde dos Animais de Companhia, que são considerados como “membros da família”, proporciona uma oportunidade de investimento para a indústria veterinária, conforme Informe Setorial divulgado pelo BNDES em 2013.

Dinâmica da indústria farmacêutica veterinária.

A estrutura da oferta na indústria farmacêutica veterinária é caracterizada por empresas que lideraram o processo de inovação de produtos e por empresas seguidoras. Acreditamos ocupar posição de destaque, como a principal empresa nacional, no grupo das empresas que lideram o processo de inovação, que é composto majoritariamente por empresas multinacionais.

Importante ressaltar também que, devido às diferenças entre os padrões de raças e peculiaridades sanitárias, climáticas e nutricionais de cada país, há uma necessidade de desenvolvimento de produtos que atendam a essas especificidades, e que se diferenciem daqueles desenvolvidos nos países de origem das empresas farmacêuticas multinacionais. Uma maior capacidade de atendimento a especificidades locais constitui diferencial competitivo importante para a maior aceitação dos produtos nesses mercados. Acreditamos que a *expertise* de nossa equipe comercial, aliada ao relacionamento de longo prazo com nossos clientes, constituem um diferencial competitivo para entender e antecipar as necessidades do mercado em que atuamos.

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

Posição de liderança no atrativo mercado de saúde animal no Brasil.

De acordo com dados do SINDAN, ocupamos a terceira posição no mercado nacional de saúde animal, que possui predominância de grandes companhias farmacêuticas globais. Segundo o SINDAN, mantivemos de 2013 para 2014 (os dados de 2015 ainda não foram divulgados) a 3º posição do ranking nacional das indústrias veterinárias, com um crescimento médio superior a

média do mercado. Devido ao nosso posicionamento de liderança, acreditamos possuir vantagens competitivas em relação aos nossos concorrentes para acompanhar o acelerado crescimento da demanda nacional por produtos de saúde animal, tanto no segmento de Animais de Produção, quanto no de Animais de Companhia. Acreditamos que possuímos estruturas adequadas que nos permitirão aumentar nossa produção e atender ao crescimento da demanda por produtos de saúde animal. Acreditamos que nossos centros de P&D têm tecnologia adequada para nos permitir antecipar as necessidades de nossos clientes e desenvolver produtos que tenham boa aceitação no mercado.

Marca altamente reconhecida.

Acreditamos ser reconhecidos no mercado pela qualidade de nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo atendimento próximo e diferenciado a nossos clientes. Ao longo de nossos 28 anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento no mercado de sanidade animal, traduzidos, inclusive, em diversos prêmios que nos foram atribuídos, tais como:

- o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica na categoria Grande Empresa em 2005 e o reconhecimento como uma das 40 empresas mais inovadoras do Brasil em 2006, segundo a FINEP;
- o primeiro lugar entre as empresas mais admiradas do segmento veterinário em 2010, de acordo com a revista Carta Capital;
- a “Melhor Indústria Farmacêutica para Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A de 2013; e
- a melhor empresa entre as indústrias do setor veterinário das Américas Latina e do Sul pela consultoria internacional Animal Pharm (Awards 2015 - Best Company – Latin & South America). O resultado por votação considerou aspectos como inovação, desenvolvimento e estratégias internacionais em negócios para sanidade animal.

Nossa marca possui grande aceitação, que é demonstrada através de nossa alta capacidade de inserir novos produtos no mercado. Nos últimos cinco anos, lançamos 39 produtos no mercado interno.

Equipe comercial altamente qualificada e sólida base de clientes.

No segmento de Animais de Produção, nossos produtos são vendidos por uma equipe comercial com cerca de 230 profissionais especializados, composta em sua grande maioria por médicos-veterinários espalhados por todos os estados brasileiros. Essa equipe atende, diretamente, mais de 4.800 clientes ativos, que incluem revendas, cooperativas, agroindústrias e produtores rurais presentes em todo o território nacional. Possuímos um relacionamento de longo prazo e de confiança com nossos clientes, dentre os quais o maior representa apenas cerca de 2,8% de nossa receita, não havendo, portanto, concentração que gere dependência com relação a clientes específicos.

No que diz respeito ao segmento de Animais de Companhia, mantemos uma relação de longo prazo com 43 distribuidores, sendo uma distribuição própria estrategicamente localizados em todo o território brasileiro, responsáveis por distribuir nossos produtos para aproximadamente 25 mil pontos de venda. O Brasil é dividido em 3 gerências, e em 12 coordenações regionais, e possuímos na cidade de São Paulo, uma estrutura própria de distribuição, a Ourofino Distribuição. A Ourofino Distribuição é responsável pela distribuição de nossos produtos nas regiões da Zona Sul, Centro e parte da Zona Oeste da cidade. Além de venda aos PDVs da

região, esta distribuidora tem como objetivo disponibilizar treinamentos diversos para o setor veterinário, contribuindo assim para o desenvolvimento e profissionalização do setor pet.

Com relação às nossas exportações, possuímos clientes em 14 países, sendo México e Colômbia, com estruturas locais próprias, os mais importantes para nossa estratégia de crescimento.

Parque industrial com avançado padrão tecnológico e nova planta de biotecnologia.

Buscamos, à época da construção de nossa fábrica de produtos farmacêuticos veterinários, o atendimento aos mais atuais preceitos das *Good Manufacturing Practices – GMP* e das mais rigorosas normas regulatórias mundiais, tais como as emitidas pela *Food and Drugs Administration (FDA)*, dos Estados Unidos da América, e pela *European Medicines Agency Home – EMEA*, da União Europeia.

Ainda dentro de nosso parque industrial, concluímos em 2010 a construção de uma fábrica de biológicos certificada pelo MAPA para a produção da vacina contra a febre aftosa, equipada com um laboratório biosseguro classificado no mais alto nível de biossegurança, o NBS4 ou NB4, e com capacidade de produção de 44 milhões de doses por ano.

Em junho de 2014, concluímos, também em nossa planta de Cravinhos, um novo centro de pesquisa em biotecnologia para desenvolvimento de vacinas e moléculas funcionais biológicas para Animais de Produção (principalmente, bovinos e suínos) e Animais de Companhia, com vistas não somente ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas também à viabilização da produção dessas vacinas e moléculas funcionais em escala industrial. Em complemento a este centro de pesquisa em biotecnologia, está prevista para o final de 2016 a construção de uma planta de produção segura de produtos biotecnológicos que foi projetada para ser uma das maiores e mais modernas da América Latina.

Excelência em P&D de produtos.

Adotamos uma estrutura de P&D focada na busca e captação de oportunidades alinhadas às nossas estratégias de negócio, e que tem demonstrado ser capaz de desenvolver produtos inovadores e de alto valor agregado.

Nos últimos três anos, investimos aproximadamente 6,4% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R\$85,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, tínhamos 85 projetos de P&D em *pipeline*.

Em nossa experiência com P&D, temos observado que o ciclo médio da fase de desenvolvimento de novos produtos é de 30 meses, contados a partir do encerramento da fase de pesquisa até a aprovação final no MAPA e início da comercialização do produto. Nos últimos cinco anos, lançamos no mercado 39 novos produtos.

Possuímos parcerias com diversos e prestigiados pesquisadores, universidades e centros de pesquisa localizados nas Américas, Europa e Ásia, dentre os quais destacamos: Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Católica de Brasília, Embrapa, Fiocruz, Unesp, Instituto Butantan, University of Cambridge, Washington State University.

Comprovado crescimento financeiro.

Possuímos sólida estrutura de capital, com um histórico comprovado de crescimento de receita líquida. Nos últimos três anos, registramos uma taxa anual de crescimento médio composto

(CAGR) em nossa receita líquida de 17,9%. A receita líquida do segmento de Animais de Produção aumentou de R\$346,2 milhões em 2014 para R\$435,7 milhões em 2015, enquanto que a do segmento de Animais de Companhia aumentou de R\$59,3 milhões em 2014 para R\$62,4 milhões em 2015. No nosso segmento de Operações Internacionais, a receita líquida aumentou de R\$26,7 milhões em 2014 para R\$35,9 milhões em 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, nossa dívida líquida bancária representava apenas 1,62 vezes nosso EBITDA Ajustado, e o custo médio ponderado da dívida era de 7,98% a.a.

Fundadores com histórico de sucesso comprovado, administração com ampla experiência e alto nível de governança corporativa.

Nossos fundadores, os Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, atualmente conselheiros da administração da Companhia, demonstraram, ao longo desses 28 anos de história, empreendedorismo, capacidade e *know how* para expandir nossos negócios e explorar novos nichos do mercado de saúde animal, o que resultou em forte e consolidado crescimento orgânico da Companhia.

Além disso, contamos com uma equipe de administração profissional composta por executivos qualificados e experientes no mercado de saúde animal, que acreditamos nos proporcionar uma maior capacidade de explorar oportunidades em nosso setor e agilidade para adequar nossos planos de negócios às demandas de mercado. Acreditamos que a aliança entre o empreendedorismo de nossos fundadores e a capacidade e experiência de nossos administradores possibilita uma grande geração de valor para a Companhia, impulsionando cada vez mais seu faturamento e reconhecimento no mercado em que atuamos.

Há vários anos, temos adotado sólidas práticas de governança corporativa. Desde 2005, somos auditados por empresa de auditoria externa das chamadas “*big four*”, além de continuarmos conduzindo auditorias internas. Em 2007, a BNDESPar tornou-se acionista da Companhia, e, contribuí com nossas estratégias de negócios e práticas de governança corporativa. Em 2010, passamos a seguir as normas internacionais de contabilidade (IFRS) publicadas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, em nossa antiga estrutura societária, mesmo como empresa fechada, já adotávamos determinadas práticas de companhias de capital aberto, como, por exemplo, a elaboração desde 2013 de informações trimestrais (ITR). Em 2012, implantamos na Companhia o Conselho de Administração, que possui, atualmente, cinco membros, dos quais três são independentes e, em 2013, implantamos o Conselho Fiscal, que atualmente possui três membros. Em janeiro de 2014, implantamos um novo sistema de gestão integrado (ERP) para a Companhia, o SAP, visando uma melhor tecnologia da informação e maior controle nos processos internos, cujo projeto de implantação recebeu o prêmio “*Impact Awards 2014*” durante a 17ª Conferência Anual da ASUG Brasil (Associação de Usuários SAP). Também ao final de 2014, implantamos o Comitê de Auditoria Estatutário composto por 3 membros, sendo presidido por um conselheiro independente do Conselho de Administração.

NOSSA ESTRATÉGIA

Temos como objetivo o crescimento contínuo de nossos negócios com o desenvolvimento e expansão das nossas atividades, aprimorando continuamente nossos produtos e desenvolvendo nossa atuação no segmento de biológicos, a fim de proporcionar lucratividade e geração de valor para nossos acionistas. Para tal fim, seguimos uma estratégia baseada nos seguintes pontos:

Segmento de Animais de Produção.

Temos como objetivo ampliar nossa participação de mercado no segmento de Animais de Produção por meio do aumento de nosso atual portfólio de produtos e expansão de penetração na base de clientes. Em 31 de dezembro de 2015 possuíamos 86 produtos para Animais de Produção, com uma participação no mercado de 10,84%, de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ourofino. Acreditamos que o segmento de Animais de Produção no Brasil ainda está muito distante dos países mais desenvolvidos, tanto em termos do tamanho do rebanho quanto em termos da tecnologia empregada na criação dos animais, de modo que cremos que a demanda interna por nossos produtos tende a aumentar significativamente na medida em que os produtores pecuários se tornem mais tecnificados. Também acreditamos que o Brasil, devido a questões de competitividade na cadeia de produção de proteínas, tem condições de aumentar sua participação no mercado internacional, e que, para isso, investirá ainda mais em sanidade animal, o que sem dúvida trará grandes oportunidades para a Companhia.

Como forma de expandirmos nossos negócios no segmento de Animais de Produção, planejamos ainda expandir nosso portfólio de produtos farmacêuticos e biológicos (vacinas), nesse último caso especialmente para bovinos e suínos, aumentar nossa presença de mercado em áreas e regiões parcialmente exploradas e fortalecer nossa participação no segmentos de aditivos para melhor eficiência em bovinos.

Destacamos o nosso centro de P&D em biotecnologia, que irá permitir o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, bem como a avaliação de oportunidades de aquisições seletivas de tecnologias promissoras nesse segmento.

Segmento de Animais de Companhia.

Pretendemos continuar expandindo nossa participação de mercado no segmento de Animais de Companhia que em 31 de dezembro de 2015, foi de 8,44%, de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ourofino. Aproveitando tendências como a humanização dos animais de estimação, e o aumento dos cuidados com os pets, que são considerados cada vez mais como “membros da família”.

Possuímos um portfólio de 33 produtos para Animais de Companhia. . Pretendemos continuar com nossa P&D de novos produtos e com o aprimoramento dos produtos-chave de nosso atual portfólio, além de entrar no importante mercado de biológicos (vacinas) para consolidação de nossa marca no segmento. Ressaltamos que o aumento do nosso portfólio permitirá ampliarmos a nossa participação no mercado.

Planejamos expandir a venda de nossos produtos para Animais de Companhia nos 25 mil pontos de vendas atualmente abrangidos pela nossa rede de distribuidores, além de atingirmos pontos de venda que ainda não disponibilizam nossos produtos. Para isso iniciamos o projeto “Ourofino Distribuição Pet”, que consiste no atendimento direto aos petshops e clínicas das regiões sul e oeste da cidade de São Paulo. Além do atendimento, o projeto tem como objetivo ser referência de trabalho para os outros 42 distribuidores da rede atual, assim como promover treinamentos para aperfeiçoamento e práticas de gestão para diversos públicos do mercado de animais de companhia no Brasil.

Segmento de Operações Internacionais.

Pretendemos iniciar a expansão de nossa presença internacional por meio de uma estratégia “go-to-market” local, nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia, conforme abaixo:

México. O México possui um dos maiores mercados de saúde animal da América Latina com um rebanho bovino de aproximadamente 33 milhões de cabeças em 2014, de acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*.

Diferentemente do mercado brasileiro de saúde animal, a venda direta para grandes produtores pecuários e para distribuidores, no mercado de saúde animal mexicano, é significativa. Diante disso, torna-se fundamental o fortalecimento de equipe própria para maior aproximação com esses canais de distribuição. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país reside no desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1997, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país.

Estamos adotando como estratégia de crescimento a reestruturação de nossa controlada mexicana, com a contratação de equipes comerciais, de assistência técnica e *marketing* próprias, viabilizando dessa forma um controle direto das nossas operações comerciais no país e uma maior aproximação com o consumidor final que aumentará nossa influência no processo de sua decisão de compra.

Colômbia. A Colômbia possui outro dos maiores mercados de saúde animal da América Latina, com um rebanho bovino de aproximadamente 24 milhões de cabeças em 2014, de acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*.

No mercado colombiano de saúde animal, os grandes participantes do mercado global possuem subsidiárias instaladas para atender o mercado local, o que demonstra a atratividade desse mercado. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país, assim como no mercado mexicano, reside no desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1998, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país. Com o objetivo de aumentar nossa participação de mercado na Colômbia, adquirimos em 2015 nosso distribuidor local, possibilitando a instalação de uma controlada no país e o controle das políticas de comércio, *marketing* e assistência técnica locais, provendo maior agilidade em nossos processos decisórios de captura de oportunidades. Buscaremos, assim, aumentar nossas margens e participação de mercado, eliminando intermediários e nos aproximando dos consumidores finais.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Os produtos por nós comercializados são segmentados em três categorias: (i) animais de produção; (ii) animais de companhia; e (iii) operações internacionais.

Animais de Produção

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção, que consistem em:

- ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos);
- aves;
- suínos; e
- equino

Ademais, este segmento compreende também a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor. Atendemos, para este segmento, cerca de 4.800 pontos de venda de varejo e atacado no Brasil, contando com um portfólio de 86 produtos veterinários ao final de dezembro de 2015, que compreendem, dentre outros, vacinas, antiparasiticidas, antibióticos, terapêuticos e nutricionais.

Animais de Companhia

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para cães e gatos.

Atendemos, para este segmento, 42 distribuidores no país e 1 distribuidora própria, que chegam a atingir mais de 25 mil pontos de vendas, contando com um portfólio de 33 produtos veterinários diferentes, que compreendem, dentre outros, otológicos, dermatológicos, nutricionais, antibióticos, anti-inflamatórios, antiparasiticidas e desinfetantes.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para Animais de Produção e Animais de Companhia para o mercado externo. Atualmente, exportamos nossos produtos para 14 países, sendo os mais importantes para nossa estratégia de crescimento, o México e a Colômbia.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de					
	2015	% do total	2014	% do total	2013	% do total
Animais de Produção	435.717	81,6%	346.175	80,1%	315.426	82,1%
Animais de Companhia	62.378	11,7%	59.360	13,7%	45.931	12,0%
Operações Internacionais	35.950	6,7%	26.706	6,2%	22.664	5,9%

Receita líquida	534.045	100,0%	432.241	100%	384.021	100%
-----------------	---------	--------	---------	------	---------	------

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Tendo em vista que as despesas gerais e administrativas, o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social são geridos de forma única, não temos por prática a segregação destas para nossos diferentes segmentos. Assim, não é possível auferir a participação de cada segmento no nosso lucro líquido. No entanto, apresentamos abaixo o lucro operacional de cada segmento antes das despesas gerais e administrativas, bem como o lucro líquido total de nossas atividades.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (consolidado)							
(em R\$ milhares, exceto %)	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	226.507	%	47.114	%	23.740	%	297.361
Despesas com vendas	(130.390)	%	(19.634)	%	(11.594)	%	(161.618)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(39.882)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	2.041
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	97.902
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(10.635)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	87.267
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(18.060)
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	69.207

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 (combinado-consolidado)							
(em R\$ milhares, exceto %)	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	193.812	74,5%	50.186	19,3%	16.313	6,2%	260.311
Despesas com vendas	(125.604)	85,6%	(15.417)	10,5%	(5.655)	3,9%	(146.676)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(34.831)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	211
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	79.015
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(11.443)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	67.572
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(15.058)

Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	52.514
--	---	---	---	---	---	---	---------------

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 (pro forma)							
<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	180.725	76,9%	38.912	16,6%	15.286	6,5%	234.923
Despesas com vendas	(111.365)	84,5%	(13.591)	10,3%	(6.782)	5,1%	(131.738)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(32.433)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	11
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	71.852
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(8.662)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	63.190
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(5.870)
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	57.320

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Nossa cadeia produtiva está intimamente relacionada com o nosso setor de P&D. Os projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos passam por uma triagem com o objetivo de aprimorar ou lançar no mercado um produto capaz de atender a real necessidade de nossos clientes, além de manter nosso portfólio de produtos atualizado com a demanda natural do mercado por produtos inovadores. Contamos com uma equipe de aproximadamente 120 especialistas em pesquisa e desenvolvimento para a saúde animal, os quais interagem diretamente com nossos clientes, o que nos permite entender com maior rapidez as necessidades de nossos clientes, transformando uma ideia em um produto final por meio de nosso setor de P&D.

A estrutura organizacional do setor de P&D compreende uma diretoria de P&D, responsável pela atuação no planejamento estratégico, análise estratégica do portfólio de produtos e projetos, aprovação de ideias e projetos internos e externos e interface com departamentos de marketing, técnico veterinário e de pesquisa e desenvolvimento.

A diretoria de P&D compreende a área de prospecção tecnológica, responsável pela captação externa de ideias e tecnologias; o núcleo de propriedade intelectual, responsável pelo registro de marcas e patentes no Brasil e no exterior; a área de gestão de projetos, responsável pelo mapeamento de processos, captação interna de ideias e tecnologias, bem como pela definição e acompanhamento de projetos de P&D; a área de assuntos regulatórios veterinário, responsável pela submissão do pacote regulatório para registro de novos produtos aos órgãos regulatórios competentes no Brasil e no exterior, bem como pela vigilância regulatória e manutenção das licenças vigentes, tanto para produtos, quanto para estabelecimentos; a área de estudos clínicos e pré-clínicos, responsável pela definição de formulações em desenvolvimento e provas de conceito (pré-clínicos) e pelo desenvolvimento e atendimento regulatório para registro de novos produtos; e, por fim, a gerência de pesquisa e desenvolvimento, responsável pela tecnologia farmacêutica, desenvolvimento analítico, regulatório farmacêutico, estudos de estabilidade, biotecnologia e qualificação de fornecedores de insumos para produção e desenvolvimento de produtos veterinários.

Com o intuito de tornar nosso setor de P&D mais eficiente, firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa espalhados nas Américas, Europa e Ásia, dentre os quais destacamos a: Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal de Viscoça, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Católica de Brasília, Embrapa, Fiocruz, Unesp, University of Cambridge, Washington State University. Adicionalmente, conduzimos estudos clínicos e pré-clínicos em bovinos, suínos e ovinos, além de realizar análises laboratoriais de suporte, em uma fazenda experimental localizada na cidade de Guataporá, no Estado de São Paulo.

Nosso processo de pesquisa e desenvolvimento pode ser dividido em 4 fases:

(1) Abordagem inicial: essa fase consiste (a) na identificação de demanda do mercado por meio de contato direto com os clientes; (b) em inovações realizadas pelo nosso time de P&D; e (c) desenvolvimento de nosso portfólio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.

- (2) **Discussão de viabilidade:** essa fase consiste na discussão da análise de viabilidade das inovações potenciais identificadas na primeira fase. Este processo compreende uma análise técnica e comercial do projeto pelos nossas áreas técnicas, comercial e marketing e financeira.
- (3) **Análise Técnica:** essa fase consiste na produção do protótipo do produto em nossa linha piloto. Nessa fase o produto tem seu conceito e eficiência aprovados ou rejeitados por nossa equipe técnica.
- (4) **Pré-comercialização:** essa fase consiste em avaliação do mercado e dos canais de distribuição, incluindo (a) a identificação de demanda do mercado por meio de contato direto com os clientes; e (c) desenvolvimento de nosso portfólio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.

Uma vez concluído esse processo, caso aprovado, o produto passa a integrar nosso portfólio e é comercializado.

Nos últimos três anos, investimos aproximadamente 6,4% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R\$85,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, tínhamos 85 projetos de P&D em *pipeline*.

Em nossa experiência com P&D, temos observado que o ciclo médio da fase de desenvolvimento de novos produtos é de 30 meses, contados a partir do encerramento da fase de pesquisa até a aprovação final no MAPA e início da comercialização do produto. Nos últimos cinco anos, lançamos no mercado 39 novos produtos.

Com relação ao nosso processo de produção, este é conduzido em nosso parque industrial, localizado na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, que conta com uma infraestrutura moderna, construída em uma área de mais de 178.500 m², separada em diferentes blocos onde estão nossas plantas de biológicos e de farmacêuticos, que incluem os produtos terapêuticos hormonais e defensivos animais.

Biológicos

Nosso processo de produção de biológicos atualmente consiste na produção de vacinas contra febre aftosa. Sua produção tem início com o escalonamento de cultivo de células BHK₂₁, provenientes do banco de células, até obter volume de 5.000 litros. Este volume é atingido acrescentando-se meio de cultivo para células, que é uma mistura de vários componentes, como proteínas, vitaminas e fatores de crescimento. Estes, por sua vez, são dissolvidos em água para injetáveis (WFI), suplementando com soro bovino e esterilizado por filtração.

Posteriormente, as células são transferidas para a área de máxima biossegurança (nível 4 NBS), onde são infectadas com vírus da febre aftosa para a produção do cultivo de vírus. O cultivo viral é clarificado por centrifugação para retirada do debris celular e, posteriormente, inativado com adição de etilenimina binária – BEI para impossibilitar sua capacidade de replicação e transferidos para área de quarentena.

Depois de conferir a inativação do vírus, por parte do laboratório de controle de processo, estes são transferidos para a área de formulação, onde são concentrados e purificados. Posteriormente, eles são misturados com o adjuvante oleoso para obtenção da vacina granel, que é envasada em duas apresentações 10 doses (50 ml) e 50 doses (250 ml).

Todo esse processo de produção das vacinas contra febre aftosa passa por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada, para então serem enviadas para testes oficiais no MAPA.

Farmacêuticos

Buscamos nortear o processo de fabricação de nossos produtos farmacêuticos por práticas denominadas BPF (Boas Práticas de Fabricação) estabelecidas pelo MAPA que têm como objetivo assegurar que nossos produtos tenham a mais alta qualidade e eficiência do mercado. A totalidade dos insumos produtivos passa pelo nosso controle de qualidade e, do mesmo modo, todos os produtos acabados são testados pelo controle de qualidade antes do envio ao mercado.

Injetáveis. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área classificada quanto à esterilidade. Temos linha de alta capacidade produtiva que dispõe de túnel de lavadora automática, túnel de esterilização, envase e recave automáticos. Ainda, temos outras duas linhas de envase para processo de produtos de grandes volumes e frascaria de plástico.

Líquidos orais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase. Dispomos de duas linhas de envase segregadas.

Crems e pomadas. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Temos duas salas de envase segregadas: uma com processo estéril para a produção de antimastíticos e uma segunda para a produção de pomadas. Na primeira sala a substância formulada é enviada via tubulação para o envase em máquina automática e na segunda o produto é transportado em tanques móveis (Bins) para a sala de envase. Há produção de seringas, bisnagas plásticas e metalizadas.

Sólidos. O setor de sólidos é dividido em comprimidos e pós. No setor de comprimidos a substância de formulação é produzida em misturadores em "V" de aço inox 316L e transferidos para a sala de compressão. Caso seja requerido o revestimento das drágeas executamos este processo em área adjacente. Após a drágea pronta é executado o processo de embalagem final. No setor de pós, os insumos são misturados em equipamentos em "V" e Ribbons Blenders. Após a mistura, a substância pode ser envasada em sacos, potes ou sachês.

Hormônios. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área classificada quanto à esterilidade. Neste mesmo setor temos uma linha de produção de implantes sólidos. Os insumos são misturados em bateadeiras de aço inox 316L e posteriormente moldados.

Defensivos Animais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase. Há três salas de envase distintas para cada classe de produto: aerossóis, pequenos volumes e grandes volumes.

O processo produtivo de nossos medicamentos é do tipo batelada, ou seja, trabalhamos com lotes de produção sequenciais. Estes processos produtivos são, por força da legislação aplicável, únicos e padronizados e têm sua origem no momento de desenvolvimento dos produtos. Sendo assim, após a definição da fórmula e dos processos produtivos correspondentes a determinado produto, qualquer alteração posterior deveser previamente aprovada pelo MAPA

Buscamos realizar durante todo o ano em nossas plantas manutenções preditivas e preventivas. Paradas momentâneas de equipamentos para reparos ocorrem ocasionalmente e

são executados em sua maioria por colaboradores qualificados da própria empresa. Todo o nosso parque fabril possui coberturas de seguros para os principais riscos relacionados ao nosso negócio.

Nossas instalações produtivas são bastante flexíveis, o que nos permite produzir uma grande quantidade de formas farmacêuticas e apresentações. Atualmente, operamos em média com 70% de nossa capacidade instalada, a qual pode ser ampliada basicamente com investimentos em máquinas e equipamentos.

(b) características do processo de distribuição

As vendas de nossos produtos são altamente pulverizadas, abrangendo todo o território nacional e alguns países estrangeiros. Nossa equipe comercial realiza visitas mensais aos nossos clientes e vende diretamente para os canais de atendimento, que incluem revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e produtores pecuários. Assim, nossa estrutura logística precisa ser capaz de atender diferentes volumes e tipos de pedidos em todo o território nacional e internacional. Para tanto, adotamos uma operação logística descentralizada, por meio de quatro centros de distribuição alugados de terceiros, localizados em Vinhedo, Porto Alegre, Goiânia e Ribeirão Preto. Esses centros de distribuição são abastecidos de acordo com a previsão de demanda.

Dessa forma, após a fabricação, a grande maioria dos produtos é enviada para os centros de distribuição referidos acima, e uma parte fica armazenada na fábrica, funcionando como uma reserva de abastecimento complementar, o que permite mais rapidez no abastecimento dos centros de distribuição em caso de rupturas de estoques.

Além disso, estabelecemos os centros de distribuição de acordo com a nossa estratégia de negócio, buscando novas oportunidades e ganhos de eficiência logística por meio de aproximação dos mercados mais relevantes para nossos produtos. Com estoques mais próximos aos mercados, conseguimos reduzir os prazos de entrega, diminuir os custos dos pedidos, aumentar o nível de serviço e a satisfação de nossos clientes.

Nossa malha logística nos permite atender a praticamente todos os municípios do Brasil, com alto nível de serviço. Operamos atualmente com transportadoras terceirizadas, que são selecionadas com base no custo de pedido e, principalmente, no nível de serviço para cada região, evitando concentração e dependência de determinadas transportadoras.

Para produtos destinados ao mercado externo, contratamos empresas de exportação especializadas. Atualmente, contamos com três fornecedores de serviços (transportadoras) para a realização de exportações, que são efetuadas em três diferentes modais: marítimo, aéreo e rodoviário, dependendo do destino e necessidade do importador.

A contratação dos fretes internacionais se dá por meio de agentes de cargas, enquanto a emissão do RE (registro de exportação), do SD (solicitação de despacho) e a liberação da carga propriamente dita são realizadas por despachante aduaneiro contratado pela empresa.

(c) características dos mercados de atuação

Visão Geral

A indústria de saúde animal, que compreende a fabricação e comercialização de produtos médicos veterinários destinados a animais de produção e animais de companhia (*pets*), é um setor econômico global em crescimento.

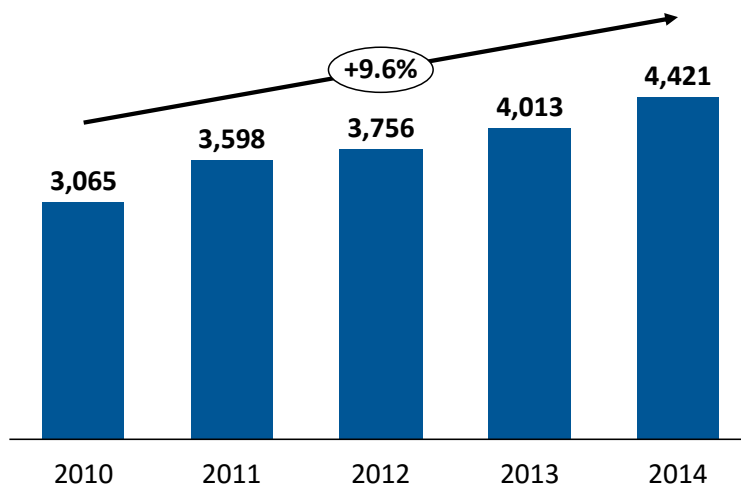
O setor global de saúde animal possui como característica a volatilidade no desenvolvimento, elaboração e fabricação de novos produtos ou aprimoramento dos produtos já existentes, adequando-se às necessidades dos clientes em diferentes regiões e países pelo mundo. O Brasil, sendo um país de proporções continentais, também apresenta tais variações:

- diferenças econômicas, tais como padrões de vida em regiões mais ou menos desenvolvidas;
- diferenças culturais, tais como preferências alimentares para diferentes animais em cada região;
- diferenças epidemiológicas, como a prevalência de certas cepas bacterianas e virais;
- diferenças de tratamento, como a utilização de diferentes tipos de medicamentos e vacinas, em particular os produtos de alta tecnologia;
- diferenças ambientais, tais como a sazonalidade, o clima e a disponibilidade de terra arável e de água doce; e
- diferenças regulamentares, como as normas para a aprovação de produto e manufatura, no caso de produção orientada à exportação.

Tem-se observado, nos últimos anos, um crescente aumento na demanda por proteína animal e laticínios na alimentação da população mundial, ocasionado principalmente pelo aumento populacional no mundo, pelo aumento de poder aquisitivo de uma parte significativa de população mundial e de estudos que orientam o consumo de maior quantidade de proteína animal na dieta alimentar. Aliado a este fator, acreditamos que o crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos também tem levado ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando no aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global.

Para conseguir responder a este aumento na demanda por proteína animal e laticínios à escala global, a utilização de medicamentos e produtos veterinários, bem como de vacinas animais, é fundamental para suportar o crescimento esperado das manadas e rebanhos e aumentar a eficiência do processo de criação a abate de animais, mantendo os animais livres de doenças. No mesmo sentido, o aumento no número de animais domésticos tem levado a uma crescente demanda por tratamentos médicos para *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e o surgimento constante de novas vacinas e medicamentos.

O mercado brasileiro de saúde animal é um dos mais importantes no cenário mundial, tendo atingido a terceira posição no mercado de saúde animal, em termos de vendas, no final de 2013. Em termos nominais, desde 2010 o mercado brasileiro registrou uma taxa composta de crescimento anual de 9,6%, chegando em 2014 a um valor de aproximadamente R\$4,4 bilhões:



Fonte: SINDAN

Animais de produção

O segmento de animais de produção subdivide-se em ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. Os níveis de produção e qualidade deste segmento de mercado são críticos para responder ao aumento da demanda à escala global, fruto do aumento da população mundial e dos padrões de vida da mesma, particularmente nos mercados emergentes.

O atendimento às demandas do segmento de animais de produção para consumo depende altamente do sucesso do mercado de saúde animal e conseqüentemente do desenvolvimento e aprimoramento dos medicamentos e vacinas veterinárias, com o intuito de impedir a proliferação de doenças, tanto nos animais como nos consumidores finais. Nos últimos anos o nível das exigências em relação a barreiras fitossanitárias pelos países importadores de proteína animal e laticínios, tem aumentado consideravelmente, levando os produtores a terem um maior cuidado com a saúde dos seus rebanhos.

No Brasil o segmento de animais de produção representa perto de aproximadamente 85,1% do mercado nacional de saúde animal, com receitas de aproximadamente R\$3,7 bilhões em 2014.

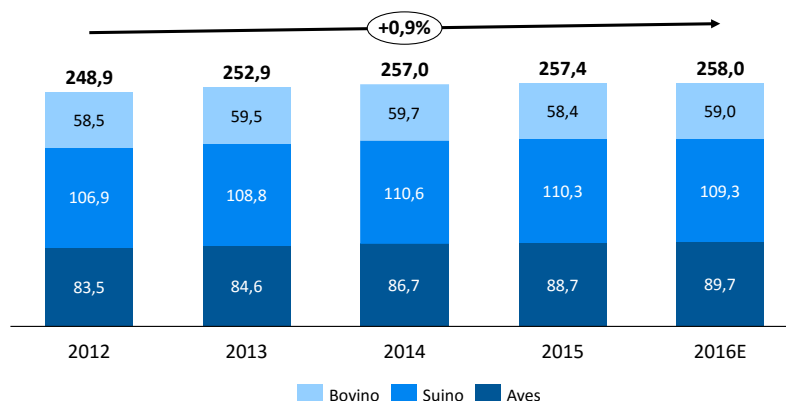
Segundo o SINDAN, entre 2010 e 2014 este mercado tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual de aproximadamente 8,4%, com fortes fatores a justificar este crescimento, dentre os quais destacam-se:

- aumento do consumo de proteína animal e laticínios;
- necessidade no aumento da produtividade; e
- crescente escassez de área mundial disponível para a produção animal.

O consumo de proteína animal e laticínios tem apresentado tendência de crescimento, ocasionada pelo aumento da população mundial, particularmente nos países emergentes, e do aumento da economia em escala global. Espera-se que a população mundial atinja dez bilhões de pessoas em 2050 contra uma população atual de sete bilhões.

De acordo com dados da USDA, estima-se que o consumo global de carne cresça a uma taxa anual de 0,84% de 2012 a 2016.

Evolução da produção mundial de carnes (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

O mercado brasileiro de consumo de carne é um dos mais importantes do mundo, ocupando a quarta posição em termos de produção, com um *market share* de aproximadamente 10%, atrás apenas da China, União Europeia e Estados Unidos da América, sendo o maior em termos de exportação, com um *market share* de aproximadamente 23,6%. Adicionalmente, o crescimento no consumo e consequente aumento na produção mundial de leite nos últimos anos, também registrou números significativos. A produção de leite no Brasil cresceu 21,2% entre os anos de 2000 e 2010, contra 16,2% nos Estados Unidos da América no mesmo período.

Observa-se, portanto, que o crescimento do mercado de animais de produção no Brasil sofrerá impacto tanto pelo aumento de consumo no Brasil, como pelo aumento do consumo global de carne, leite e derivados.

As vendas no mercado de saúde animal também são impactadas de forma relevante pela evidente tendência de aumento de produtividade e crescimento do mercado de animais de produção no Brasil e no mundo. Os produtores e criadores de animais de produção estão cada vez mais conscientes da importância dos produtos de saúde animal para a melhoria dos seus resultados operacionais, como se pode constatar pelo aumento dos seus indicadores de produtividade tanto no mercado de leite como no mercado de carne nos últimos anos.

Animais de Companhia

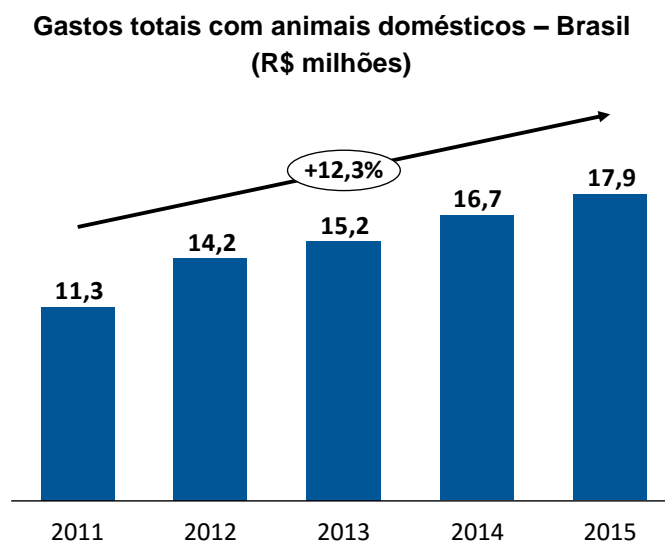
O segmento de animais de companhia, ou *pets*, subdivide-se em cães e gatos. Um termo mais amplo, definido como animais domésticos, que inclui também outros pequenos animais, como peixes, aves, pequenos mamíferos e répteis, é utilizado por agências internacionais como o Euromonitor e a Vetnosis.

Acreditamos que o forte crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos, em particular nos países emergentes, levou ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando no aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global. Outro fator a ser considerado é a proximidade da relação de convivência das pessoas com esses animais dentro de suas residências.

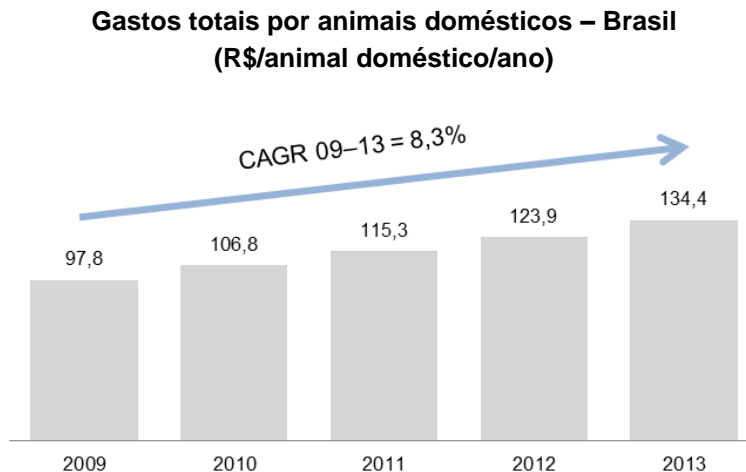
Esses pontos levam ao aumento da demanda de cuidados com os *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e da indústria do segmento com o surgimento

constante de novas soluções para os animais de companhia incluindo vacinas e medicamentos capazes de aumentar a expectativa e a qualidade de vida desses animais.

No Brasil, com o aumento da renda disponível e melhoria do padrão de vida, o gasto com *pets* apresenta tendência crescente, tanto em termos absolutos, com o aumento da número de animais de companhia, quanto unitariamente, considerando os gastos incorridos pelos donos de animais domésticos.



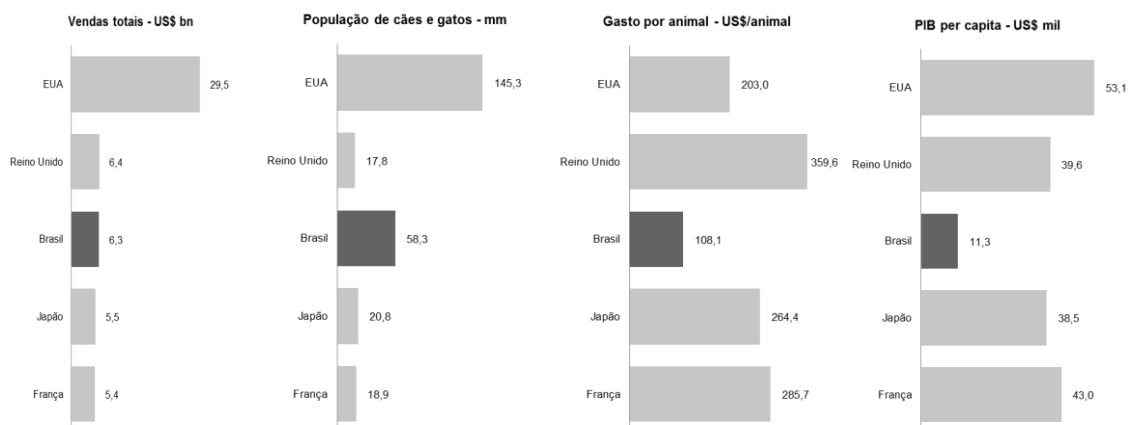
Fonte: ABINPET



Fonte: Euromonitor

Os cinco maiores mercados mundiais no segmento de animais domésticos, compreendidos por Estados Unidos da América, Reino Unido, Japão, França, além do Brasil, somaram juntos cerca de US\$53,1 bilhões em vendas em 2013, com o Brasil figurando na terceira posição de maior mercado, com vendas de US\$6,3 bilhões. Em 2014, o valor estimado de gastos totais foi de R\$16,7 bilhões. Comparado aos Estados Unidos da América, o maior mercado mundial no segmento de *pets*, o Brasil apresenta grande potencial de expansão, sendo atualmente apenas cerca de 5,0x menor.

Dados comparativos entre os 5 maiores mercados globais de pets



Fonte: Euromonitor e IMF

O Brasil apresenta um alto índice de penetração de cães, com um percentual de aproximadamente 46,0% de famílias possuindo esse tipo de animal de companhia, de acordo com dados do IBGE.

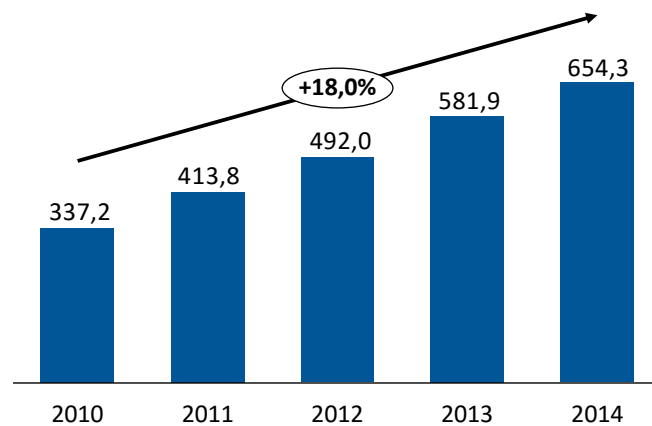
Não obstante o setor de saúde animal representar aproximadamente 7,5% do segmento de animais domésticos no Brasil (que abrange, ainda, os setores de alimentação para animais domésticos e demais produtos), observa-se um crescimento brasileiro superior ao do mercado mundial.

O aumento do gasto *per capita* com animais de companhia está diretamente relacionado ao comportamento da sociedade o que é potencializado com a variação de classe social e a renda disponível da população, com uma variação de cerca de 30% de gasto *per capita* para cada classe social, entre as classes C, B e A. No Brasil, desde o ano de 2003 até 2013, verificou-se uma migração de 14 milhões de pessoas para a classe A, provenientes da classe B, e a migração de 48 milhões de pessoas para a classe B, provenientes da classe C. Cerca de 62 milhões de pessoas aumentaram significativamente os seus níveis de consumo durante este período, inclusive relacionado ao segmento de *pets*.

Em 2014 segmento de animais de companhia representava aproximadamente 41% do mercado global de saúde animal, com receitas de aproximadamente US\$9,8 bilhões. No Brasil este segmento representava aproximadamente apenas 15% do mercado total de saúde animal, com receitas de aproximadamente R\$0,6 bilhão.

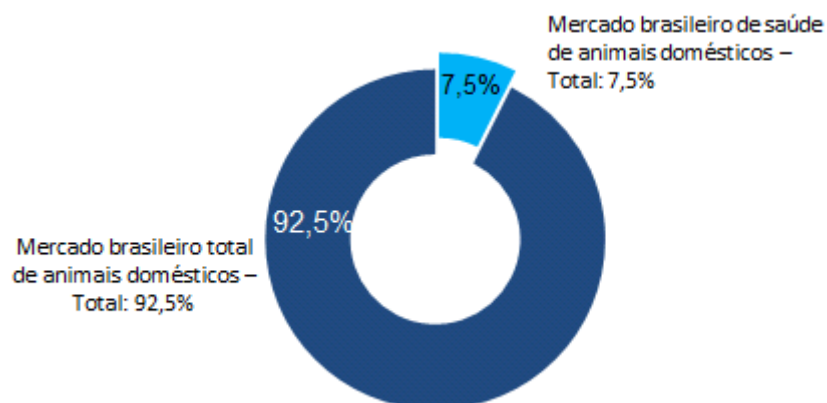
Desde 2009 até a 2014, o mercado de saúde animal para o segmento de *pets* tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual composta de 18,0%, com fortes fatores para justificar este crescimento, dentre os quais destacam-se:

- mudança de comportamento na formação de novos perfis de famílias.
- aumento da renda disponível dos consumidores donos de animais de companhia;
- aumento da expectativa de vida das pessoas;
- valorização da relação entre pessoas e seus *pets* colocando-os como membros da família e conseqüentemente parte do orçamento; e
- verticalização dos grandes centros urbanos o que exige maior cuidados com os animais domésticos.

**Indústria brasileira de saúde animal – Pets
(em R\$ milhões)**

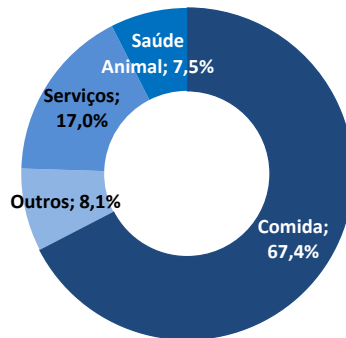
Fonte: SINDAN

Fatores como a conscientização sobre a necessidade de cuidados com os animais de companhia através de campanhas informativas para a população, gerando maior preocupação dos donos destes animais em manterem sua saúde, aliado a uma tendência crescente da população em estabelecer residências em espaços mais restritos e localizados em zonas urbanas, estimula o crescimento do segmento de animais domésticos.

Mercado brasileiro de saúde de animais domésticos vs. Mercado brasileiro total de animais domésticos em 2014

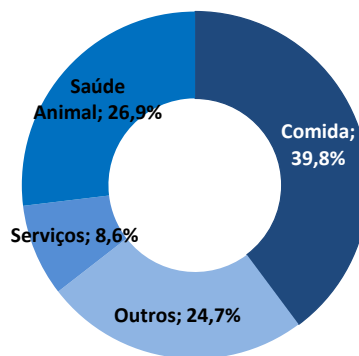
Fonte: ABINPET

Segmentação do mercado de animais domésticos em 2014 – Brasil



Fonte: ABINPET

Segmentação do mercado de animais domésticos em 2014 - EUA



Fonte: APP – American Pet Products

Fortes Barreiras à Entrada no Mercado de Saúde Animal

O mercado de saúde animal oferece fortes barreiras para a entrada de novos participantes. Tais barreiras defendem nossa posição como o principal *player* nacional e um dos principais no contexto global. Uma potencial entrada no mercado de saúde animal no Brasil irá sempre exigir do novo participante, um processo de autorização e legal extenso e oneroso, com um significativo investimento de recursos.

Entre as barreiras mais relevantes podemos destacar:

Registro dos produtos

A entrada de novos *players* está limitada aos tempos de pesquisa e desenvolvimento dos novos produtos e aos prazos para obtenção das diversas autorizações legais e regulatórias. Em média, após concluídos toda a fase de interna de pesquisa e desenvolvimento, o registro de produtos junto aos órgãos competentes são concedidos, no prazo de dois anos

A fabricação de um novo produto no mercado brasileiro de saúde animal requer a construção de uma fábrica totalmente operacional. A construção de uma planta industrial pode levar até dois anos para ser satisfatoriamente concluída.

A fabricação de um novo produto no mercado brasileiro de saúde animal requer a construção de uma fábrica totalmente operacional. A construção de uma planta industrial pode levar até dois anos para ser satisfatoriamente concluída.

Marcas

O estabelecimento de marcas fortes, com um *track record* de sucesso, aliado à fidelidade e uma boa relação com clientes, é essencial para a penetração no mercado de saúde animal.

Rede de distribuição/vendas

A presença de uma rede de distribuição que abrange todo o território nacional, bem como de uma equipe de forças de venda capacitada e de uma rede sólida de clientes, mostram-se essenciais para a entrada no mercado de saúde animal.

Produtos

O desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos já existentes, obtidos a partir do conhecimento de realidade local e da percepção das necessidades dos clientes, que pode apenas ser atingida com a atuação ao longo de muitos anos no mercado, são necessários para a consolidação no setor de saúde animal.

Os novos *players* devem possuir um vasto portfólio de produtos, com uma completa rede de fórmulas e dosagens, e com diferentes métodos de aplicação adaptáveis a diferentes produtores.

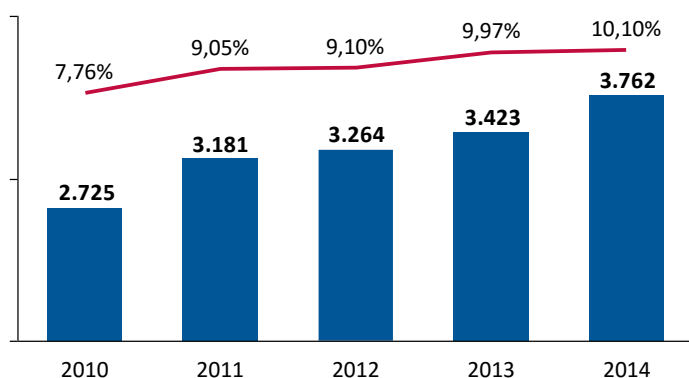
Contexto regulatório

O Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, conforme alterado pelo Decreto nº 8.448, de 6 de maio de 2015 e o Decreto 6.296 de 12 de dezembro de 2007, regulam e estabelecem orientações para a inspeção de produtos veterinários e produtos para alimentação animal e de instalações produtivas. Neste contexto, todas as unidades produtivas e plantas industriais do setor de saúde animal devem respeitar as “Boas Regras de Produção” definidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(i) participação em cada um dos mercados

Animais de produção

Nosso crescimento médio em participação no segmento de animais de produção, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2014, foi de aproximadamente 17,9% contra aproximadamente 8,4% do restante do mercado. Como consequência, nosso *market share* no segmento de animais de produção passou de 7,76% para 10,13% de 2010 para 2014. Em 31 de dezembro de 2015 nosso *market share* foi de 10,84% (SINDAN/PEE_Ourofino),

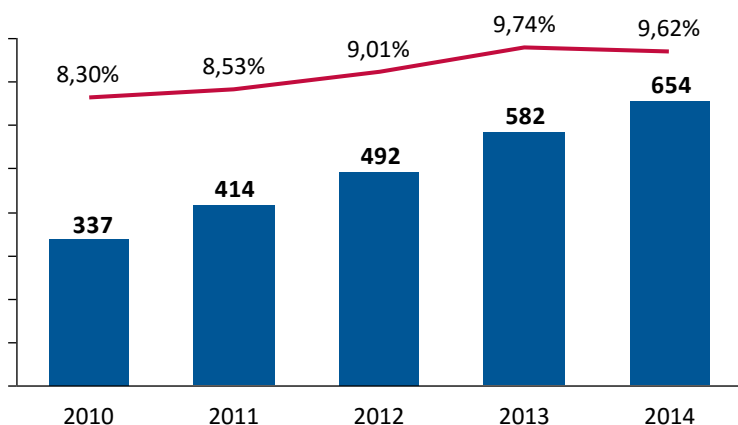
Evolução Mercado – Animais de Produção (Em R\$ mm) x Participação Ourofino (%)

Fonte Share: SINDAN/PPE_Ourofino

Fonte Mercado: SINDAN

Animais de Companhia

Nosso crescimento médio em participação no segmento de animais de companhia, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2014, foi de aproximadamente 23,14% contra aproximadamente 18,0% referentes ao crescimento do mercado no setor. Como consequência, nosso *market share* no segmento de animais de companhia passou 8,3% para 9,62% de 2010 para 2014. Em 31 de dezembro de 2015 nosso *market share* foi de 8,44% (SINDAN/PEE_Ourofino),

Evolução Mercado – Animais de Companhia (Em R\$ mm) x Participação Ourofino (%)

Fonte Share: SINDAN/PPE_Ourofino

Fonte Mercado: SINDAN

(ii) condições de competição nos mercados

Nossos principais concorrentes possuem uma forte presença tanto nos segmentos de animais de produção como no segmento de Animais de Companhia. De acordo com os resultados do SINDAN, ocupávamos, no final de 2015 a terceira posição no mercado veterinário brasileiro, com um *market share* de aproximadamente 10,45% no Brasil.

Somos a principal participante brasileira no mercado global de saúde animal, possuindo como principal competidor nacional, a Vallée. Nossos principais competidores internacionais, por sua vez, são a Zoetis, a MSD Saúde Animal, a Merial, a Elanco e a Hertape.

(d) eventual sazonalidade

A sazonalidade em nosso setor decorre principalmente de fatores como: clima tropical, sistema extensivo de produção e manejo, além de características regionais.

Os produtos que comercializamos são destinados, em sua maioria, ao controle de agentes (parasitas e/ou microrganismos) que acometem os animais nas diferentes fases do seu ciclo de vida. Estes agentes tem o seu desenvolvimento e proliferação ligados a condições climáticas, tais como temperatura e umidade. Assim, as vendas de nossos produtos podem sofrer variações ao longo do ano de acordo com as condições predominantes em cada estação e em cada região do país.

O ciclo de vida dos agentes causadores de doenças se desenvolve com maior ou menor intensidade em decorrência de fatores e condições climáticas, como por exemplo:

- Ectoparasitas externos (moscas, carrapatos, berne, sarna, piolho e pulga): necessitam de calor e umidade para o seu desenvolvimento, portanto se desenvolverão com maior intensidade nas estações da primavera e verão quando estas condições estarão presentes com maior intensidade criando um ambiente propício para sua multiplicação. Em consequência deste fato, as nossas vendas de produtos para controle destes agentes se intensificarão nestas épocas em decorrência da maior procura dos pecuaristas pelos medicamentos.
- Agentes causadores de doenças respiratórias: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, todavia encontram os meios para multiplicação nos animais durante o inverno quando os mesmos apresentam seu sistema respiratório debilitado em virtude da baixa umidade e temperatura, sendo assim a venda de antibióticos para controle destas doenças aumenta nesta época do ano;
- Agentes causadores de doenças gastrintestinais: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo ano, mas encontram condições ideais para acometimento dos animais durante o verão e primavera quando os mesmos apresentam este sistema mais debilitado em virtude das altas temperaturas e ingestão de alimentos com alto teor de umidade, conseqüentemente a venda de produtos para controle destas doenças é potencializada nestas épocas do ano;
- Produtos para reprodução: para que os animais se reproduzam é necessário que tenhamos alimento em abundância e esta situação, em sistemas extensivos de criação, predomina durante a primavera, o verão e parte do outono, portanto os produtos voltados para reprodução serão utilizados com maior intensidade nestas estações.

A sazonalidade também pode ser encontrada devido aos programas oficiais de prevenção e controle de doenças do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Destaca-se a febre aftosa, cujo controle se dá através do uso obrigatório de vacina em todo rebanho bovino, sob pena do produtor ter a comercialização de sua produção interrompida em caso de não cumprimento. Para aumentar o controle o governo determina datas específicas ao longo do ano (campanhas) para a vacinação, que no caso da febre aftosa tem o seu calendário estipulado, majoritariamente, em dois períodos ao longo do ano: 1º semestre (abril e maio) e 2º

semestre (outubro e novembro). Tal fato influencia de forma direta a comercialização deste produto.

O manejo do rebanho bovino para utilização dos produtos é outro ponto importante que influencia de forma significativa a venda de produtos veterinários. Vivemos em um país de grandes dimensões onde predomina uma produção de caráter extensivo, conseqüentemente os produtores, de forma geral, escolhem momentos específicos do ano, como a campanha de vacinação contra febre aftosa, para também fazer uso dos demais produtos de uso habitual nos animais (vacinas não obrigatórias, endectocidas, vermífugos, entre outros). Tal fato concentra a venda destes demais produtos nestas épocas do ano.

Possuímos também em nosso portfólio, produtos que não sofrem impacto dos fatores acima mas apresentam uma sazonalidade relacionada aos diferentes programas sanitários adotados pelos produtores de determinadas regiões, sendo que este fenômeno é mais comum nas criações com sistemas mais intensivos como nos casos da avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

A profissionalização dos produtores e, conseqüente, aumento do uso de tecnologias é fator importante neste processo, pois tende a diminuir o impacto da sazonalidade das doenças à medida que os produtores passam a se preocupar mais com o controle estratégico (prevenção da doença) do que com o tratamento. Neste caso o uso dos produtos deixa de estar relacionado ao aparecimento das doenças e migra para fases mais específicas de controle, o que tende a diluir o uso dos produtos durante o ano.

De forma geral, possuímos produtos para uso em vários segmentos e que podem ser usados para o tratamento ou controle de mais de uma doença o que faz com que a sazonalidade apresente um efeito muito mais pronunciado para determinados produtos e/ou segmentos do que para o faturamento global do negócio.

Apenas para fins ilustrativos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita da Companhia foi distribuída da seguinte forma entre os trimestres: (a) 16,3% no primeiro trimestre; (b) 24,8% no segundo trimestre; (c) 28,0% no terceiro trimestre e (d) 30,9% no quarto trimestre.

Em animais de companhia também há uma sazonalidade de produtos relacionada a condições climáticas, principalmente produtos relacionados à controle de ectoparasitoides, que têm venda mais forte no verão, e produtos para doenças articulares e controle da dor no inverno.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Temos um relacionamento de qualidade e de longo prazo com nossos fornecedores, sendo que muitos deles são parceiros de longa data. A relação com nossos fornecedores é regida pelos valores por nós adotados, mas primordialmente pela necessidade de qualidade de fornecimento.

Seguimos um modelo de “supply colaborativo” e possuímos um programa de desenvolvimento e qualificação de fornecedores, através do qual são realizadas ações de treinamento, transferência de conhecimento e de tecnologia, bem como são realizadas auditorias de qualidade. Adquirimos matérias primas de fornecedores qualificados, que tenham passado pelo programa de qualificação e que atendam aos nossos requisitos de qualidade.

Nossas relações com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, mas os insumos que adquirimos, bem como nossas atividades, estão sujeitas à regulamentação aplicável. Para mais informações ver item 7.5 abaixo.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Possuímos uma base diversificada de fornecedores e, devido ao esforço ativo na gestão de compras em cada elo da nossa cadeia produtiva, não possuímos forte dependência de um único fornecedor. Somos capazes de responder com considerável agilidade às interrupções de abastecimento de um determinado fornecedor, deslocando o fornecimento do insumo para outro fornecedor qualificado. Adotamos como prática buscar pelo menos dois fornecedores para cada matéria prima, mitigando, assim, o risco de fornecimento.

Nossos fornecedores estão situados no Brasil e em mais 15 países diferentes, com destaque para China, Alemanha, Uruguai e Índia, sendo que esses países, somados ao Brasil, representam 92% de todas as nossas compras de insumos.

Apresentamos abaixo a representatividade de cada país em relação ao total de todas as nossas compras de insumos:

País	%
Brasil	37,7%
China	37,6%
Uruguai	8,2%
Índia	6,3%
Alemanha	2,6%
Suíça	1,8%
Estados Unidos	1,6%
Hong Kong	1,4%
Taiwan	1,4%
Grã-Bretanha	0,4%
Itália	0,3%
Nova Zelândia	0,2%
México	0,2%
Áustria	0,2%
Dinamarca	0,1%
Argentina	0,1%

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, não observamos volatilidade relevante nos preços dos insumos que adquirimos para a fabricação de nossos produtos. Aproximadamente 38% do total de insumos, incluindo matéria-prima, material de embalagem e produtos acabados, que utilizamos são adquiridos no Brasil. Por sua vez, cerca de 62% do volume total de insumos adquiridos são provenientes do exterior, de modo que seus preços podem ser impactados pela volatilidade da taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano e ao euro.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Regulatória

A fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário e de alimentação animal em território nacional é realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“**MAPA**”) por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

De acordo com os Decretos de nº 5.053, de 22 de abril de 2004 (“**Decreto nº 5.053/2004**”), e nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 (“**Decreto nº. 6.296/2007**”), todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário e produtos destinado à alimentação animal para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA, para efeito de licenciamento. As licenças para funcionamento dos estabelecimentos das indústrias farmacêutica veterinária e nutrição animal somente serão concedidas após inspeção e aprovação das instalações que devem ser adequadas ao estabelecido pelos mencionados Decretos, atendendo às normas de Boas Práticas de Fabricação (“**BPF**”) estabelecidas pelo MAPA, aos regulamentos específicos de produção, ao controle de qualidade e biossegurança por ele definidos, e também às normas de higiene e segurança do trabalho, estabelecidas pelos órgãos oficiais competentes. Uma vez concedida a licença para o funcionamento do estabelecimento da indústria farmacêutica veterinária, esta deverá ser renovada anualmente, devendo a empresa proprietária requerer sua renovação em até sessenta dias antes do seu vencimento. No caso do estabelecimento que produz, fabrica, manipula, fraciona, importa e comercia produto destinado à alimentação animal, o registro de estabelecimento será efetuado por unidade fabril e terá prazo de validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente.

Todos os produtos de uso veterinário, nacionais ou importados, incluindo vacinas, devem também ser devidamente registrados e aprovados pelo MAPA, especificamente pela Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários (“**CPV**”) do Departamento de Defesa Animal (“**DDA**”) do MAPA. O registro concedido ao produto nacional terá validade por dez anos, renovável, a pedido do interessado, por períodos sucessivos de igual duração, por meio da apresentação de requerimento protocolizado em até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade. Tratando-se de produto importado, o registro terá a mesma validade do certificado emitido no país de origem, limitado ao prazo de três anos. Ademais, a Instrução Normativa SDA Nº 25, de 8 de novembro de 2012, estabelece procedimentos especiais e fiscalização mais rigorosa do MAPA para fabricação, manipulação, comercialização, distribuição, importação e exportação de determinadas substâncias sujeitas a controle especial quando destinadas ao uso veterinário.

Dada a importância dos produtos veterinários no diagnóstico, na prevenção, no tratamento e na erradicação das enfermidades dos animais, na produção de alimentos e nas questões sobre seu impacto na saúde pública, todo produto deverá cumprir com as mais exigentes normas de qualidade, matérias-primas, processos de produção e de produtos terminados, para o qual se tomarão por referência as reconhecidas internacionalmente.

Além dos produtos de uso veterinário, os produtos da Companhia destinados à alimentação animal para serem comercializados também devem, obrigatoriamente, estar registrados no MAPA, com exceção de ingredientes, suplementos para ruminantes, premix, núcleos,

concentrados e rações destinados à alimentação animal que são isentos de registro, conforme disposto na Instrução Normativa nº 42/2010. O registro destes produtos terá validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente, desde que pleiteado com antecedência de até sessenta dias do seu vencimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas no Decreto nº 5.053/2004, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$900,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Conforme estabelece a Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, da Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 e da Resolução nº 592, de 26 de junho de 1992, as entidades que fabricam e/ou manipulam produtos de uso veterinários devem, obrigatoriamente, estar registradas perante o Conselho de Medicina Veterinária, correspondente aos Estados/Regiões onde funcionarem.

Conforme estabelece a Lei nº 11.974, de 08 de outubro de 2008, compete ao Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, credenciar e monitorar as instituições que realizam pesquisas científicas e testes em animais. Cumpre ressaltar que nossos estabelecimentos que realizam pesquisas científicas e testes em animais estão devidamente registrados perante o CONCEA, bem como tais atividades são realizadas em conformidade com a legislação aplicável. Ademais, nossas atividades de pesquisa científica e a realização de testes em animais são devidamente supervisionados por nossas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs, constituídas para garantir que todas as normas e exigências legais sejam respeitadas durante a realização dos testes.

Na data deste Formulário de Referência, a maioria de nossos estabelecimentos está devidamente cadastrada e regular perante o MAPA e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, de forma que estamos aplicando nossos melhores esforços e tomando as medidas necessárias para regularizar todos os nossos estabelecimentos. Ademais, nossos 137 registros de produtos estão em vigor e foram validamente emitidos perante o MAPA.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MAPA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como com os órgãos ligados ao MAPA, Ministério da Saúde, autarquias de água e esgoto, DAEE – Departamento de Água e Energia elétrica, SAE – Serviço de água e esgoto, CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e registros necessários para a condução de nossas atividades.

Regulamentação Ambiental

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas municipal, estadual e federal em nossos segmentos de atuação. Essas normas estabelecem restrições e condições para nossas operações referentes, por exemplo, preservação; utilização de recursos hídricos, a

emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos, ao uso de substâncias químicas controladas e ao tratamento de efluentes.

A aprovação de leis e regulamentos mais rígidos, ou a interpretação mais rígida das atuais leis e regulamentos, pode impor novos riscos ou custos sobre a Companhia ou exigir mais investimentos relacionados a equipamentos de controle de poluição. A Companhia não tem como garantir que os custos por ela incorridos no cumprimento da legislação ambiental, em vigor e futura, não irão afetar de maneira adversa seus resultados operacionais e situação financeira.

Licenciamento Ambiental

Estamos sujeitos ao licenciamento ambiental, o que é aplicável para a construção, a implantação, a modificação, a ampliação e a operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores. O processo de licenciamento envolve a emissão consecutiva de três licenças (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), de acordo com as fases do empreendimento (planejamento, implantação/construção e operação), sendo a licença de operação (LO) renovada periodicamente. O processo de licenciamento ambiental costuma ser custoso e longo, envolvendo a apresentação de estudos técnicos. Ainda, as licenças impõem restrições e exigências técnicas para o exercício de nossas atividades que condicionam a validade das licenças.

Cumprimos substancialmente com as exigências do licenciamento ambiental e possuímos licenças ambientais válidas, em fase de renovação ou em processo de obtenção, para nossas principais atividades. No entanto, não temos garantia de que conseguiremos renovar licenças, bem como não podemos assegurar a obtenção de eventuais licenças exigíveis.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, bem como a operação em desacordo com as licenças concedidas, sujeita a Companhia a sanções penais e administrativas que podem resultar em multas de R\$500,00 a R\$10.000.000,00, além de outras penalidades administrativas, como a suspensão parcial ou total da atividade. Em geral, o valor máximo da multa é aplicado somente quando a falta do licenciamento adequado ocasiona um alto risco ambiental ou pode vir a ocasionar sérios danos ambientais.

Responsabilidade Ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, podemos ser responsabilizados em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço (por exemplo, responsável pela destinação de resíduos), poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, as multas por dano ambiental podem chegar a R\$50.000.000,00, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos que causam grande impacto ambiental ou risco à saúde humana.

Por fim, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Por fim, é possível a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente, havendo responsabilização dos sócios e administradores da empresa.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Inserimos conceitos de desenvolvimento sustentável em nossas práticas diárias, formalizando a política de meio ambiente, que estabelece dentre outras, investimentos e melhoria contínua de nossos processos, programas de conscientização ambiental de nossos colaboradores e cumprimento de legislações ambientais.

Mantemos procedimentos atualizados de monitoramento, registro e controle de aspectos ambientais, sendo os dados avaliados e considerados no planejamento dos processos inerentes da empresa. Além disso, somos constantemente atualizados sobre os requisitos legais aplicáveis e outros por nós subscritos, relacionados aos aspectos ambientais associados às nossas atividades, produtos e serviços.

Tais procedimentos por nós adotados preveem o uso de serviços profissionais do Departamento interno de Meio Ambiente e externos contratados para atualização e acompanhamento dos requisitos legais pertinentes, incluindo a análise de como a obrigação legal se relaciona aos aspectos ambientais identificados em nossas operações.

Os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos por nós subscritos são levados em consideração nas etapas de estabelecimento, implementação e manutenção de nossas atividades, produtos e serviços relacionados ao sistema de gestão.

A definição de objetivos e metas ambientais é estabelecida nas funções e níveis pertinentes, aprovados pela nossa Administração e acompanhados, sistematicamente, nas reuniões de análise crítica.

A comunicação ambiental interna e externa mantém procedimento documentado específico para as partes envolvidas, incluindo os prestadores de serviços e visitantes no local de trabalho, o qual define as responsabilidades envolvidas, bem como o ciclo de recebimento, documentação, resposta e registro das decisões tomadas por nós.

Nosso investimento em proteção ambiental inclui ampliação e manutenção de infraestrutura para captação de recursos e tratamento de efluentes, terceirização de serviços especializados e capacitação de colaboradores, tanto aos que lidam diretamente com a área observada, como para os demais como forma de conscientização.

Investimentos com Proteção Ambiental

	2015	2014	2013
	<i>(em R\$)</i>		
Despoluição	205.415,58	139.423	128.998
Gestão de resíduos	1.420.143,29	639.138	760.561
Total	1.625.558,87	778.561	889.559

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Contamos com uma combinação de segredos industriais, *know-how*, marcas e também as patentes para proteger nossos direitos de propriedade intelectual. Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais. Para maiores informações sobre os nossos registros e pedidos de registro de marcas, assim como nossos pedidos de patentes mais relevantes, vide item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

Parte significativa de nossa propriedade intelectual é composta de *know-how* e segredos industriais. Muitas vezes contamos com as competências tecnológicas e de inovação de nosso pessoal e/ou de terceiros, bem como a manutenção dos nossos segredos industriais, em contraposição a exploração de tecnologia patenteada. Dependemos, assim, de acordos de confidencialidade celebrados com funcionários ou terceiros e das leis de proteção à propriedade industrial e concorrência desleal para proteger esse aspecto do nosso negócio. Acreditamos que o nosso sucesso contínuo depende em grande parte os nossos relacionamentos com clientes, capacidade de produção e de apoio, assim como os conhecimentos técnicos que temos desenvolvido na fabricação e concepção de produtos. A ausência de proteção de patentes para a maior parte da tecnologia embarcada em nossos produtos implica em, apesar de tomarmos todas as medidas cabíveis para proteger a nossa tecnologia, não podermos evitar que nossos concorrentes dupliquem nossos processos e/ou produtos, desde que isso seja feito de forma independente.

Entendemos como de alta relevância as marcas utilizadas em nossos produtos de maior margem e de alto valor de faturamento, bem como as solicitações de pedidos de patentes que recaem sobre nossos produtos ou plataformas tecnológicas.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$498,1 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, o que corresponde a 93,27% da receita líquida total no período.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com os critérios de divulgação de nossas informações financeiras adotados por nós, apresentamos abaixo as informações solicitadas nos itens (b) e (c), conforme aplicável:

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015	
	Receita líquida	% do total da receita líquida total da Companhia
México	12.674	2,4%
Emirados Árabes	4.326	0,8%
Colômbia	3.517	0,7%
Bolívia	3.040	0,6%
Paraguai	2.621	0,5%
Equador	2.159	0,4%
Outros	7.613	1,4%
Receita líquida total do segmento de Operações Internacionais	35.950	6,7%
Receita líquida total da Companhia	534.045	100,0%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Alterações na legislação e regulamentação que regem as atividades de nossos principais fornecedores estrangeiros, localizados principalmente na China e Índia, podem causar efeitos em nossas atividades locais. Normas mais exigentes quanto a controle ambiental, por exemplo, podem levar a aumento de preços, reduções de capacidade produtiva e suspensões temporárias de produção em algumas fábricas para adaptação e modernização.

As operações da Companhia de vendas no mercado exterior representados pelo segmento de Operações Internacionais estão sujeitas a uma extensa regulamentação local, que estabelece a necessidade de obtenção de registros sanitários perante órgãos reguladores locais (geralmente, Ministérios de Agricultura). Cada país tem sua legislação e regulamentação próprias com relação a uma série de questões que afetam nossos produtos, tanto na obtenção e manutenção de registro, como na comercialização (por exemplo, exigências quanto a rótulos e bulas).

Tendo em vista a particularidade da legislação em cada país para o qual a Companhia realiza exportação, podemos ser obrigados, como ocorre em alguns países, a termos representantes locais cuja função é representar a Companhia perante o respectivo órgão regulatório. Outros ainda requerem que o registro seja realizado e mantido por uma empresa local, o que nos obriga a celebrar contratos com os terceiros que cumprem essa função.

Para obtenção de registro, de acordo com a regulamentação de cada país, é exigida a apresentação de um dossiê técnico, contemplando dados sobre a fabricação do produto, controle de qualidade, estabilidade, assim como estudos e/ou dados que comprovem a segurança, eficácia e período de carência dos mesmos. Além disso, geralmente é exigido o envio de amostras dos produtos a serem registrados, para que sejam realizados testes de controle de qualidade pelos órgãos oficiais locais.

Além disso, para alguns países da América Latina, como, por exemplo, o México e a Colômbia, existe uma regulamentação específica para o registro de produtos antiparasitários que se enquadram na classe de pesticidas. No caso do México, se faz necessário primeiramente o registro dos produtos técnicos, ou seja, das moléculas, no COFEPRIS - Comisión Federal para la Protección contra Riesgos Sanitarios, ou Comissão Federal para Proteção contra Riscos Sanitários, mediante a apresentação de uma série de dados referentes a caracterização, segurança e toxicidade dos princípios ativos, para que posteriormente seja possível o requerimento de registro do produto perante o SAGARPA - Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación, ou Secretaria da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação, contemplando os dados referentes à fabricação, controle de qualidade, estabilidade e estudos clínicos. Já no caso da Colômbia, o produto deve ser licenciado em três Ministérios diferentes, sendo estes: Ministério da Saúde, mediante a apresentação de estudos toxicológicos, Ministério do Meio Ambiente, mediante apresentação de estudo de impacto ambiental e Ministério da Agricultura, mediante a apresentação, além dos demais dados já mencionados, de estudos de eficácia que devem ser realizados no local.

Em virtude dos pontos acima apresentados, o tempo médio para registro de um produto antiparasitário pesticida no México e na Colômbia é de dois anos, após o protocolo do dossiê de solicitação de registro inicial.

A vigência dos registros também é variável, e sua renovação deve ocorrer de acordo com a regra de cada localidade, por exemplo, para os produtos licenciados no México, foi publicada em 2012 regulamentação estabelecendo a necessidade de renovação das licenças a cada 5

anos, já as licenças de produtos na Colômbia não possuem prazo de validade, não sendo necessária a renovação. Cabe lembrar que, para todos os países, os registros podem ser suspensos ou cancelados pelos órgãos regulatórios a qualquer momento, em consequência de alterações no cenário regulatório (tais como publicações de normativas contemplando a proibição de classes de produtos ou moléculas).

Em que pesem nossas receitas provenientes do comércio exterior tenham representado 6,7% de nossas receitas totais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, possuímos uma pulverização nas vendas na qual o principal país destino, o México, representou apenas 2,4% de nossas receitas líquidas do exercício. Diante deste cenário de pulverização, eventuais condições adversas na regulamentação de algum país para o qual exportamos nossos produtos produzirão efeitos mitigados, não afetando de maneira relevante o faturamento global do nosso negócio.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia divulga informações sociais e ambientais por meio de seu Relatório de Sustentabilidade Anual.

(b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Em seu Relatório de Sustentabilidade Anual, a Companhia adota a metodologia da GRI (*Global Reporting Initiative*).

A GRI é uma organização holandesa independente e sem fins lucrativos, responsável pela criação de uma estrutura mundialmente reconhecida para medir o desempenho sustentável de empresas e outras entidades. A metodologia da GRI visa servir como estrutura para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização e fazer com que a prática de relatos de sustentabilidade se torne padrão. É uma ferramenta que permite maior comparabilidade e relevância de informações nos relatórios publicados.

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações são auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

(d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Os relatórios de sustentabilidade estão disponíveis no website da Companhia, no seguinte endereço: <http://ri.ourofino.com/>

Parcerias com Universidades

As atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por nós realizadas tornaram possível a melhoria de nossa produtividade, ao mesmo tempo em que tornaram nosso portfólio de produtos mais eficiente no atendimento da demanda de nossos clientes. Por este motivo, buscamos constantemente a melhoria e expansão tecnológica de nossos centros de pesquisa, bem como a celebração de novas parcerias com universidades.

Além da Fazenda Experimental, que inclui um centro de pesquisa veterinária, possuímos parcerias com diversos centros de pesquisa, dentre eles: a Fundação Oswaldo Cruz, IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o Instituto Butantã e a Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, além de universidades, como a Unicamp, a USP, a Unesp, a Universidade Católica de Brasília, a UFPR, a UNAERP e a Ufscar.

Oferecemos curso de inseminação artificial, por meio de nossa controlada, Ouro Fino Agronegócio Ltda., na Fazenda Experimental, iniciado em 2012, que capacita profissionais da área, permitindo o alcance de melhores oportunidades de trabalho.

Tais parcerias, em colaboração com nosso departamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação, são essenciais para a estratégia de criação de novos produtos e aprimoramento dos já existentes. Pretendemos manter tais parcerias, além de buscar novos colaboradores que nos auxiliem no aprimoramento e expansão desse processo de pesquisa e desenvolvimento.

Sustentabilidade

Adotamos como compromisso empresarial, o desenvolvimento sustentável em todos os nossos negócios, incentivando práticas que abranjam as dimensões econômica, social e ambiental. Nosso objetivo é criar valor perante a sociedade, além de controlar riscos de forma mais abrangente, os quais estamos expostos.

Nossa área de sustentabilidade atua de forma transversal no planejamento de ações, na gestão compartilhada e junto aos gestores das diversas operações. Incorporamos os relacionamentos com nossas partes interessadas como um pilar fundamental para entender os reais impactos de nosso negócio e assim termos um olhar holístico sobre os processos. Outro passo importante, foi à inclusão da sustentabilidade como eixo estratégico, direcionando ações de curto, médio e longo prazo, por meio do planejamento estratégico.

Principais feitos da área de Sustentabilidade em 2015

Um de nossos principais trabalhos no último ano, foi mapear e sistematizar a gestão e identificar oportunidades para que as operações pudessem ser aprimoradas em seu desempenho sustentável. Assim, elaboramos o estudo de materialidade completo de nosso negócio, já contemplando as diretrizes da GRI-G4 (*Global Reporting Initiative*). Com base nos temas materiais e discussões durante o processo, pudemos de forma objetiva, elaborar nosso planejamento estratégico e priorizar ações durante o ano.

Outra ação importante baseada na materialidade, foi a elaboração do relatório de sustentabilidade 2016 (ano base 2015), o qual demonstra nosso desempenho socioambiental e econômico.

No pilar social, avançamos consideravelmente por meio do início do processo de implantação da norma internacional de gestão SA 8000:2014. A implantação permite gerir riscos por meio da sistematização das práticas, definidas em políticas e procedimentos ao longo da cadeia de valor.

Os principais requisitos da norma estão destacados abaixo:

- Trabalho infantil;
- Trabalho forçado ou compulsório;
- Segurança e Saúde;
- Liberdade de Associação e Direito a negociação coletiva;
- Discriminação;
- Práticas Disciplinares;
- Horário de Trabalho e Remuneração.

Como principais benefícios da implantação da norma SA 8000, podemos citar:

- Imagem - produtos e serviços produzidos em um ambiente mais seguro e justo;
- Credibilidade - maior transparência em relação ao desempenho social perante as partes interessada;
- Relacionamento - melhoria no relacionamento com partes interessadas e entendimento dos impactos ao negócio;

- Marca - fortalecimento e proteção da marca, diferenciação no mercado e entre competidores globais;
- Riscos – redução de potenciais passivos, riscos e ações judiciais.

Outro passo importante dado por nossa área está ligado ao posicionamento em relação ao tema de mudanças climáticas e cadeia de baixo carbono. Estamos inventariando nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE), com o objetivo de construir um plano de mitigação dos impactos, incluindo nossa cadeia de suprimentos. O desafio está em encontrar soluções internas e junto aos nossos parceiros para redução do nosso impacto de forma global.

No final do período de 2015, iniciamos um processo de implantação de software de controle para questões relacionadas a Meio Ambiente, Saúde & Segurança do Trabalho e Responsabilidade Social. Dessa forma, as áreas técnicas envolvidas poderão fazer sua própria gestão de conformidade legal com relação a esses temas, alinhadas com as diretrizes emanadas pelo departamento jurídico.

Como pretendemos trabalhar a Sustentabilidade

De forma constante, inspiramos nossos colaboradores e parceiros rumo a um novo conceito de empresa, dando exemplos de postura e geração de valor para o presente e futuro, em todos os aspectos. Conduta ética, transparência, produtos com qualidade e comunicação clara e contínua são os fatores que marcam a gestão da Ourofino Saúde Animal.

Sociedade

Acima de tudo, sabemos de nossa participação no desenvolvimento socioeconômico do meio em que estamos. Para isso destinamos recursos próprios, ou oriundos de leis de incentivos fiscais, para diversos projetos socioeducativos, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Investimentos em Projetos Sociais¹	2013	2014	2015
Investimento Privado	R\$ 671.695,03	R\$ 673.986,50	629.516,49
Projetos Incentivados	R\$ 326.301,31	R\$ 235.362,57	947.323,00
Total	R\$ 997.996,34	R\$ 909.349,07	1.576.839,49

	2014	2015
Percentual de operações que implantaram programas de engajamento da comunidade, avaliação de impactos e desenvolvimento	40%	28,6%

Estamos envolvidos em diversos programas e projetos sociais intensificando nosso compromisso de trabalhar juntos à comunidade.

Programa Jovens de Ouro

Atendemos anualmente cerca de 150 crianças na sede da Ourofino Saúde Animal, com a missão de contribuir para o desenvolvimento da comunidade da cidade de Cravinhos-SP, através de oficinas culturais e valores de cidadania.

Programa Cidadãos de Ouro

É uma extensão do Jovens de Ouro e atende anualmente cerca de 30 adolescentes por meio da formação de uma orquestra de flautas e oficina de cidadania. Nesta etapa de continuidade,

¹ Dados não incluem as despesas com o Projeto de Inseminação Artificial.

os jovens são cadastrados para trabalharem, futuramente, como menores aprendizes (a partir dos 14 anos) nas empresas da região e na Ourofino.

Programa de Inseminação Artificial

Com viés social, oferecemos o curso de inseminação artificial em uma fazenda arrendada em Guatapar (SP). Promovemos a capacita de profissionais de todo o Brasil possibilitando o acesso ao conhecimento tcnico, com certifica da ASBIA (Associa Brasileira de Insemin Artificial), relativo ao campo de reprodu bovina. Investimos na capacita deste pessoal arcando com todas as despesas como estadia, alimenta e materiais utilizados no curso. Contamos com o apoio de seis universidades e centros de pesquisa que contribuem na aplica prtica dos conceitos trabalhados em sala de aula. No ltimo dia do treinamento oferecemos aos participantes uma visita  nossa sede, para que conheam o processo de fabrica dos produtos que utilizaram. Foram capacitadas, 389 pessoas em 2013, 567 pessoas em 2014 e 645 pessoas em 2015.

N de Capacita na IATF (insemin artificial por tempo fixo)	
2012	94
2013	389
2014	567
2015	645

Programa de Equoterapia

 um programa que atendemos anualmente 35 pessoas com deficincia fsica ou mental, em parceria com o Pelot de Cavalaria do 3 Batalh da Polcia Militar do Interior, localizado em Ribeir Preto (SP). Participamos com a disponibiliza de uma educadora para a execu das terapias, com os uniformes dos praticantes e terapeutas e com medicamentos para o tratamento dos animais.

Programa Oficina do Futuro

Em parceria com o Centro de Educa Especial e Ensino Fundamental Egydio Pedreschi, o Programa Oficina do Futuro atendeu, no ano de 2014, 12 jovens com deficincia mental, com o objetivo de prepar-los para o mercado de trabalho. Em decorrncia do programa, vrios ex-alunos esto inseridos no mercado, tanto na Ourofino, como em outras empresas da regio.

Projetos incentivados

Por meio de incentivos fiscais colaboramos ainda com os seguintes projetos:

Apoiamos	Lei de Incentivo
Hospital do Cncer de Barretos Sobecan - Hospital de Cncer de Ribeir Preto	Lei Pronon e Lei do Idoso
Projeto "Ciranda na Praa"	Lei do Programa de Ao Cultural-SP
Projeto Bonecos Urbanos em Ao", "De Palma em Palma", Instituto Cultural Engenho Central", "Fbrica do Conhecimento" e "Orquestra Sinfnica de Ribeir Preto"	Lei de Incentivo  Cultura

Associação de Equoterapia Vassoural Judô Corpore Centro de Treinamento de Polo Feminino	Lei de Desporto
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FAEPA/USP	Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Relatório de Sustentabilidade

No âmbito do processo de listagem das ações de nossa emissão no segmento de negociação do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nos comprometemos a passar a divulgar um relatório anual de sustentabilidade de acordo com o padrão GRI (*Global Reporting Initiative*).

Os relatórios de sustentabilidade estão disponíveis no website da Companhia, no seguinte endereço: <http://ri.ourofino.com/>

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das descritas neste Item 7.

8.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrassem na operação normal de seus negócios nos últimos três exercícios sociais.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebrou contratos com suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a – Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade (alugada/arrendada/própria)
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Guatapar	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Guatapar	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b – Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	"AURIGEN", nº 826587801, classe NCL (8) 05	Registro válido até 11/03/2018	De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido no INPI. Assim, os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiro de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

			de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI.		
Marca	"AURITOP", nº 826803741, classe NCL (8) 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"CELESPORIN", nº 826607217, classe NCL (8) 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"DERMOTRAT", nº 903894750, classe NCL (9) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"DOXIFIN", nº 820699527, classe NCL (9) 05	Registro válido até 27/01/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"MAXICAN", nº 826286526, classe NCL (8) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"NEOPET", nº 905243030, classe NCL (10) 05	Registro válido até 06/10/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"PREDIDERM", nº 904221040, classe NCL (9) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"HERBALVET TA", nº 826881041, classe NCL (8) 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"HERBALVET 80", nº 826881050, classe NCL (8) 05	Registro válido até 24/05/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"PROTETOR OF PET", n.º 900467142, classe NCL(9) 05	Registro válido até 20/09/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"PROTETOR PET", n.º 905243188, classe NCL(10) 05	Registro válido até 10/11/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"TOP DOG", n.º 901362387, classe NCL(9) 05	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"COLOSSO FC30", n.º 906168368, classe NCL(10) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	
Marca	"COLOSSO", n.º 823871444, classe NCL(7) 05	10 (dez) anos a contar da concessão do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.	

Marca	"COLOSSO", n.º 825083133, classe NCL(8) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MASTER-LP", n.º 827176724, classe NCL(8) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FLUATAC", n.º 900901977, classe NCL(9) 05	Registro válido até 08/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FLUATAC DUO", n.º 901309680, classe NCL(9) 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MASTIFIN", n.º 815476736, classe NCL(8) 05	Registro válido até 13/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CIPROLAC", n.º 901393568, classe NCL(9) 05	Registro válido até 12/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TRISSULFIN", n.º 814682944, classe NCL(8) 05	Registro válido até 26/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TRISSULFIN SID", n.º 904603202, classe NCL(10) 05	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCROCIO", n.º 820610186, classe NCL(7) 05	Registro válido até 17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"ISOCOX", n.º 828632774, classe NCL(8) 05	Registro válido até 04/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LEPECID", n.º 006078605, classe 01:50	Registro válido até 10/05/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LEPECID", n.º 004037030, classe NCL(8) 05	Registro válido até 04/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CYPERMIL", n.º 816331154, classe 05:70	Registro válido até 28/09/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCROGEST", n.º 827884796, classe NCL(8) 05	Registro válido até 19/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCROECG", n.º 903858282, classe NCL(9) 05	Registro válido até 28/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", n.º 901149802, classe NCL (9) 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", n.º 901149667, classe NCL (9) 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901148997, classe NCL (9) 03	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901148695, classe NCL (9) 03	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901149837, classe NCL (9) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901149861, classe NCL (9) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901148830, classe NCL (9) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901148954, classe NCL (9) 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901164402, classe NCL (9) 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901194352, classe NCL (9) 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901149004, classe NCL (9) 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901148946, classe NCL (9) 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901193240, classe NCL (9) 35	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901127825, classe NCL (9) 36	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901149047, classe NCL (9) 39	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901149241, classe NCL (9) 39	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901149888, classe NCL (9) 44	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901149900, classe NCL (9) 44	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901130257, classe NCL (9) 45	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"OUROFINO AGRONEGÓCIO", nº 901127868, classe NCL (9) 45	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO ANIMAL HEALTH", nº 900542578, classe NCL (9) 05	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO SAÚDE ANIMAL", nº 901194786, classe NCL (9) 05	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO", nº 822070260, classe NCL (7) 31	Registro válido até 19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AMIGO PET", nº 904833984, classe 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AMIGO PET", nº 904834140, classe 44	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AMINOBRAS", nº 900466545, classe 05	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AMOXIFIN", nº 821478346, classe 05	Registro válido até 07/07/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AR DO CAMPO", nº 827771711, classe 03	Registro válido até 20/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AURIGEN", nº 826589324, classe 03	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AURIXAZOL", nº 901761362, classe 03	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AURIXAZOL", nº 901761370, classe 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AVENGER", nº 826607225, classe 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AVENGER", nº 826607233, classe 03	Registro válido até 26/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"AZICOX", nº 827427816, classe 05	Registro válido até 20/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BACK LINE", nº 821591320, classe 05	Registro válido até 06/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BELLA AVE", nº 902889702, classe 05	Registro válido até 18/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"BIOFUTURE", nº 909047014, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BIOFUTURE", nº 909047138, classe 44	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BOI SABIO", nº 905761430, classe 05	Registro válido até 01/12/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BUTORVET", nº 826286542, classe 05	Registro válido até 04/08/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BYTE", nº 904602982, classe 03	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BYTE", nº 904603032, classe 05	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BYTE", nº 904603067, classe 21	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BYTE", nº 904603105, classe 35	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"BYTE", nº 904603130, classe 44	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CANTER OF", nº 827391170, classe 05	Registro válido até 06/11/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CARDIAVIT", nº 901673900, classe 05	Registro válido até 03/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CB 30 T.A. OURO FINO", nº 827173440, classe 05	Registro válido até 30/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CB 80 OURO FINO", nº 827155441, classe 05	Registro válido até 30/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CEMTRA", nº 901819425, classe 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CIPLOLAC", nº 901375110, classe 05	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CLAVET", nº 903127954, classe 05	Registro válido até 23/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"COCCIFIN", nº 820699519, classe 05	Registro válido até 24/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"COCCIMAX", nº 823491757, classe 05	Registro válido até 06/05/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CONDROMAX", nº 826286500, classe 05	Registro válido até 06/11/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CONFIANCE", nº 905025679, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CONVIVA", nº 905025806, classe 05	Registro válido até 11/08/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CORTA CURSO", nº 826684416, classe 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CORTIFLAN", nº 902105507, classe 05	Registro válido até 12/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CREATINA OURO FINO", nº 827155450, classe 05	Registro válido até 09/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CURAVET", nº 00443782, classe 05	Registro válido até 04/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"CURSOFIM", nº 820530123, classe 05	Registro válido até 24/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"DEMAIS", nº 827176740, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"DERMACORTEN", nº 826286518, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"DERMOCANIS", nº 822134519, classe 05	Registro válido até 29/08/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"DERMOLENE", nº 902376519, classe 05	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"DESFLAN", nº 821174843, classe 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"DOUTOR ANTITÓXICO", nº 900398159, classe 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"DOXIFIN TABS", nº 901273635, classe 05	Registro válido até 04/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"EMUNE", nº 907530699, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"ENDOMAX", nº 901310166, classe 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"ENFRENT", nº 908758758, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"ENRAGOLD", nº 904783669, classe 05	Registro válido até 09/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"ENROTRAT", nº 902970976, classe 05	Registro válido até 05/03/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"EPINEW", nº 906994179, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"EQDOMIN", nº 903893940 classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"ESTREPTOMAX", nº 823953670, classe 05	Registro válido até 17/04/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"EVOL", nº 907617603, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"EZOTEC", nº 821174835, classe 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FERROFORTE", nº 900862130, classe 05	Registro válido até 24/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FINADOR", nº 821174851, classe 05	Registro válido até 15/03/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FIPROFORT", nº 903940825, classe 05	Registro válido até 11/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FLORACANIS", nº 826803750, classe 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FLOXAGUARD TABS", nº 901310336, classe 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FORTEMIL", nº 819266787, classe 05	Registro válido até 23/03/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FOS 350, nº 909235287, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"FOSFOMICIN C", nº 900500883, classe 05	Registro válido até 29/12/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"GENTORAL PIG DOSER", nº 900902191, classe 05	Registro válido até 28/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"GENTRIN", nº 816334080, classe 05	Registro válido até 29/04/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"GIGA", nº 907617786, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"GIGANTE OURO FINO", nº 826286550, classe 05	Registro válido até 30/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"GIGANTE OURO FINO", nº 826286569, classe 03	Registro válido até 30/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"GLICOBRA", nº 900466480, classe 05	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"GLUTAQUAT", nº 818161230, classe 05	Registro válido até 18/02/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"GOLD LINE", nº 823072010, classe 05	Registro válido até 13/02/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"HERBALPET", nº 826920519, classe 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"IMPACTO", nº 901396362, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"IMUNYA", nº 908181663, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"IVER OF", nº 904585611, classe 05	Registro válido até 31/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"IVER UM", nº 903835096, classe 05	Registro válido até 28/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"K10", nº 827695292, classe 05	Registro válido até 04/12/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"KETAPUM", nº 825784581, classe 05	Registro válido até 19/06/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"KOLOSSU'S", nº 814609910, classe 05	Registro válido até 04/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"K-POX", nº 907415881, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"LACTOFUR", nº 906794846, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LARVAMEC", nº 825285534, classe 05	Registro válido até 24/03/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LEEVRE", nº 906027535, classe 05	Registro válido até 12/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LEITE É BOM COM TUDO" (logo), nº 908217994, classe 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LEITE VAI COM TUDO" (logo), nº 907691838, classe 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LIMP & TRAT", nº 825784549, classe 03	Registro válido até 14/04/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"LIMP&HIDRAT", nº 904453995, classe 05	Registro válido até 18/02/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MACVAC", nº 909631360, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MASTER GOLD", nº 900666544, classe 05	Registro válido até 09/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MASTICURA", nº 826587780, classe 05	Registro válido até 08/09/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MAXI TABS", nº 902437615, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MAXICAM TABS", nº 901266159, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MELOXIGEL", nº 900721286, classe 05	Registro válido até 13/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MELOXIMAX", nº 904589854, classe 05	Registro válido até 22/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"METACELL", nº 827427808, classe 05	Registro válido até 20/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MGOLD 20", nº 908807848, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MGOLD 40", nº 908807953, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"MILAGROSA", nº 825784590, classe 05	Registro válido até 06/10/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MOXI DUO", nº 901819336, classe 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MULTIPEN", nº 822070294, classe 05	Registro válido até 03/01/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MULTIPLIC", nº 904335143, classe 05	Registro válido até 13/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"MUNIZER", nº 907530907, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"N3GOLD", nº 908807880, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NA MOSCA", nº 900404400, classe 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NATUCELL", nº 828225915, classe 05	Registro válido até 22/04/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NEOMIN S", nº 815474253, classe 05	Registro válido até 23/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NEWVET F", nº 820633712, classe 05	Registro válido até 17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NICARGOLD", nº 908807732, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NO PIC", nº 827296592, classe 03	Registro válido até 04/12/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NOKALT", nº 817523790, classe 05	Registro válido até 24/09/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NORFLOMAX", nº 820639052, classe 05	Registro válido até 22/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"NULLI", nº 906313481, classe 05	Registro válido até 23/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OF OURO FINO", nº 814682928, classe 05	Registro válido até 26/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OF OURO FINO", nº 816973806, classe 01	Registro válido até 23/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"OF OURO FINO RICOBENDAZOLE", nº 820459330, classe 05	Registro válido até 12/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OF PLANTS", nº 901042900, classe 03	Registro válido até 19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OFTALMUNE", nº 821478362, classe 05	Registro válido até 10/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO DA TERRA", nº 825784557, classe 03	Registro válido até 19/06/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO DA TERRA", nº 825534755, classe 05	Registro válido até 05/06/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO ADEUS BARATA", nº 900236760, classe 03	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO ADEUS FORMIGA", nº 900236795, classe 03	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO ANIMAL HEALTH", nº 901195286, classe 05	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO ANIMAL HEALTH", nº 901195545, classe 05	Registro válido até 14/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO BIOCOSMÉTICA", nº 825534763, classe 03	Registro válido até 05/06/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO HIGH PREMIUM", nº 827856830, classe 31	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO PET", nº 826304184, classe 03	Registro válido até 30/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO PET", nº 826304192, classe 05	Registro válido até 06/11/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO PET", nº 826304176, classe 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OURO FINO SUPER PREMIUM", nº 827856822, classe 31	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO", nº 822070243, classe 35	Registro válido até 19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO", nº 822070251, classe 21	Registro válido até 17/04/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"OUROFINO IATF", nº 904638014, classe 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO NUTRIÇÃO ANIMAL" (logo), nº 904370011, classe 31	Registro válido até 17/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO SAÚDE ANIMAL", nº 901194972, classe 05	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFINO TETF", nº 904638081, classe 35	Registro válido até 05/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFORTE", nº 826684408, classe 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROFORTE", nº 903595346, classe 31	Registro válido até 05/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROMED", nº 902310402, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROTETRA LA", nº 821174827, classe 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"OUROVAC", nº 827884818, classe 05	Registro válido até 26/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PAREUN", nº 907716202, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PENFORT", nº 820633704, classe 05	Registro válido até 17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PIROFORT", nº 822070308, classe 05	Registro válido até 03/01/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PRECIOSO OURO FINO", nº 826286585, classe 05	Registro válido até 30/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PRECISO OURO FINO", nº 826286577, classe 03	Registro válido até 30/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PRIVIUM", nº 907415920, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PROCICLAR", nº 900443324, classe 05	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"PROPOVET", nº 901491314, classe 05	Registro válido até 13/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"RACTOSUIN", nº 826920527, classe 05	Registro válido até 11/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"REPEGIL", nº 908838468, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"REKON", nº 909849919, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"RESOLUTOR", nº 906794803, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"RICOFINO", nº 820459348, classe 05	Registro válido até 24/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"RICOZOLE", nº 820294110, classe 05	Registro válido até 11/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"RIFOGEN", nº 828877440, classe 05	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SAFESUI", nº 909849854, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SALIGOLD", nº 908807767, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SANITAL", nº 826684424, classe 05	Registro válido até 22/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SEDAZINE", nº 822134535, classe 05	Registro válido até 29/08/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SELLAT", nº 907296980, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SIGA CORTE", nº 902157701, classe 41	Registro válido até 30/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SIGA LEITE", nº 902157647, classe 41	Registro válido até 30/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCRO+", nº 827984251, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCROCP", nº 900276347, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCRODIOL", nº 901164712, classe 05	Registro válido até 14/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"SINCROFORTE", nº 901164607, classe 05	Registro válido até 14/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCROMAIS", nº 827984243, classe 05	Registro válido até 26/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCROMIL", nº 827984260, classe 05	Registro válido até 26/02/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCRORELIN", nº 902889788, classe 05	Registro válido até 18/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SINCROVET", nº 827984235, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SMART MAIS", nº 827553439, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"STILVERM", nº 816331162, classe 05	Registro válido até 05/11/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"STOP-LAC", nº 901673889, classe 05	Registro válido até 03/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SUCESSO", nº 900398183, classe 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SUPERFORTE BOOSTER OF", nº 827155425, classe 05	Registro válido até 27/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SUPERFORTE CASCO OF", nº 827173431, classe 05	Registro válido até 13/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SUPERFORTE OF", nº 827155433, classe 05	Registro válido até 27/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"SUPERHION", nº 905704169, classe 05	Registro válido até 01/12/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TAMANDUCA" (figura/mascote), nº 826684432, classe 05	Registro válido até 13/01/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TERA", nº 907617760, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TERRA FORTE", nº 901872300, classe 05	Registro válido até 12/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TERRA MATA", nº 901309664, classe 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"TETRAGUARD", nº 900095695, classe 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TOXIFIN", nº 820571202, classe 05	Registro válido até 04/03/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"TRIST'FIM", nº 906971950, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VALE OURO", nº 902365940, classe 01	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VALE OURO", nº 902366939, classe 05	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VALE OURO", nº 902371355, classe 31	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VETELL", nº 902473867, classe 05	Registro válido até 15/01/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VINGADOR", nº 825112044, classe 05	Registro válido até 14/04/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VIVO PET", nº 900408952, classe 05	Registro válido até 21/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS", nº 906553229, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS LACTO", nº 907296831, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS PERFORMA", nº 907296700, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS PRODUCE", nº 907297056, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS RICO", nº 908045832, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS RICO ORAL", nº 908045891, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS TOTAL", nº 908045638, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"VOSS VITAL", nº 907296777, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

Marca	"ZIFLOR", nº 900500816, classe 05	Registro válido até 29/12/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marca	"ZINFIX", nº 908621582, classe 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05	-	controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Pesquisa, desenvolvimento, industrialização, comercialização, importação e exportação de medicamentos, vacinas e demais produtos de uso veterinários.	99,99
31/12/2015	133,573754%	0,000000	0,000000	Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,000000	Valor contábil	31/12/2015	242.079.036,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição da participação da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21	-	controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Comercialização, distribuição e logística no mercado interno e externo de medicamentos e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e produtos agropecuários, sementes e produtos de uso fitossanitário, adquiridos da Ouro Fino Saúde Animal.	99,99%
31/12/2015	26,188479%	0,000000	18.539.000,00	Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	4.000.000,00	Valor contábil	31/12/2015	125.384.150,66		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição da participação da Ouro Fino Agronegócio Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48	-	controlada	Brasil	SP	Vinhedo	Comercialização no mercado interno de medicamentos, produtos veterinários e artigos correlatos para animais de companhia (cães e gatos).	99,99%
31/12/2015	-16,037579%	0,000000	27.615.000,00	Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	15.884.000,00	Valor contábil	31/12/2015	23.647.089,00		

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição da participação da Ouro Fino Pet Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Ouro Fino de México Sociedad Anónima de Capital Variable	-	-	Controlada indireta	México	-	Cidade do México	Elaboração, processamento, compra, venda, distribuição, consignação, importação, exportação e em geral na comercialização de toda classe de produtos de medicina veterinária, assim como de implementos de uso agropecuário e veterinário.	96,43%
31/12/2015	44,256121	0,000000	-	Valor mercado				
31/12/2014	116,253756	0,000000	-	Valor contábil	31/12/2015	3.448.724,83		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A manutenção da participação da Ouro Fino de México Sociedad Anónima de Capital Variable se justifica pelas atividades operacionais descritas acima.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Bracol Agronegocio S.A.S.	-	-	Controlada indireta	Colômbia	-	Medellin	Representação, importação, distribuição de produtos biológicos, farmacéticos veterinários, insumos veterinários, pre misturas, sementes e aditivos veterinários, produção e comercialização de bens, produtos e serviços especializados para el setor pecuário e agrícola.	100,00
31/12/2015	0,000000	0,000000	-	Valor mercado				
				Valor contábil	31/12/2015	-2.059.379,03		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A manutenção da participação da Bracol Agronegocio S.A.S. se justifica pelas atividades operacionais descritas acima.

9.2 – Outras informações relevantes

Com relação ao item 9.1.b, todos os registros de marcas que se encontram expirados na data deste Formulário de Referência foram objeto de solicitação de prorrogação, as quais, no entanto, ainda não haviam sido publicadas até a presente data.

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

A Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014 sob a denominação social A.H.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“**AHNSPE**”), tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. Em 18 de junho de 2014, a AHNSPE (antiga denominação da Companhia) foi adquirida pelos Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, os quais doaram parte de sua participação para os demais acionistas que compunham, na época, o quadro societário da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.. Em 30 de junho de 2014, por meio da cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., especificamente relacionada às empresas do segmento de saúde animal, seguida de incorporação da parcela cindida pela Companhia, conforme descrita nos itens 6.1 e 6.5 deste Formulário de Referência, a Companhia passou a ter como controladas: Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (e sua controlada Ouro Fino de México, S.A. de C.V.), Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. Para informações detalhadas sobre as controladas da Companhia, vide item 9.1(c) deste Formulário de Referência.

Nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações relativas aos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período compreendido entre 10 de abril (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2014. Essas informações derivam das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os períodos indicados, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Demonstrações financeiras combinadas-consolidadas históricas

Considerando que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“**Consolidado**”) para o período compreendido entre a data de sua constituição e o encerramento do exercício de 2014, apresentadas comparativamente ao exercício de 2015, não refletem adequadamente o resultado histórico das operações do negócio de saúde animal para o ano de 2014. Nesse contexto, a Administração optou por apresentar no item 10.9 deste Formulário de Referência, quando aplicável, informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas (“**Combinado**”) das controladas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

As informações financeiras apresentadas também foram ajustadas para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas, ajustado por eventos extraordinários, em especial, no exercício de 2014, para considerar despesas da controladora, não incluídas no combinado, e para desconsiderar despesas específicas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias.

Tais informações contábeis têm o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial da Companhia e suas controladas sejam compreendidas dentro de sua atual estrutura societária, além de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia, sua posição financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada-consolidada, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas também foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas não devem ser utilizadas isoladamente para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante o período apresentado e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

Informações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma*

Com o objetivo de aumentar sua eficiência administrativa, em 30 de junho de 2014 a Companhia e suas controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda., juntamente com suas partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda., celebraram contrato de rateio de despesas para implementação de um centro de serviços compartilhados.

Neste sentido, a fim de ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado do compartilhamento de despesas, caso este tivesse ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2013, também foram elaboradas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, segundo os critérios definidos na Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma* do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de endividamento total era de 0,82, representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido. A posição de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 23.380 mil e a dívida líquida bancária totalizou R\$ 192.669 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,51. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento total era de 0,90. A posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 72.453 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 134.000 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,41.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta baixo nível de alavancagem. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de 0,51 (0,41 em 31 de dezembro de 2014). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	57.260	103.093
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	159.227	112.560
Total de empréstimos e financiamentos	216.487	215.653
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(438)	(9.200)
Caixa e equivalentes de caixa	(23.380)	(72.453)
(=) Dívida líquida	192.669	134.000
Patrimônio líquido	380.309	330.157
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,51	0,41

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2015, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura pouco alavancada será alterada em decorrência da execução do seu plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	313.062	297.104
Capital próprio (patrimônio líquido)	380.309	330.157
Capital total (terceiros + próprio)	693.371	627.261
Parcela de capital de terceiros	45,15%	47,37%
Parcela de capital próprio	54,85%	52,63%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2015 eram de 2,21 e 2,52, respectivamente (2,11 e 2,07 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 216,5 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões, dos quais R\$ 64,2 milhões ainda a serem desembolsados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode

dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2015:

(em milhares de reais, exceto %)	Encargos financeiros	Vencimento final	Em 31 de dezembro de	
			2015	2014
Em moeda estrangeira				
BNDES - FINEM	Média das variações cambiais dos recursos captados pelo BNDES e taxa média ponderada de 2,37% ao ano (2014 - 2,57% ao ano)	2016	228	817
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Variação Cambial + 4,28% a.a.			10.111
Capital de giro	Variação cambial e taxa média ponderada de 2,97% ao ano (2014 de 1,68% ao ano)	2018	57.005	53.537
Capital de giro	Variação cambial e taxa Libor + 1,15% ao ano	2016	582	
Em moeda nacional				
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 4,35% ao ano (2014 - 4,44% ao ano)	2024	132.890	122.555
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 9,80% ao ano (2014 - 7,89% ao ano)	2016	1.151	6.268
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 6,09% ao ano (2014 - 4,50% ao ano)	2023	1.364	1.276
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média ponderada de 8% ao ano (2014 - 8% ao ano)	2016	22.306	20.889
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de taxa pré fixada de 16,88% ao ano e pós fixada de 16,79% ao ano (2014 - 12,32% ao ano)	2018	961	200

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2015:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 18 de julho de 2008, 15 de abril de 2010, 9 de dezembro de 2011 e 18 de dezembro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R\$ 332,6 milhões, com vencimentos entre 15 de agosto de 2018 e 15 de janeiro de 2024. Três desses contratos possuem taxas de juros pré-fixadas entre 4,0% e 5,0% ao ano e os demais contratos são vinculados à taxa de juros longo prazo (“**TJLP**”), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 4,5% ao ano. Esses contratos são garantidos por fiança da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e/ou Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A e/ou por fiança bancária parcial. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 132,9 milhões.

Nota de Crédito de Exportação Nº 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Em 18 de fevereiro de 2013, a controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. emitiu Nota de Crédito à Exportação Direta Tradicional Nº 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor histórico de R\$ 17 milhões, com vencimento em 3 de fevereiro de 2016, taxa de juros de 8,0% ao ano (*swap* para 93,4% do CDI) e quitação em parcela única na data de vencimento. Essa nota de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. A nota poderá ser declarada antecipadamente vencida caso a Ouro Fino Agronegócio Ltda. ou os

avalistas descumpram qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 18,8 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (crédito externo) com o HSBC Bank Brasil S.A.

Em 17 de dezembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A, no valor de US\$ 4 milhões (aproximadamente R\$ 15,4 milhões), com vencimento em 10 de janeiro de 2017 e taxa de juros em dólar norte americano de 3,31% ao ano. Este empréstimo é garantido por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A..

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o HSBC Bank Brasil S.A. no valor nominal de R\$ 15,4 milhões (US\$ 4 milhões) que prevê que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 3,31% ao ano e pague 96,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. fique inadimplente em relação a qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. ou com uma empresa relacionada com o HSBC Bank Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 15,6 milhões.

Advance Facility Agreement (crédito externo) com o Rabobank Curaçao N.V.

Em 31 de julho de 2015, 26 de outubro de 2015 e 17 de novembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos de empréstimo com o Rabobank Curaçao N.V. no valor total agregado de US\$ 10,5 milhões (aproximadamente R\$ 37,6 milhões), com vencimentos entre 09 de novembro de 2017 e 18 de outubro de 2018 e taxa de juros em dólar norte americano entre 2,79% e 2,87% ao ano. Esses empréstimos são garantidos por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e Notas Promissórias no valor total de US\$ 12,6 milhões.

Nas mesmas datas dos contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou contratos de *swap* de taxa de câmbio com o Banco Rabobank International Brasil S.A. no valor nominal total de R\$ 37,6 milhões (US\$ 10,5 milhões) que preveem que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros entre 2,79% e 2,87% ao ano e pague entre 100% e 102,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal dos contratos. Os contratos poderão ser considerados antecipadamente vencidos caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação contraída com o Rabobank Curaçao N.V. ou com uma empresa relacionada com o Rabobank Curaçao N.V. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desses contratos era de R\$ 41,4 milhões.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esse tipos de operação. Além disso, um dos contratos firmados com o BNDES em 12 de fevereiro de 2010 e vencimento em 15 de agosto de 2016, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 537 mil, requer que a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. mantenha, durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros: liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e endividamento geral igual ou menor que 0,75. Tais níveis de endividamento são verificados pelo credor por meio de balanço auditado por empresa de auditoria independente.

Os Diretores da Companhia informam que todas as cláusulas restritivas acima descritas vêm sendo devidamente cumpridas pela Companhia, inclusive com relação à manutenção dos índices financeiros estabelecidos nos contratos.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 216,5 milhões em empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões, dos quais R\$ 64,2 milhões ainda a serem desembolsados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e do período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Para uma melhor compreensão do desempenho operacional na Companhia, veja o item 10.9 deste Formulário de Referência, que apresenta uma análise histórica completa das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas-consolidadas preparadas com essa finalidade.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10 DE ABRIL E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Demonstração do Resultado Consolidado

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Receitas líquidas das vendas	534.045	100,00%	327.360	100,00%	63,14%
Custos das vendas	(236.684)	-44,32%	(133.411)	-40,75%	77,41%
Lucro bruto	297.361	55,68%	193.949	59,25%	53,32%
Despesas com vendas	(161.618)	-30,26%	(103.597)	-31,65%	56,01%
Despesas gerais e administrativas	(39.882)	-7,47%	(28.168)	-8,60%	41,59%
Outras receitas (despesas), líquidas	2.041	0,38%	(5)	0,00%	-40920,00%
Resultado financeiro	(10.635)	-1,99%	(8.074)	-2,47%	31,72%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.267	16,34%	54.105	16,53%	61,29%
Imposto de renda e contribuição social	(18.060)	-3,38%	(15.227)	-4,65%	18,61%
Lucro do exercício das operações continuadas	69.207	12,96%	38.878	11,88%	78,01%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 534,0 milhões em 2015, em comparação com R\$ 327,4 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de R\$ 206,7 milhões ou 63,14%. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

Operações Internacionais

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado externo de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção. As vendas ocorrem substancialmente para a América Latina.

Custo das vendas

O custo das vendas em 2015 foi de R\$ 236,7 milhões, contra R\$ 133,4 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou uma variação positiva de R\$ 103,3 milhões ou 77,41%. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto em 2015 foi de R\$ 297,4 milhões, contra R\$ 193,9 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de R\$ 103,4 milhões ou 53,32%. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Despesas operacionais

Em 2015, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 199,5 milhões, contra R\$ 131,8 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de despesas de R\$ 67,7 milhões ou 51,37%. As despesas operacionais corresponderam a 37,36% e 40,26% do total da receita líquida em 2015 e no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, respectivamente. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 10,6 milhões em 2015 em comparação a uma despesa de R\$ 8,1 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2015 de R\$ 87,3 milhões, contra R\$ 54,1 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de

dezembro de 2014, o que representa um aumento de R\$ 33,2 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,34% e 16,53% de nossa receita líquida em 2015 e no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2015, as despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram R\$ 18,1 milhões, contra R\$ 15,2 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Lucro líquido do período

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2015 foi de R\$ 69,2 milhões, contra R\$ 38,9 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	23.380	3,37%	72.453	11,55%	-67,73%
Contas a receber de clientes	225.740	32,56%	178.111	28,40%	26,74%
Instrumentos financeiros derivativos	22	0,00%	10.376	1,65%	-99,79%
Estoques	109.263	15,76%	86.848	13,85%	25,81%
Tributos a recuperar	8.491	1,22%	9.391	1,50%	-9,58%
Partes relacionadas	1.870	0,27%	998	0,16%	87,37%
Outros ativos	9.611	1,39%	7.439	1,19%	29,20%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos	1.713			0,00%	
Tributos a recuperar	32.322	4,66%	22.529	3,59%	43,47%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.558	0,80%	1.920	0,31%	189,48%
Outros ativos	2.616	0,38%	261	0,04%	902,30%
Intangível	78.690	11,35%	66.300	10,57%	18,69%
Imobilizado	194.095	27,99%	170.635	27,20%	13,75%
Total do ativo	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	29.450	4,25%	22.390	3,57%	31,53%
Instrumentos financeiros derivativos	1.297	0,19%	12	0,00%	10708,33%
Empréstimos e financiamentos	57.260	8,26%	103.093	16,44%	-44,46%
Salários e encargos sociais	24.333	3,51%	24.912	3,97%	-2,32%
Tributos a recolher	6.585	0,95%	5.638	0,90%	16,80%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.873	0,27%	763	0,12%	145,48%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	16.433	2,37%	8.959	1,43%	83,42%
Comissões sobre as vendas	7.313	1,05%	5.669	0,90%	29,00%
Outros passivos	5.450	0,79%	5.468	0,87%	-0,33%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	1.164	0,19%	-100,00%
Empréstimos e financiamentos	159.227	22,96%	112.560	17,94%	41,46%
Provisão para contingências	3.841	0,55%	2.664	0,42%	44,18%
Imposto de renda e contribuição social diferidos		0,00%	3.812	0,61%	-100,00%
Total do passivo	313.062	45,15%	297.104	47,37%	5,37%
Patrimônio líquido					
Capital Social	298.889	43,11%	298.889	47,65%	0,00%
Reserva de capital	(6.392)	-0,92%	(6.275)	-1,00%	1,86%
Opções outorgadas	1.491	0,22%		0,00%	
Reserva de lucros	70.241	10,13%	22.136	3,53%	217,32%
Ajustes de avaliação patrimonial	15.952	2,30%	15.319	2,44%	4,13%
Participação dos não controladores	128	0,02%	88	0,01%	45,45%
Total do patrimônio líquido	380.309	54,85%	330.157	52,63%	15,19%
Total do passivo e patrimônio líquido	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante era de R\$ 378,4 milhões, em comparação com R\$ 365,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 54,57% em 31 de dezembro de 2015 e 58,29% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 12,8 milhões ou 3,49%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de contas a receber de clientes, no valor de R\$ 47,6 milhões, e aumento do saldo de estoques, no montante de R\$ 22,4 milhões, compensados pela redução do caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 49,0 milhões, e redução de instrumentos financeiros derivativos, no valor de R\$ 10,3 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante era de R\$ 315,0 milhões, em comparação com R\$ 261,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 45,43% em 31 de dezembro de 2015 e 41,71% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 53,3 milhões ou 20,39%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, e acréscimo em todas as demais rubricas. Os investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante era de R\$ 150,0 milhões, em comparação com R\$ 176,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 21,63% em 31 de dezembro de 2015 e 28,20% em 31 de dezembro de 2014. Esta redução, de R\$ 26,9 milhões ou 15,21%, decorreu substancialmente da redução do saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no valor de R\$ 45,8 milhões, compensado pelo aumento no saldo de fornecedores e dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$ 7,6 milhões e R\$ 7,5 milhões, respectivamente.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo não circulante era de R\$ 163,1 milhões, em comparação com R\$ 120,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 23,52% em 31 de dezembro de 2015 e 19,16% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 42,9 milhões ou 35,66%, decorreu substancialmente do aumento do saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 46,7 milhões, líquido de redução nos saldos de instrumentos financeiros derivativos e imposto de renda e contribuição social diferidos, nos montantes de R\$ 1,2 milhão e R\$ 3,8 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido era de R\$ 380,3 milhões, em comparação com R\$ 330,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação, de R\$ 50,1 milhões ou 15,19%, deu-se substancialmente pela retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, tendo em vista o orçamento de capital previsto para o ano de 2016.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado para os períodos indicados:

(em milhares de reais)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.509	853
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(56.383)	(4.478)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(8.759)	75.908
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(49.633)	72.283

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 15,5 milhões em 2015, em comparação a R\$ 0,8 milhão no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. O aumento de R\$ 14,7 milhões na geração de caixa líquido é representado substancialmente pelo incremento no lucro antes dos impostos, no montante de R\$ 33,8 milhões, maior geração nas rubricas de depreciação e amortização, no montante de R\$ 8,8 milhões, contas a receber de clientes, no montante de R\$ 7,1 milhões, e fornecedores, no montante de R\$ 21,6 milhões, compensados por maior aplicação de recursos em estoques, no montante de R\$ 27,5 milhões, tributos a recuperar, no montante de R\$ 16,2 milhões, e pagamento de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 15,8 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 56,4 milhões em 2015, em comparação a R\$ 4,5 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro

de 2014. O aumento das aplicações em investimentos, no montante de R\$ 51,9 milhões, é representado substancialmente por maiores aplicações de recursos no imobilizado relacionado às obras da nova planta de vacinas, obras de expansão na fábrica de vacinas contra febre aftosa e climatização dos nossos armazéns em Cravinhos, e intangíveis relacionados ao desenvolvimento de produtos. Adicionalmente, o incremento também foi impactado por menor recuperação de valores em vendas de imobilizados e pela não existência em 2016 da incorporação de saldo de caixa e equivalente de caixa de investimentos.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 8,8 milhões em 2015, representado substancialmente pelo pagamento líquido de empréstimos, no montante de R\$ 15,7 milhões, e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 12,9 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 19,9 milhões. O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 75,9 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Esse valor é representado substancialmente pelo aumento do capital social no montante de R\$ 106,4 milhões, em decorrência da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, incluindo a emissão de ações no âmbito do lote suplementar, compensado pelos custos de captação no montante de R\$ 6,3 milhões, pela obtenção líquida de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 0,2 milhão, e pelo pagamento de mútuo com partes relacionadas, no montante de R\$ 24,0 milhões.

10.2 - Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 possuem informações comparativas que não refletem de modo adequado e completo o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas. Nesse contexto, a Administração optou por apresentar no item 10.9 deste Formulário de Referência informações a respeito do resultado operacional e financeiro da Companhia derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas das controladas da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, as quais apresentam, para fins comparativos, as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro-forma* do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Introdução do Segmento de Saúde Animal

Conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência, em 30 de junho de 2014, em decorrência da cisão parcial da Ouro Fino Participações, foram introduzidos os seguintes segmentos operacionais geradores de caixa para a Companhia :

Animais de Produção: Compreende a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção, que consistem em: (i) ruminantes (bovinos, equinos, ovinos e caprinos); (ii) aves; e (iii) suínos. Este segmento também compreende a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia: Compreende a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia, que consistem em: (i) cães; e (ii) gatos.

Operações Internacionais: Compreende a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para Animais de Produção para o mercado externo.

Para maiores informações acerca dos nossos segmentos de atuação, ver item 7 deste Formulário de Referência.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 15 de setembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bracol Agronegócio S.A.S. ("Bracol"), uma antiga distribuidora da Companhia sediada na Colômbia, pelo valor de R\$ 387 mil. Como resultado da aquisição, o Grupo espera expandir sua participação no mercado colombiano, em linha com seu planejamento estratégico de crescimento na América Latina.

O ágio (Goodwill) de R\$ 618 mil, que surge da aquisição, é atribuível à previsão de rentabilidade futura na investida. De acordo com a legislação atual, não se espera que o ágio registrado seja dedutível para fins de imposto de renda.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e no período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia e suas controladas ou suas atividades que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudanças nas práticas contábeis que provoquem efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

No período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014, novas normas e revisões dos CPCs/IFRS entraram em vigor e foram adotadas pela Companhia e suas controladas, quando aplicável. Dessas normas, a única relevante para a Companhia e suas controladas foi a revisão do CPC 07 – “Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas”. Tal norma tem por objetivo alterar a redação do CPC 35 – “Demonstrações Separadas” para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 – *Separate Financial Statements*, que passam a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem efeitos significativos de alterações em práticas contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014 foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment)

O *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores a elas devidos. A provisão é calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela administração, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos.

Revisão da vida útil do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Valor justo do plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo atribuído às opções outorgadas é determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

Perda (*impairment*) do ativo intangível

Anualmente, o Grupo avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de desenvolvimento de produtos no intangível, sempre que praticável por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando, dentre outros aspectos:

- premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto) e na participação de mercado que o Grupo espera atingir;
- estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação; e
- gastos associados a comercialização, tais como despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagem.

O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento, dependendo da estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) é inferior ao valor do ativo registrado.

10.6 – Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) *arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(ii) *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(iii) *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(iv) *contratos de construção não terminada*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(v) *contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que foi firmado, em 18 de dezembro de 2014, um contrato de financiamento com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões, dos quais R\$ 64,2 milhões ainda a serem desembolsados.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 – Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10.8 – Comentários dos Diretores sobre o plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2016, a Companhia pretende efetuar investimentos no montante aproximado de R\$98,2 milhões, os quais serão destinados: (i) à construção da nova fábrica para produção de vacinas; (ii) à aquisição de equipamentos e realização de melhorias e expansões nas unidades produtivas atuais; (iii) ao desenvolvimento de novos produtos; e (iv) a novos módulos e funcionalidades do sistema de gestão SAP.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP e BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que esta inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos. Nos últimos 3 anos, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 6% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, correspondentes a cerca de R\$ 86 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram lançados 9 novos produtos.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Conforme informado no item 10.1, e com o objetivo de possibilitar a análise histórica evolutiva do desempenho do negócio, a Administração optou por apresentar neste item 10.9, quando aplicável, informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas das controladas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a qual apresenta, para fins de comparação, as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As informações *pro forma* relativas ao exercício de 2013 foram preparadas somente para ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado da Companhia do compartilhamento de despesas de serviços administrativos entre suas controladas e outras sociedades sob controle comum, adotado em 2014, caso tal compartilhamento tivesse também ocorrido no exercício de 2013.

As informações financeiras apresentadas nesta seção do Formulário de Referência também foram ajustadas para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas, ajustado por eventos extraordinários, em especial, em 2014, para considerar despesas da controladora, não incluídas no combinado, e para desconsiderar despesas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* de 2013 derivam das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas, que por sua vez foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas e as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* não devem ser utilizadas isoladamente para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócio durante os períodos apresentados e nem são necessariamente indicativas dos resultados consolidados futuros das operações ou da posição financeira consolidada da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de endividamento total era de 0,82, representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido. A posição de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 23.380 mil e a dívida líquida bancária totalizou R\$ 192.669 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,51. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento total era de 0,90. A posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 72.453 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 134.000 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,41.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta baixo nível de alavancagem. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de 0,51 (0,41 em 31 de dezembro de 2014 e 0,87 em 31 de dezembro de 2013). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	57.260	103.093	53.728
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	159.227	112.560	172.285
Total de empréstimos e financiamentos	216.487	215.653	226.013
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(438)	(9.200)	(4.769)
Caixa e equivalentes de caixa	(23.380)	(72.453)	(38.423)
(=) Dívida líquida	192.669	134.000	182.821
Patrimônio líquido	380.309	330.157	209.420
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,51	0,41	0,87

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2015, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura pouco alavancada será alterada em decorrência da execução do seu plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	313.062	297.104	329.261
Capital próprio (patrimônio líquido)	380.309	330.157	209.420
Capital total (terceiros + próprio)	693.371	627.261	538.681
Parcela de capital de terceiros	45,15%	47,37%	61,12%
Parcela de capital próprio	54,85%	52,63%	38,88%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Apresentamos, abaixo, a comparação da demonstração de resultado e balanços patrimoniais combinados-consolidados.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**Demonstração do Resultado**

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	534.045	100,00%	432.241	100,00%	23,55%
Custos das vendas	(236.684)	-44,32%	(171.930)	-39,78%	37,66%
Lucro bruto	297.361	55,68%	260.311	60,22%	14,23%
Despesas com vendas	(161.618)	-30,26%	(146.676)	-33,93%	10,19%
Despesas gerais e administrativas	(39.882)	-7,47%	(33.135)	-7,67%	20,36%
Outras receitas, líquidas	2.041	0,38%	211	0,05%	867,30%
Resultado financeiro	(10.635)	-1,99%	(11.443)	-2,65%	-7,06%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.267	16,34%	69.268	16,03%	25,98%
Imposto de renda e contribuição social	(18.060)	-3,38%	(15.058)	-3,48%	19,94%
Lucro do exercício das operações continuadas	69.207	12,96%	54.210	12,54%	27,66%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 534,0 milhões em 2015, em comparação com R\$ 432,2 milhões em 2014, o que representou um aumento de R\$ 101,8 milhões ou 23,55%. Esse aumento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 89,5 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 3,1 milhões, e de Operações Internacionais, no montante de R\$ 9,2 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O crescimento de 25,85% apresentado no segmento é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 346,2 milhões em 2014 para R\$ 435,7 milhões em 2015. Destacam-se, em 2015, a receita incremental, relativa ao lançamento de 7 novos produtos, o crescimento de vendas na atual linha de produtos com ganho de share em várias classes terapêuticas, principalmente na linha de antiparasitários.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O crescimento de 5,23% é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 59,3 milhões em 2014 para R\$ 62,4 milhões em 2015. O crescimento anual abaixo das performances históricas reflete principalmente a decisão da Companhia de antecipar o projeto "Ourofino Distribuidora Pet", que

fará atendimento direto aos petshops e clínicas das regiões sul e oeste da cidade de São Paulo, com vendas já no 1º trimestre de 2016.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O crescimento de 34,46% é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 26,7 milhões em 2014 para R\$ 35,9 milhões em 2015. Esse crescimento deve-se substancialmente ao aumento das vendas da subsidiária do México, que cresceram 72,2% em pesos mexicanos em relação ao ano anterior, refletindo o resultado da ampliação da equipe com expansão da base de clientes. Destaca-se, ainda, a retomada das vendas na Colômbia, após a aquisição do antigo distribuidor local no mês de setembro de 2015.

Custo das vendas

O custo das vendas em 2015 foi de R\$ 236,7 milhões, contra R\$ 171,9 milhões em 2014, o que representou uma variação positiva de R\$ 64,7 milhões ou 37,66%.

O custo das vendas representou 44,32% e 39,78% da nossa receita líquida em 2015 e 2014, respectivamente. A redução da margem bruta nos períodos apresentados decorre, substancialmente, do não repasse integral aos preços dos aumentos de custos pela apreciação do dólar e pela inflação de 2015, da estratégia de priorização de ganho de share em alguns produtos, da comercialização de um mix menos favorável com maior participação de aves e suínos e por um pior cenário de preços das vacinas contra febre aftosa.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto em 2015 foi de R\$ 297,4 milhões, em comparação com R\$ 260,3 milhões em 2014, o que representou um aumento de R\$ 37,0 milhões ou 14,23%.

Despesas operacionais

Em 2015, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 199,5 milhões, contra R\$ 179,6 milhões em 2014, o que representou um aumento de R\$ 19,9 milhões ou 11,06%. As despesas operacionais corresponderam a 37,35% e 41,55% do total da receita líquida em 2015 e 2014, respectivamente. Essa diluição reflete os esforços da Companhia para ter mais eficiência nas operações e reduzir gastos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 10,6 milhões em 2015 em comparação a uma despesa de R\$ 11,4 milhões em 2014. A redução de R\$ 0,8 milhão, ou 7,06%, decorre substancialmente da redução da dívida líquida média ao longo do ano em função do aporte de recursos do IPO realizado em outubro de 2014. O referido aporte, que foi utilizado parcialmente para liquidação das dívidas indexadas ao CDI, contribuiu para essa melhora do resultado financeiro.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2015 de R\$ 87,3 milhões, contra R\$ 69,3 milhões em 2014, o que representa um aumento de R\$ 18,0 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,34% e 16,03% de nossa receita líquida em 2015 em de 2014, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2015, as despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram R\$ 18,1 milhões, contra R\$ 15,1 milhões em 2014.

Lucro líquido do período

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2015 foi de R\$ 69,2 milhões, contra R\$ 54,2 milhões em 2014.

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	23.380	3,37%	72.453	11,55%	-67,73%
Contas a receber de clientes	225.740	32,56%	178.111	28,40%	26,74%
Instrumentos financeiros derivativos	22	0,00%	10.376	1,65%	-99,79%
Estoques	109.263	15,76%	86.848	13,85%	25,81%
Tributos a recuperar	8.491	1,22%	9.391	1,50%	-9,58%
Partes relacionadas	1.870	0,27%	998	0,16%	87,37%
Outros ativos	9.611	1,39%	7.439	1,19%	29,20%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos	1.713			0,00%	
Tributos a recuperar	32.322	4,66%	22.529	3,59%	43,47%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.558	0,80%	1.920	0,31%	189,48%
Outros ativos	2.616	0,38%	261	0,04%	902,30%
Intangível	78.690	11,35%	66.300	10,57%	18,69%
Imobilizado	194.095	27,99%	170.635	27,20%	13,75%
Total do ativo	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	29.450	4,25%	22.390	3,57%	31,53%
Instrumentos financeiros derivativos	1.297	0,19%	12	0,00%	10708,33%
Empréstimos e financiamentos	57.260	8,26%	103.093	16,44%	-44,46%
Salários e encargos sociais	24.333	3,51%	24.912	3,97%	-2,32%
Tributos a recolher	6.585	0,95%	5.638	0,90%	16,80%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.873	0,27%	763	0,12%	145,48%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	16.433	2,37%	8.959	1,43%	83,42%
Comissões sobre as vendas	7.313	1,05%	5.669	0,90%	29,00%
Outros passivos	5.450	0,79%	5.468	0,87%	-0,33%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos			1.164	0,19%	-100,00%
Empréstimos e financiamentos	159.227	22,96%	112.560	17,94%	41,46%
Provisão para contingências	3.841	0,55%	2.664	0,42%	44,18%
Imposto de renda e contribuição social diferidos			3.812	0,61%	-100,00%
Total do passivo	313.062	45,15%	297.104	47,37%	5,37%
Patrimônio líquido	380.181	54,83%	330.069	52,62%	15,18%
Participação dos não controladores	128	0,02%	88	0,01%	45,45%
Total do patrimônio líquido	380.309	54,85%	330.157	52,63%	15,19%
Total do passivo e patrimônio líquido	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante era de R\$ 378,4 milhões, em comparação com R\$ 365,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 54,57% em 31 de dezembro de 2015 e 58,29% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 12,8 milhões ou 3,49%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de contas a receber de clientes, no valor de R\$ 47,6 milhões, e aumento do saldo de estoques, no montante de R\$ 22,4 milhões, compensados pela redução do caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 49,0 milhões, e redução de instrumentos financeiros derivativos, no valor de R\$ 10,3 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante era de R\$ 315,0 milhões, em comparação com R\$ 261,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 45,43% em 31 de dezembro de 2015 e 41,71% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 53,3 milhões ou 20,39%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, e acréscimo em todas as demais rubricas. Os investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante era de R\$ 150,0 milhões, em comparação com R\$ 176,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 21,63% em 31 de dezembro de 2015 e 28,20% em 31 de dezembro de 2014. Essa redução, de R\$ 26,9 milhões ou 15,21%, decorreu substancialmente da diminuição do saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no valor de

R\$ 45,8 milhões, compensada pelo aumento no saldo de fornecedores e dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$ 7,6 milhões e R\$ 7,5 milhões, respectivamente.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo não circulante era de R\$ 163,1 milhões, em comparação com R\$ 120,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 23,52% em 31 de dezembro de 2015 e 19,16% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 42,9 milhões ou 35,66%, decorreu substancialmente do aumento do saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 46,7 milhões, líquido de redução nos saldos de instrumentos financeiros derivativos e imposto de renda e contribuição social diferidos, nos montantes de R\$ 1,2 milhão e R\$ 3,8 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido era de R\$ 380,3 milhões, em comparação com R\$ 330,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação, de R\$ 50,1 milhões ou 15,19%, deu-se substancialmente pela retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, tendo em vista o orçamento de capital previsto para o ano de 2016.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (PRO FORMA)

Demonstração do Resultado

Conforme descrito acima, a fim de demonstrar os efeitos comparativos da implementação do centro de serviços compartilhados ocorrida em 30 de junho de 2014, foram preparadas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em conformidade com a orientação técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *pro forma*. Os efeitos do ajuste *pro forma* geraram redução das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas e complemento no imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$ 1,1 milhão, R\$ 4,1 milhão e R\$ 1,8 milhão, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração do resultado combinado-consolidado para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2014	AV (%)	2013 (Pro forma)	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	432.241	100,00%	384.021	100,00%	12,56%
Custos das vendas	(171.930)	-39,78%	(149.098)	-38,83%	15,31%
Lucro bruto	260.311	60,22%	234.923	61,17%	10,81%
Despesas com vendas	(146.676)	-33,93%	(130.649)	-34,02%	12,27%
Despesas gerais e administrativas	(33.135)	-7,67%	(32.433)	-8,45%	2,16%
Outras receitas, líquidas	211	0,05%	11	0,00%	1818,18%
Resultado financeiro	(11.443)	-2,65%	(8.662)	-2,26%	32,11%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.268	16,03%	63.190	16,45%	9,62%
Imposto de renda e contribuição social	(15.058)	-3,48%	(5.870)	-1,53%	156,52%
Lucro do exercício das operações continuadas	54.210	12,54%	57.320	14,93%	-5,43%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 432,2 milhões em 2014, em comparação com R\$ 384,0 milhões em 2013, o que representou um aumento de R\$ 48,2 milhões ou 12,56%. Esse aumento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 30,8 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 13,4 milhões, e de Operações Internacionais, no montante de R\$ 4,0 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O crescimento de 9,77% apresentado no segmento é decorrente de um aumento da receita líquida de R\$ 315,4 milhões em 2013 para R\$ 346,2 milhões em 2014, refletindo a capacidade de crescimento da Companhia mesmo tendo ocorrido, a partir de maio, a suspensão temporária das vendas de produtos à base de avermectinas de longa ação (IN 13 do MAPA), que afetou o mercado como um todo. Em reação, a Companhia reposicionou produtos da linha em substituição aos inclusos na suspensão e ampliou seu portfólio em 7 novos produtos, lançados em sua maioria no final do segundo semestre.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O crescimento de 29,19% é decorrente de um aumento da receita líquida de R\$ 45,9 milhões em 2013 para R\$ 59,3 milhões em 2014, refletindo a estratégia bem-sucedida de expansão nesse segmento com enfoque na força de vendas e com o aumento dos pontos de venda, reforçados pelos lançamentos de novos produtos da linha de antiparasitários ao final de 2013 e ao final de 2014.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O crescimento de 17,6% é decorrente do aumento da receita líquida de R\$ 22,7 milhões em 2013 para R\$ 26,7 milhões em 2014, em função do aumento substancial das receitas para o México e Colômbia, em linha com a estratégia da Companhia.

Custo das vendas

O custo das vendas em 2014 foi de R\$ 171,9 milhões, contra R\$ 149,1 milhões em 2013, o que representou uma variação positiva de R\$ 22,8 milhões ou 15,31%.

O custo das vendas representou 39,78% e 38,83% da nossa receita líquida em 2014 e 2013, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente a um mix de produtos menos favorável no último exercício analisado culminando com o aumento do custo em relação às receitas líquidas das vendas.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto em 2014 foi de R\$ 260,3 milhões, em comparação com R\$ 234,9 milhões em 2013, refletindo um aumento de R\$ 25,4 milhões ou 10,81%.

Despesas operacionais

Em 2014, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 179,6 milhões, contra R\$ 163,1 milhões em 2013, o que representou um aumento de R\$ 16,5 milhões ou 10,14%. Esse aumento no valor absoluto é atribuído principalmente às despesas com vendas, que estão em linha com o crescimento da receita líquida entre os períodos comparados. As despesas operacionais corresponderam a 41,55% e 42,46% do total da receita líquida em 2014 e 2013, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 11,4 milhões em 2014 em comparação a uma despesa de R\$ 8,7 milhões em 2013. O aumento de R\$ 2,7 milhões, ou 32,11%, decorreu substancialmente do aumento das dívidas em CDI na composição total do endividamento (principalmente nos primeiros 9 meses), que passaram de 18% ao final de 2013 para 39% ao final de 2014. À maior representatividade dessas operações, somou-se um aumento médio de aproximadamente 3 pontos percentuais no CDI.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima mencionado, registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2014 de R\$ 69,3 milhões, contra R\$ 63,2 milhões em 2013, o que representa um aumento de R\$ 6,1 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,03% e 16,45% de nossa receita líquida em 2014 e 2013, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2014, as despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram R\$ 15,1 milhões, contra R\$ 5,9 milhões em 2013. As variações entre os períodos refletem o aproveitamento de prejuízo de operações descontinuadas nas operações continuadas em 2013.

Lucro do exercício das operações continuadas

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro das operações continuadas em 2014 foi de R\$ 54,2 milhões contra R\$ 57,3 milhões em 2013, o que representou uma redução de R\$ 3,1 milhões.

Balço Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	72.453	11,55%	38.423	7,13%	88,57%
Contas a receber de clientes	178.111	28,40%	133.608	24,80%	33,31%
Instrumentos financeiros derivativos	10.376	1,65%	2.982	0,55%	247,95%
Estoques	86.848	13,85%	65.447	12,15%	32,70%
Tributos a recuperar	9.391	1,50%	10.138	1,88%	-7,37%
Partes relacionadas	998	0,16%			
Outros ativos	7.439	1,19%	8.389	1,56%	-11,32%
Ativos não circulantes mantidos para venda			19.494	3,62%	-100,00%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes			1.596	0,30%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos			2.833	0,53%	-100,00%
Tributos a recuperar	22.529	3,59%	24.878	4,62%	-9,44%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.920	0,31%	7.168	1,33%	-73,21%
Outros ativos	261	0,04%	1.898	0,35%	-86,25%
Intangível	66.300	10,57%	53.307	9,90%	24,37%
Imobilizado	170.635	27,20%	168.520	31,28%	1,26%
Total do ativo	627.261	100,00%	538.681	100,00%	16,44%

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	22.390	3,57%	16.108	2,99%	39,00%
Instrumentos financeiros derivativos	12	0,00%			
Empréstimos e financiamentos	103.093	16,44%	53.728	9,97%	91,88%
Salários e encargos sociais	24.912	3,97%	20.789	3,86%	19,83%
Tributos a recolher	5.638	0,90%	3.877	0,72%	45,42%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	763	0,12%	596	0,11%	28,02%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8.959	1,43%	3.565	0,66%	151,30%
Comissões sobre as vendas	5.669	0,90%	4.828	0,90%	17,42%
Outros passivos	5.468	0,87%	6.011	1,12%	-9,03%
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda			965	0,18%	-100,00%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	1.164	0,19%	1.046	0,19%	11,28%
Empréstimos e financiamentos	112.560	17,94%	172.285	31,98%	-34,67%
Provisão para contingências	2.664	0,42%	3.135	0,58%	-15,02%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.812	0,61%	4.431	0,82%	-13,97%
Partes relacionadas			37.897	7,04%	-100,00%
Total do passivo	297.104	47,37%	329.261	61,12%	-9,77%
Patrimônio líquido	330.069	52,62%	209.379	38,87%	57,64%
Participação dos não controladores	88	0,01%	41	0,01%	114,63%
Total do patrimônio líquido	330.157	52,63%	209.420	38,88%	57,65%
Total do passivo e patrimônio líquido	627.261	100,00%	538.681	100,00%	16,44%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo circulante era de R\$ 365,6 milhões, em comparação com R\$ 278,5 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 58,29% em 31 de dezembro de 2014 e 51,70% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento, de R\$ 87,1 milhões ou 31,29%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 34,0 milhões, aumento do saldo de contas a receber e estoques, nos valores de R\$ 44,5 milhões e R\$ 21,4 milhões, respectivamente, e realização dos saldos de ativos não circulantes mantidos para venda das operações descontinuadas.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo não circulante era de R\$ 261,6 milhões, em comparação com R\$ 260,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 41,71% em 31 de dezembro de 2014 e 48,30% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento, de R\$ 1,4 milhão ou 0,56%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, compensadas por redução em todas as demais rubricas do ativo não circulante. Os investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado são, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo circulante era de R\$ 176,9 milhões, em comparação com R\$ 110,5 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 28,20% em 31 de dezembro de 2014 e 20,51% em 31 de

dezembro de 2013. Esse crescimento, de R\$ 66,4 milhões ou 60,14%, decorreu substancialmente do aumento do saldo de fornecedores e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 6,3 milhões e R\$ 49,4 milhões, respectivamente, alinhados com os aumentos nos saldos de contas a receber e estoque.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante era de R\$ 120,2 milhões, em comparação com R\$ 218,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 19,16% em 31 de dezembro de 2014 e 40,62% em 31 de dezembro de 2013. Essa redução, de R\$ 98,6 milhões ou 45,06%, decorreu substancialmente da liquidação de empréstimos e financiamentos e mútuo com partes relacionadas, nos montantes de R\$ 59,7 milhões e R\$ 37,9 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido era de R\$ 330,1 milhões, em comparação com R\$ 209,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação, de R\$ 120,7 milhões ou 57,64%, deu-se substancialmente em razão do aumento de capital realizado com os recursos do IPO, aliado ao lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Fluxo de Caixa

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios indicados:

(em milhares de reais)	2015	2014	2013
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.509	21.563	33.451
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(56.383)	(28.228)	(37.828)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(8.759)	40.802	26.563
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(49.633)	34.137	22.186

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 15,5 milhões em 2015, em comparação a R\$ 21,6 milhões em 2014. A redução de R\$ 6,0 milhões na geração de caixa líquido, ou 28,08%, é representada substancialmente por maior aplicação de caixa no contas a receber de clientes e tributos a recuperar, incremento de pagamento de imposto de renda e contribuição social, compensados pelo aumento do lucro líquido, e geração de recursos nos fornecedores.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 21,6 milhões em 2014, em comparação a R\$ 33,5 milhões em 2013. A redução de R\$ 11,9 milhões na geração de caixa líquido, ou 35,54%, é representada por maior aplicação de caixa no contas a receber de clientes, estoques, fornecedores e tributos e taxas a recolher, compensados pelo aumento do lucro líquido, e geração de recursos nos tributos a recuperar.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 56,4 milhões em 2015, contra R\$ 28,2 milhões em 2014. O incremento de R\$ 28,1 milhões, ou 99,74%, decorreu substancialmente pelo efeito líquido das aquisições e alienações de ativo imobilizado, no

montante de R\$ 26,4 milhões (em 2014, ocorreram alienações por conta da reestruturação descrita no item 6 deste Formulário de Referência).

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 28,2 milhões em 2014, contra R\$ 37,8 milhões em 2013. A redução de R\$ 9,6 milhões, ou 25,38%, decorreu substancialmente de mais vendas de imobilizado ocorridas durante o exercício de 2014 por conta da reestruturação ocorrida conforme item 6 deste Formulário de Referência.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 8,8 milhões em 2015, representado substancialmente pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12,9 milhões, efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 15,7 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 19,8 milhões. O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 40,8 milhões em 2014, representado substancialmente pelo recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 104,3 milhões, compensado pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 25,0 milhões, pagamento líquido de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 19,4 milhões e pagamento líquido de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$ 19,1 milhões. O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 26,6 milhões em 2013, representado substancialmente pela captação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 73,2 milhões, recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 31,0 milhões, compensados pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 35,7 milhões e pagamento de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$ 10,2 milhões.

A seguir apresentamos os subitens da seção 10.2 com base nas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas

(a) Resultados das operações do emissor

Os Diretores entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia e suas controladas, e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foi a venda de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos). As receitas são provenientes tanto do mercado interno, quanto de exportações, principalmente para a América Latina.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de cambio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os fatores relevantes que influenciaram as variações nos resultados foram detalhados acima neste item, com base nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais apresentam, para fins comparativos, as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havendo mudanças adicionais relevantes atribuíveis a modificações de preços, do câmbio, da inflação e da taxa de juros, além daquelas já explicitadas neste item.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Vide letra (b) acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo cinco membros e no máximo sete membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração: (a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes atribuições; (b) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (c) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (d) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (i) incorporação, cisão, fusão e transformação; (ii) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e (iii) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos; (e) indicar os administradores das sociedades coligadas e controladas pela Companhia; (f) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (g) indicar o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia; (h) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (i) autorizar a prática, por suas controladas, de atos que necessitem de aprovação da Companhia, exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato ou estatuto social; (j) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgada em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (k) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações (“OPA”) para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; (l) eleger e destituir os membros do CAE (conforme abaixo definido), dentre eles, indicando o coordenador do CAE; (m) fixar o orçamento anual do CAE; e (n) examinar e aprovar alterações ao regimento interno do CAE, bem como as regras operacionais e de funcionamento do mesmo.

Ainda, estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração: (i) qualquer mudança substancial na estratégia da Companhia; (ii) a participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar; (iii) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; (iv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual o superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (v) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de

Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (vi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (vii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (v) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (viii) a aquisição, venda ou alienação de ativos fixos da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (ix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (x) a prática de qualquer dos atos acima mencionados pelas sociedades controladas pela Companhia.

O Conselho de Administração não possui regimento interno próprio, estando sujeito às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo dois e no máximo cinco membros, sendo um deles Diretor Presidente e um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica. O mandato dos Diretores será unificado de três anos, sendo permitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, somente serão eleitos ao cargo de Diretor da Companhia, as pessoas que preencherem os seguintes requisitos: (a) possuam formação universitária completa; (b) possuam experiência profissional e capacidade técnica e de gestão adequadas aos cargos a serem ocupados; (c) tenham completado, no máximo, 67 anos à época de sua eleição, definida a idade de 70 anos como idade máxima para permanência no cargo, quando então o Diretor será compulsoriamente destituído de suas funções.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) dois membros da Diretoria; (b) um membro da Diretoria e um procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos.

Compete à Diretoria da Companhia, de acordo com o Estatuto Social: (a) o exercício das atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; (b) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativas ao exercício seguinte, incluindo: (i) a estratégia empresarial e as divisões de negócios da Companhia e de duas controladas e coligadas; (ii) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões; (iii) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; (iv) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios; (v) a remuneração dos administradores de cada divisão de negócios; (vi) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e (vii) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio; (c) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de

Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício sócia, bem como proposta para destinação do lucro líquido; (d) coordenar o processo de alienação das ações representativas do capital social; (e) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração; (f) abrir e extinguir filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do País e do exterior, quando as conveniências sociais o indicarem; (g) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; (h) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos, observadas as hipóteses sujeitas à aprovação do Conselho de Administração; (i) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (j) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Diretoria não possui regimento interno próprio, estando sujeita às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, será composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio, estando sujeito às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido pelos artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e pelo o disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308/1999, conforme alterada pela Instrução CVM 509/2011.

O CAE será composto por no mínimo três membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Coordenador do CAE, e será instalado com a finalidade de, dentre outras e observadas as atribuições estabelecidas nas referidas instruções e em seu regimento interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditoria independente da Companhia; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; e (vi) elaborar relatório anual resumido com a descrição de suas atividades e recomendações realizadas.

O CAE possui regimento interno próprio aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 29 de setembro de 2014.

(b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal foi instalado em 31 de julho de 2014, por meio da Assembleia Geral realizada na mesma data, e funcionará de forma não permanente. Para maiores informações acerca dos membros do Conselho Fiscal, ver item 12.5/12.6 deste Formulário de Referência.

(c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha mecanismos de avaliação de órgãos da administração e comitês.

(d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor de Relações com Investidores possui, nos termos do Estatuto Social, as seguintes atribuições e poderes individuais: (a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação; (b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias; (c) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e (d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada anualmente e sempre que os negócios da Companhia assim exigirem, nos termos na Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto na legislação aplicável, os acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais por meio de convocação publicado na forma do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como dos membros do Conselho Fiscal; (iii) reformar o Estatuto Social; (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, sua dissolução ou liquidação; (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (ix) aprovar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (x) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (xiii) aprovar investimento fora do ramo principal de atuação da Companhia.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das Assembleias Gerais.

(i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não adotava mecanismos diferenciados em relação ao previsto na legislação vigente destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Exercício Social	Tipo de Reunião do Conselho de Administração	Quantidade	Data
31/12/2015	Ordinária	4	24/03/2015
			04/05/2015
			05/08/2015
			22/10/2015
	Extraordinária	9	23/02/2015
			25/03/2015
			31/03/2015
			20/05/2015
			20/05/2015
			05/08/2015
			05/11/2015
			05/11/2015
			21/12/2015

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que as disposições legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

12.4. Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Total de reuniões realizadas desde a posse	de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Jardel Massari	04/04/1957	Diretoria e Conselho de Administração	10/11/2016	Até 18/06/2017	-	
263.940.816-04	Empresário	33 – Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente	10/11/2016	Sim	-	-
Membro do Comitê de Inovação, do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração						
Kleber Cesar Silveira Gomes	23/10/1974	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2016	Até 18/06/2017	-	
196.455.998-73	Contador	12 – Diretor de Relações com Investidores	27/06/2016	Sim	-	-
N/A						
Norival Bonamichi	02/02/1955	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	2	
263.572.166-15	Empresário	20 – Presidente do Conselho de Administração	29/04/2016	Sim	17	88,23
Membro do Comitê de Inovação						
José Francisco Hintze Júnior	17/09/1951	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	2	
521.302.283-34	Médico Veterinário	21 – Vice Presidente Cons. Administração	29/04/2016	Não	17	100
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário						
Luiz Antônio Santos	07/06/1956	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	-	

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Total de reuniões realizadas desde a posse	de reuniões desde a posse Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Baptista						
467.551.367-00	Contador	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não	17	100-
Membro do Comitê de Recursos Humanos						
Martín Emiliano Escobari Lifchitz						
217.201.918-67	03/12/1971	Economista	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	2
217.201.918-67	Economista	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não	17	100
Membro do Comitê de Recursos Humanos						
Marcio Guedes Pereira Júnior						
050.958.058-04	25/10/1961	Administrador	Conselho de Administração	25/04/2017	AGO 2018	-
050.958.058-04	Administrador	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/04/2017	Não	-	-
N/A						
Francisco Vicente Santana Silva Telles						
000.461.527-17	10/05/1969	Contador	Conselho Fiscal	25/04/2017	AGO 2018	-
000.461.527-17	Contador	43 – C.F.(Efetivo)	25/04/2017	Não		-
N/A						
José Paulo Marques Netto						
528.788.308-06	21/10/1949	Contador	Conselho Fiscal	25/04/2017	AGO 2018	2
528.788.308-06	Contador	43 – C.F.(Efetivo)	25/04/2017	Sim	8	100
N/A						

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos		
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Total de reuniões realizadas desde a posse	de reuniões desde a posse	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia							
César Augusto Campezo Neto	12/01/1959	Conselho Fiscal	25/04/2017	AGO 2018	3		
980.271.158-68	Contabilista	43 – C.F.(Efetivo)	25/04/2017	Sim	8		100
N/A							
Lucio dos Santos Faria	25/04/1972	Conselho Fiscal	25/04/2017	AGO 2018	3		
122.383.208-22	Contador	46 – C.F.(Suplente)	25/04/2017	Sim	8		-
N/A							
Paulo César Lima	19/08/1968	Conselho Fiscal	25/04/2017	AGO 2018	3		
099.601.838-74	Contador	46 – C.F.(Suplente)	25/04/2017	Sim	8		-
N/A							
Eraldo Soares Peçanha	21/09/1952	Conselho Fiscal	25/04/2017	AGO 2018	-		
050.958.058-04	Contador	46 – C.F.(Suplente)	25/04/2017	Sim	-		-
N/A							

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Jardel Massari - 263.940.816-04

Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agrônomo de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985.

O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Jardel Massari foi eleito e empossado como membro do Conselho de Administração em 29/04/2016, tendo seu mandato até AGO de 2018.

O Sr. Jardel Massari declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus 9 anos de trajetória na Companhia, trabalhou nas áreas financeira e de controladoria com participação relevante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PwC, com passagem de 1 ano pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência de negócio.

O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.

O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência
<p>O Sr. Norival Bonamichi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
<p>José Francisco Hintze Júnior – 521.302.283-34</p> <p>Nascido em 1951, graduou-se em medicina veterinária pela Universidade de São Paulo, em 1974. Entre 1975 e 2004, o Sr. José Francisco Hintze Júnior atuou na Pfizer Animal Health em São Paulo, tendo exercido o cargo de diretor administrativo em saúde animal da América do Sul e, entre 2004 e 2008, atuou como diretor sênior das áreas de projetos especiais, organização efetiva e progresso efetivo na Pfizer Inc. – Animal Health em Nova York. Recebeu certificado de conselheiro pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2014.</p> <p>O Sr. José Francisco Hintze Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O Sr. José Francisco Hintze Júnior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.</p> <p>O Sr. José Francisco Hintze Júnior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
<p>Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00</p> <p>Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data. O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
<p>Martín Emiliano Escobari Lifchitz – 217.201.918-67</p> <p>Nascido em 1971, formou-se com honras em economia pela Harvard University em 1998, possui MBA com alta distinção da Harvard Business School, graduando-se como George F. Baker Scholar. Possui experiência profissional na empresa LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A (“LPS”), cuja atividade consiste em consultoria e intermediação imobiliária, tendo sido Membro do</p>

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Conselho de Administração com a finalidade de fixar a orientação geral dos negócios da LPS. É co-fundador e exerceu as funções de Diretor Financeiro, Relações com Mercado e Novos Negócios no Submarino, empresa de varejo eletrônico. Anteriormente, foi sócio da Orange Assessoria Empresarial Ltda., uma boutique de investimentos. Trabalhou para o fundo de private equity GP Investimentos e no Boston Consulting Group, em Nova Iorque. Foi sócio da Advent International, onde ingressou em Maio de 2007. Atualmente é Diretor Geral da General Atlantic Representações Ltda.

O Sr. Martin Escobari Lifchitz não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Martin Escobari Lifchitz é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

O Sr. Martin Escobari Lifchitz declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Marcio Guedes Pereira Junior – 050.958.058-04

Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na Stern School of Business da New York City. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, da Brasil Insurance e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gas Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR Oportunities, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a International Paper e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Francisco Vicente Santana Silva Telles - 000.461.527-17

Nascido em 1969, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo cursado MBA em finanças pelo IBMEC-RJ e em gestão ambiental pela UFRJ. O

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles é membro do Conselho Fiscal da INTENSA, CEMIG, SeteBrasil, Light, Redentor e JBS. O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles possui 27 anos de experiência nas áreas de Controladoria, Financeira, Auditoria e Investimentos extensa participação em processos de Due Diligence / Novos Negócios, em empresas dos segmentos de energia, telecomunicações, financeiras e banco de investimentos; elaborou demonstrativos financeiros em USGAAP, FRENCHGAAP e IFRS para apresentação à matriz nos Estados Unidos e França, acionistas e financiadores; participou ativamente no desenvolvimento de projetos de novos negócios, bem como em processos de aquisição, venda e encerramento de empresas; geriu unidades de negócios, envolvendo a elaboração de Business Plan; faz planejamento estratégico e estudos de viabilidade econômico-financeira de novos projetos com ênfase nos setores de Energia e Telecomunicações; fez estruturação de operações financeiras para captação de recursos junto ao BNDES e Bancos comerciais; participou em processos de privatização em âmbitos federal e estadual, bem como assessoria financeira às empresas interessadas na privatização; gerenciou área Financeira, envolvendo as rotinas de fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, consolidação do budget, bem como negociações com credores e fornecedores; coordenou e desenvolveu de equipe de Controladoria, gerenciando 25 funcionários com redução de horas extras; foi responsável pela implantação de rotinas de controle interno nas áreas de controladoria e de impostos diretos com vistas a leis SOX e Loir de Sécurité Finassière.

O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PwC no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geographic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile.

O Sr. José Paulo Marques Netto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Paulo Marques Netto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

César Augusto Campezo Neto - 980.271.158-68

Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campezo Neto é diretor da Campezo e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOB COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011.

O Sr. César Augusto Campezo Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. César Augusto Campezo Neto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Lucio dos Santos Faria - 122.383.208-22

Nascido em 1972, graduou-se em ciências contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Possui mais de 15 (quinze) anos de experiência em auditoria, tendo realizado trabalhos em indústrias do setor alcooleiro, siderúrgicas, prestação de serviços e financeiro. Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2014, o Sr. Lucio dos Santos Faria foi diretor da SI Investimentos, empresa que atua no setor financeiro e mercado de capitais, entre 2012 a 2014, e atualmente atua, desde 2008, como diretor da LDG – Auditoria Contábil e Gestão Empresarial, empresa que presta assessoria contábil e financeira.

O Sr. Lucio dos Santos Faria não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Lucio dos Santos Faria declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo Cesar Lima - CPF 099.601.838-74

Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011, desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfértil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011.

O Sr. Paulo Cesar Lima não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paulo Cesar Lima declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Eraldo Soares Peçanha - CPF 179.386.437-34

Nascido em 1951, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Candido Mendes/RJ, cursou gestão de negócios e gestão estratégica de Tecnologia da Infomração na FGV/SP, controladoria na FGV/RJ e gerenciamento de recursos humanos, atualização em controladoria, tributos e infomrática. Atua como consultor associado a consultorias de pequeno porte, especializadas em áreas de Governança Corporativa, Controladoria & Relação com Investidores, Gestão Patrimonial e Processos & Sistemas Contábeis/Financeiros e é sócio majoritário da consultoria Otimize Serviços Contábeis Ltda. Atuou como Conselheiro Fiscal Titular nas companhias Net Serviços de Comunicação AS e na Ideiasnet AS, Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, Companhia Vale do Rio Doce, Ferrovia Centro-Atlântica S.A., ITÁ Energética S.A., CBS – Fundação de Seguridade Social da CSN, Arus - Fundação Aracruz de Seguridade Social. Atuou como membro titular do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal da Officer Distribuidora SA. Atuou como Diretor Executivo de Serviços a Clientes e Diretor de Recursos Humanos da Icatu Seguros S.A. Foi membro do Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão IHPrev. Atuou como Diretor de Controladoria e Diretor Executivo de Governança Corporativa da Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A. Na CSN - Companhia Siderúrgica Nacional atuou como Superintendente Geral de Controladoria, Diretor de Controladoria e Informática e Diretor de Controladoria. Na Aracruz Celulose S.A. foi Contador Geral, Assessor Contábil e Fiscal da Diretoria Financeira, Gerente de Auditoria Interna e Gerente de Controladoria (Controller), e atuou no Banco Lowndes e Banco do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Eraldo Soares Peçanha não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Eraldo Soares Peçanha declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

12.7 / 12.8 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo Comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse		Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações				
Frederico Seabra de Carvalho 770.806.101-68	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/12/2014		-
			23/07/1975	30/12/2014		100%
		<p>Nascido em 1975, graduou-se em 1997 na Universidade de Brasília – UnB cursando Economia, e em 1998 na AEUDF cursando Direito. Posteriormente, concluiu em 2003 mestrado (LLM) em Direito Tributário na Boston University School of Law. Atualmente, trabalha na General Atlantic fornecendo expertise financeira para a GA e seu portfólio de empresas na América Latina. Previamente à sua entrada na GA em 2012, o Sr. Carvalho atuou como Chief Operating Officer na divisão de Merchant Banking do grupo BTG Pactual. O Sr. Carvalho foi também sócio do grupo de Transações de M&A da Deloitte em São Paulo, assessorando investidores de private equity e cliente estratégicos no Brasil em uma série de transações, reorganizações societárias e serviços de auditoria.</p> <p>O Sr. Frederico Seabra de Carvalho não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				
Eduardo Scarpellini 138.583.208-89	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	30/12/2014		-
			19/02/1971	30/12/2014		100%
		<p>Nascido em 1971, graduou-se em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças pela Universidade Paulista em São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda em Ribeirão Preto. O Sr. Eduardo possui sólida formação em negócios com experiência de mais de 20 anos nas áreas de consultoria e auditoria. Sua trajetória é principalmente marcada por atividades de planejamento estratégico, abertura de novos negócios e reorganização empresarial, com destaque para o setor do agronegócio. Desde 2003 é sócio fundador da Exame Auditores Independentes, empresa que se tornou referência nacional em processos de recuperação e reestruturação empresarial. O Sr. Eduardo foi também Diretor Administrativo, Financeiro e Industrial da Sicad do Brasil Ltda. entre 2002 e 2003 e atuou como Gerente de Auditoria na Pricewaterhousecoopers entre os anos de 1995 e 2002. Adicionalmente, é profissional certificado como Técnico Responsável da Comissão de Valores Mobiliários, Certificado de Conselheiro Fiscal Titular pelo IBGC.</p> <p>O Sr. Eduardo Scarpellini não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

José Francisco Hintze Júnior 521.302.238-34 Vice Presidente do Conselho de Administração	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico Veterinário 17/09/1951	14/03/2016 14/03/2016	- 100%
Jardel Massari 263.940.816-04 Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Recursos Humanos	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário 04/04/1957	10/11/2016 10/11/2016	- 100%
Norival Bonamichi 263.572.166-15 Presidente do Conselho de Administração	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário 02/02/1955	30/12/2014 30/12/2014	- 85,71%
Pedro Lichtinger 705.887.407-72	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 23/06/1954	30/12/2014 30/12/2014	- 100%
Jardel Massari 263.940.816-04 Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Inovação	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário 04/04/1957	10/11/2016 10/11/2016	- 100%
Martín Emiliano Escobari Lifchitz 217.201.918-67 Membro do Conselho de Administração	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 03/12/1971	30/12/2014 30/12/2014	- 100%
Luiz Antônio Santos Baptista 467.551.367-00 Membro do Conselho de Administração	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador 07/06/1956	10/11/2016 10/11/2016	- 100%

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionados a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de nossas controladas, com nossos acionistas controladores ou com os membros da administração de nossas controladoras.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2015			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		

Observação**Administrador do Emissor**

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
-----------------------------	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
---------------------	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
---------------------	--------------------	--	--

Observação**Exercício Social 31/12/2014****Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
-------------------	----------------	----------	---------------------

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

57.624.462/0001-05

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari

263.940.816-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

57.624.462/0001-05

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.

05.480.599/0001-21

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari

263.940.816-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.

05.480.599/0001-21

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
---------------------	--------------------	--	--

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
---------------------	--------------------	--	--

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Oferecemos seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores (“**D&O**”), cujo limite máximo de garantia é de R\$30 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$48,4 mil e o vencimento acontece em 31 de dezembro de 2016.

Estão cobertos pelo D&O os eventuais prejuízos sofridos pelos nossos administradores e principais executivos no exercício de suas atividades profissionais, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no melhor interesse da Companhia.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos as seguintes:

- capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- adoção de Conselho de Administração;
- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;

- livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração;
- resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem;
- a assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto Social; (b) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade; e
- escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes.

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais também estaremos sujeitos.

Autorização para negociação no Novo Mercado

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes.

Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Outras características do Novo Mercado

Entre os requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”), BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, em decorrência da Resolução CMN 3.456/2007, que estabeleceu novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos à negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BM&FBOVESPA podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da referida Resolução, um investimento importante e atraente para as entidades fechadas de previdência privada que são grandes investidores do mercado de

capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nossa.

Conforme disposto em nosso Estatuto Social, todos os direitos e garantias previstos no Regulamento do Novo Mercado são disponibilizados aos nossos acionistas.

Alterações recentes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado

Em maio de 2011, entrou em vigor o novo regulamento do Novo Mercado. Dentre as alterações aprovadas, destacam-se principalmente aquelas relacionadas ao conselho de administração e à limitação estatutária do exercício do direito de voto pelos acionistas.

Em relação ao exercício do direito de voto pelos acionistas, as principais alterações são (i) a vedação ao estabelecimento de limitação de voto em percentual inferior a 5% do capital social, ou seja, a companhia não poderá prever, em seu estatuto social, disposições que limitem o número de votos de acionistas em percentuais inferiores a 5% do capital social, exceto em casos de desestatização ou de limites previstos em lei ou regulamentação aplicável à atividade desenvolvida pela companhia; (ii) exceto nos casos exigidos em lei ou regulamentação aplicável, as companhias não poderão prever, em seus estatutos sociais, disposições que estabeleçam quórum qualificado para a deliberação de matérias que devam ser submetidas à assembleia geral de acionistas; e (iii) exceto nos casos previstos em lei ou regulamentação aplicável, as companhias não poderão prever, em seus estatutos sociais, disposições que impeçam o exercício de voto favorável ou imponham ônus aos acionistas que votarem favoravelmente à supressão ou alteração de cláusulas estatutárias.

Já no que diz respeito ao conselho de administração, as principais alterações aprovadas são (i) a vedação à acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e diretor presidente ou principal executivo e (ii) a manifestação obrigatória do conselho de administração sobre os termos e condições de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da companhia, levando em consideração o interesse do conjunto dos acionistas.

Ressalta-se, ainda, outras alterações relevantes como a determinação de que as companhias deverão divulgar as políticas adotadas sobre a negociação de valores mobiliários de sua emissão, por parte da própria companhia, seu acionista controlador e administradores e, ainda, o dever de elaborar e divulgar um código de conduta que estabeleça os valores e princípios que orientam suas atividades.

12.13 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas desde sua constituição em 10 de abril de 2014, (i) resumo das principais matérias aprovadas, e (ii) data de sua realização:

Evento	Principais Matérias	Data
Assembleia Geral de Constituição	Constituição da Companhia sob a denominação de A.H.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	10/04/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração da denominação sócia para Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., endereço da sede, objeto social, eleição de diretores e aprovação de novo Estatuto Social da Companhia.	18/06/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da cisão parcial da Ouro Fino Participações e a versão do patrimônio cindido para a Companhia.	30/06/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição dos membros do conselho de administração e instalação do conselho fiscal.	31/07/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da abertura de capital da Companhia e realização de distribuição pública de ações da Companhia e do grupamento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 3 ações para 1.	20/08/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de aumento de capital privado, grupamento de ações de emissão da Companhia, na proporção de 1.1,26170698 ações para 1 e alteração ao estatuto social da Companhia.	25/09/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da criação do Comitê Auditoria Estatutária da Companhia, da Política de Transações com Partes Relacionadas e da alteração e consolidação do estatuto social da Companhia.	29/09/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição dos membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.	13/10/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, reforma estatutária	31/12/2014
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, demonstrações financeiras e remuneração global dos administradores.	28/04/2015

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, para informações relevantes acerca dos membros da nossa administração, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.5/12.6 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos diretores não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os Conselheiros de Administração e Fiscais recebem uma remuneração fixa, conforme aprovada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores estatutários e não estatutários recebem, além da uma remuneração fixa, uma remuneração variável, podendo também ser beneficiários no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.

Além disso, os Conselheiros e os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a uma série de benefícios, dentre eles: (i) direito a cesta básica; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) seguro de vida; (v) plano de previdência privada; (vi) auxílio bolsa de estudo.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	66%	17%	17%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	75%	25%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nossa metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração está baseada, principalmente, nos seguintes elementos: (i) estudo de mercado para avaliação do cargo e respectiva remuneração e comparação com o mercado; (ii) índices oficiais de inflação e índices gerais de preços; e (iii) negociação com o sindicato da respectiva categoria profissional.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A principal razão que justifica a composição da remuneração paga aos nossos administradores é o incentivo para a melhoria de nossa gestão e a retenção de nossos executivos, visando ao ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente a Companhia possui 1 (um) membro do Conselho de Administração e 1 (um) membro do Conselho Fiscal que não são remunerados pela Companhia.

Tais membros renunciaram ao direito ao recebimento de remuneração da Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários, são os seguintes: (i) lucro líquido da Companhia; (ii) EBITDA da Companhia; (iii) receita líquida; (iv) redução de ciclo financeiro; e (v) metas individuais, baseadas no atingimento de resultados e metas pré-acordadas. As metas individuais devem ser específicas, mensuráveis, realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada Diretor estatutário e não estatutário.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos diretores estatutários e não estatutários está vinculada ao desempenho da Companhia e ao atingimento das metas individuais dos respectivos diretores no período em questão, conforme descrito acima.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os seus interesses com os da organização.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado e do programa de participação nos resultados.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Diretores estatutários: a maior parte da remuneração fixa e variável dos diretores estatutários é suportada pelas controladas da Companhia, nos termos do Contrato de Rateio.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/ 2016- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	960.000,00	2.143.596,31	214.358,40	3.317.954,71
Benefícios direto e indireto	-	315.896,81	-	315.896,81
Participações em comitês	66.198,00	-	-	66.198,00
Outros	205.239,60	579.186,46	42.871,68	827.297,74
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.429.064,21	-	1.429.064,21
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego				
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	-	595.205,21	-	595.205,21
Observa�o	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/N�02/2016, o número de membros total do Conselho de Administra�o e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/N�02/2016, o	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/N�02/2016, o número de membros total do Conselho de Administra�o e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/N�02/2016, o número de membros	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/N�02/2016, o número de membros total do Conselho de Administra�o e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/N�02/2016, o número de membros	

	número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.231.437,60	5.062.949,00	257.230,08	6.551.616,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/ 2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	2,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	560.000,00	1.942.884,28	120.000,00	2.622.884,28
Benefícios direto e indireto	0,00	241.104,23	-	241.104,23
Participações em comitês	60.000,00	-	-	60.000,00
Outros	124.000,00	51.962,77	24.000,00	199.962,77
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	798.057,09	-	798.057,09
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	514.671,17	-	514.671,17
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária	

	(letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	(letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	(letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	744.000,00	3.548.679,54	144.000,00	4.436.679,54

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	284.000,00	1.153.238,40	60.000,00	1.497.238,40
Benefícios direto e indireto	12.973,46	113.420,10	-	126.393,56
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	50.301,32	28.710,63	12.000,00	91.011,95
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observação	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	
Total da remuneração	347.094,78	1.295.369,13	72.000,00	1.714.643,91

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Número de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.429.064,21	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.429.064,21	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	N/A	-	-

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Número de membros remunerados	3,00	2,00	2,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de	-	-	-	-

remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.181.327,28	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.181.327,28	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	798.057,09	-	-

31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero de membros	2,2	1,5	1,3	5,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações (“**Plano**”) em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano (“**Opções**”), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Beneficiários**”); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários (“**Contratos de Opção**”), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções (“**Preço de Exercício**”) e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, visando a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor para a Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os administradores, empregados e prestadores de serviços que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos administradores, empregados e prestadores de serviços, com base no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses da Companhia, de seus administradores, de seus empregados e de seus prestadores de serviços na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais executivos e empregados cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano, poderão ser conferidos direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima.

(h) condições de aquisição de ações

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

(k) forma de liquidação

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício

das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e

(ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou os regulamentos e contratos de adesão ao Plano, bem como definiu os eleitos para a primeira outorga, que totalizou 809.135 Opções, distribuídas para 17 beneficiários, entre os quais 2 (dois) eram membros da diretoria estatutária da Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	2
Número de membros remunerados	-	2
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	213.335
Data em que se tomarão exercíveis	-	20% em dezembro de 2016 20% em dezembro de 2017 20% em dezembro de 2018 20% em dezembro de 2019
Prazo máximo para exercício das opções	-	Dezembro de 2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$31,39
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$2.788.291,06
Opções exercíveis		
Quantidade	-	53.334
Prazo máximo para exercício das opções	-	Dezembro de 2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$31,39
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$9,65
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	R\$514.671,17

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de Opção pelos administradores da Companhia desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O valor justo atribuído às Opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A tabela abaixo apresenta os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação:

Encerramento do período de carência (vesting)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Preço da ação na data da outorga	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
Preço estimado de exercício (<i>strike</i>)	33,45	35,41	37,46	39,35	41,38
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%
Taxa de juros livre de risco	12,80%	12,60%	12,40%	12,30%	12,20%

A taxa de dividendos esperada é de aproximadamente 1,2% ao ano. No entanto, as Opções têm dividendos protegidos, uma vez que o preço de exercício decresce de acordo com os dividendos distribuídos ao longo do tempo. Dessa forma, a taxa de dividendos utilizada no modelo de precificação foi de 0,0%.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para levar em consideração a estimativa de exercício antecipado, foi utilizado o *Simplified Method*, uma vez que as Opções se encontram praticamente *at-the-money* na data de outorga. O *Simplified Method* considera a média entre (i) o momento que as Opções adquirem o direito de aquisição e (ii) o prazo máximo para o seu exercício.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade foi calculada através do retorno dos preços das ações de empresas comparáveis, utilizando como base cinco anos, ou o máximo disponível para cada empresa, retroativos para a data de outorga. O valor da volatilidade utilizada foi de 26,2%.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

	Companhia	Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Ouro Fino Pet Ltda.	Ouro Fino México, S.A. de C.V.
Conselho de Administração	55%	0,000002%	0,000002%	0,000002%	3,6%
Diretoria	2,98%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2,00
Número de membros remunerados	2,00
Nome do plano	Itaú Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	690.739,99
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	95.135,50
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Sim*

* As condições de resgate estão contidas no plano contratado.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/ 2015	31/12/2014	31/12/ 2015	31/12/2014
Número de membros	2,00	2,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	2,00	0,00	3,00	0,00	2,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.901.775,87	805.068,00	306.000,00	305.000,00	72.000,00	30.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.646.903,67	796.068,00	204.000,00	30.000,00	72.000,00	30.000,00
Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	1.774.339,77	800.568,00	248.000,00	124.000,00	72.000,00	30.000,00

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos nossos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remuneração prevista para o exercício social corrente 31/12/ 2016

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	3.249.155,90	-	-
Sociedades sob controle comum	-	2.596.016,64	144.000,00

Remuneração para o exercício social 31/12/ 2015

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	2.909.232,34	-	-
Sociedades sob controle comum	-	1.484.439,81	144.000,00

Remuneração para o exercício social 31/12/2014

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	1.250.396,13	-	-
Sociedades sob controle comum	-	878.484,11	120.000,00

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)****Brasil**

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Administrativos	148	304	332
Diretoria/executivos	9	10	10
Especialista	78	12	17
Gerente	19	29	27
Operacional	394	473	482
Supervisor	41	57	50
Técnico	20	39	44
Total	709	924	962

Ouro Fino Pet			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Administrativos	6	4	6
Diretoria/Executivos	1	1	1
Especialista	1	0	0
Gerente	3	5	6
Supervisor	0	0	0
Técnico	0	2	0
Comercial	15	13	15
Total	26	25	28

Ouro Fino Agronegócio			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Administrativos	94	62	77
Diretoria/Executivos	15	2	2
Especialista	54	5	14
Gerente	31	29	27
Operacional	60	20	18
Supervisor	23	8	7
Técnico	0	11	1
Comercial	125	144	147

Ouro Fino Agronegócio			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Total	402	281	293

México

Ouro Fino México⁽¹⁾			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Administrativos	2	2	2
Gerente	1	1	2
Comercial	1	4	14
Total	4	7	18

⁽¹⁾ Sociedade controlada diretamente pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

Colômbia

Bracol Agronegocio SAS ⁽¹⁾			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Administrativos	0	0	1
Gerente	0	0	1
Comercial	0	0	9
Total	0	0	11

⁽¹⁾ Sociedade controlada diretamente pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de terceirizados			
(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Alimentação	16	17	19
Limpeza	25	24	24
Manutenção	154	03	08
Segurança	23	25	26
Transporte	29	27	28
Total	247	96	98

Ouro Fino Agronegócio			
Número de terceirizados			

(Por atividade)	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Alimentação	2	1	2
Limpeza	6	5	5
Segurança	5	0	0
Transporte	31	7	1
Total	44	13	18

(c) Índice de rotatividade

Ouro Fino Saúde Animal		
Índice de Rotatividade		
31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
0,28%	2,60%	0,73%

Ouro Fino Pet		
Índice de Rotatividade		
31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
0,00%	2,00%	1,79%

Ouro Fino Agronegócio		
Índice de Rotatividade		
31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
0,99%	1,25%	1,02%

Ouro Fino México		
Índice de Rotatividade		
31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
0,00%	0,00%	0,00%

Bracol Agronegocio SAS		
Índice de Rotatividade		
31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
0,00%	0,00%	0,00%

14.2 Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma política de remuneração e que compreende práticas salariais e de remuneração variável

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos empregados; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho; (vi) regulamentar critérios e estabelecer controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da empresa, como por exemplo; (a) formar uma estrutura de funções adequada à realidade da Companhia, onde cada cargo tenha seu valor agregado claramente definido, subsidiando os gestores na alocação de pessoas; (b) estabelecer carreiras de cargos que estimulem e proporcionem o crescimento profissional dos empregados; (c) manter e otimizar a capacidade da empresa em obter, reter e desenvolver empregados, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, para a produtividade e para o comprometimento com objetivos e resultados; (d) favorecer a administração e o controle compartilhado das políticas de Recursos Humanos, através do corpo diretivo com o suporte consultivo da área de Recursos Humanos da Companhia; (e) dispor de instrumentos seguros para o controle de sintonia da linha de competitividade salarial e de benefícios da empresa em relação ao seu mercado; e (f) definir critérios que ampliem e flexibilizem alternativas de crescimento dos empregados na empresa estruturando meios adequados à sua movimentação horizontal e vertical, compatibilizando, racionalizando e dirigindo adequadamente os investimentos necessários.

Para consecução dos objetivos acima, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria. Conta, ainda, com o suporte de consultoria externa independente. Periodicamente e através de consultoria externa independente, são realizadas pesquisas de mercado junto a representativas empresas que espelham o painel competitivo, selecionadas em função da similaridade de atividade econômica, tecnologia de produtos e serviços, patrimônio líquido, localização geográfica, número de empregados entre outros aspectos de natureza técnica. Esse procedimento permite manter o controle de sintonia permanente do poder competitivo das estruturas salariais, bem como contribui para diagnosticar e corrigir possível vulnerabilidade.

A Companhia utiliza diversas regras para a movimentação dos seus empregados e consecução de sua política de remuneração salarial, dentre as quais destacamos: (i) alteração de cargos e salários, seja de forma individual, baseado no mérito pelo desempenho, ou de forma coletiva, decorrentes de reajustes salariais, de alterações na lei ou dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de representação; (ii) transferência interna de seus empregados, incentivando a renovação das forças de trabalho, fator que apresenta-se como fator altamente motivacional; e (iii) reposicionamento e reavaliação dos cargos, decorrentes de alteração de deveres, responsabilidades e funções dos empregados.

A política de remuneração variável compõe a remuneração total dos empregados, como forma de remunerar o desempenho dos profissionais pelo alcance de resultados e metas pré-acordadas

entre gestores e seus colaboradores. As metas deverão ser específicas, mensuráveis, realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido pelo profissional. São elegíveis os empregados até o nível da coordenação e especialistas das empresas do Grupo Ouro Fino.

(b) política de benefícios

A Companhia possui benefícios concedidos a seus colaboradores e extensivos às suas famílias. Dentre os diversos benefícios, destacamos: (i) direito a três refeições por dia; (ii) direito a cesta básica; (iii) cartão horta, relacionada ao Projeto Nossa Horta; (iv) assistência médica; (v) assistência odontológica; (vi) convênio com farmácia; (vii) auxílio creche; (viii) centro de esporte e lazer; (ix) seguro de vida; (x) plano de previdência privada; (xi) auxílio bolsa estudo; (xii) curso de idiomas; e (xiii) auxílio transporte.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

São elegíveis a participar do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (“**Plano de Opção**”) os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle. As características do Plano de Opção encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A atuação da Companhia junto às entidades sindicais, representativas de seus colaboradores pautar-se-á pelas condutas das empresas da Companhia, que sempre mantiveram uma postura de respeito à organização sindical, à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva, primando pelo diálogo e pela busca de soluções negociadas. Neste sentido, a Companhia não possui histórico negativo no relacionamento com as entidades sindicais, representativas de seus colaboradores, sendo que desde a constituição da Companhia, não houve paralisações ou greves registradas.

14.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade - UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Acionista Residente no Exterior	Nome do representante legal ou mandatário de acionista residente no exterior			CPF/CNPJ do representante legal ou mandatário		
Detalhamento por classes de ações						
Classe ação	Qtde de ações (Unidades)	Ações %				
BNDES Participações S.A.						
00.383.281/0001-09	Brasileira - RJ	Não	Não	17/10/2014		
	6.666.788	12,357573%	0	0,000000%	6.666.788	12,357573%
	Não			-		-
Norival Bonamichi						
263.572.166-15	Brasileiro - SP	Sim	Sim	17/10/2014		
	14.834.135	27,496586%	0	0,000000%	14.834.135	27,496586%
	Não			-		-
Jardel Massari						
263.940.816-04	Brasileiro - SP	Sim	Sim	27/06/2016		
	15.319.616	28,396475%	0	0,000000%	15.319.616	28,396475%
	Não			-		-
G.A. Brasil VII Fundo de Investimentos em Participações						
21.120.650/0001-40	Brasileira - SP	Sim	Não	31/08/2016		
	9.138.407	16,938972%	0	0,000000%	9.138.407	16,938972%
	Não			-		-
OUTROS						
	7.990.060	14,810394%	0	0,000000%	7.990.060	14,810394%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	53.949.006	100,000000%	0	0,000000%	53.949.006	100,000000%

15.3 - Distribuição de capital

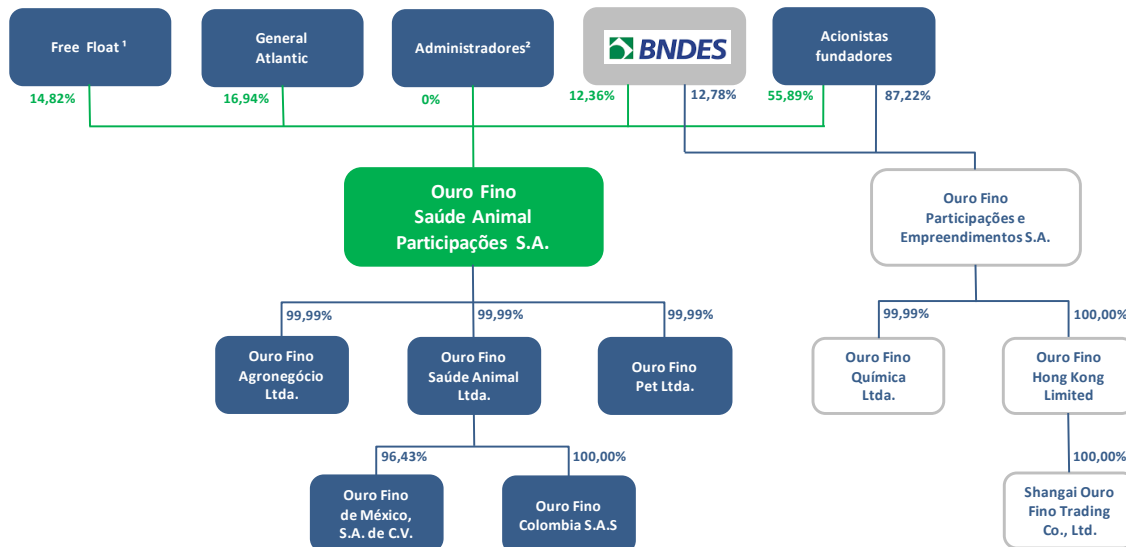
Data da última assembleia / Data da última alteração	31/08/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	544
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	78

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas as ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	23.795.255	44,11%
Quantidade preferenciais (Unidades)	-	-
Total	23.795.255	44,11%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



¹ General Atlantic e BNDES também estão incluídos no free float.

² Aqui não estão computadas as ações dos Acionistas Fundadores, que também são administradores da Companhia, para evitar duplicidade na contagem das participações.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Partes	Norival Bonamichi, Jardel Massari (" Acionistas Principais ") e GA Latin America Investments, LLC (" General Atlantic "). Intervenientes Anuente: Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
Data de celebração	29 de setembro de 2014.
Prazo de vigência	O acordo de acionistas entrou em vigor mediante o encerramento da oferta pública inicial de ações da Companhia (" IPO "). O acordo de acionistas será extinto caso a General Atlantic e qualquer de suas afiliadas se tornem titulares de menos de (i) 50% da participação por eles detida no encerramento do IPO, sendo certo que nenhum evento de diluição no âmbito do qual direitos de preferência ou prioridade não sejam concedidos à General Atlantic será considerado para o cálculo do limite estabelecido acima; ou (ii) 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Nos termos do Acordo de Acionistas, as partes comprometem-se a (i) proferir seus votos em todas e quaisquer assembleias gerais da Companhia; (ii) fazer com que a Companhia exerça seus direitos de voto nas sociedades controladas; e (iii) instruir seus representantes nos órgãos de gestão da Companhia a cumprir com as disposições do Acordo de Acionistas. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece matérias que estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da General Atlantic, quais sejam (i) qualquer alteração nos contratos de rateio e de licenciamento de marcas da Companhia, os quais se encontram descritos no item 16.1 deste Formulário de Referência; (ii) qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor de R\$5 milhões anuais; ou (iii) qualquer alteração das disposições estatutárias da Companhia estabelecendo que tais transações entre partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos conselheiros independentes do Conselho de Administração e, se aplicável, pela assembleia geral de acionistas, sem que sejam computados os votos dos Acionistas Principais. Para maiores informações sobre o Acordo de Acionistas, veja o item 15.7 deste Formulário de Referência.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários	Nos termos do Acordo de Acionistas, a General Atlantic terá o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu respectivo suplente, conforme aplicável.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Nos termos do Acordo de Acionistas, a General Atlantic não poderá alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações de emissão da Companhia que venha a subscrever por um período de nove meses após a liquidação do IPO (exceto por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas).
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração	Não existem demais restrições ou vinculação do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais estão descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

2016

a. evento	Incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. ("General Atlantic")																														
b. principais condições do negócio	A operação consiste na incorporação da totalidade do patrimônio líquido da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., a valor contábil, pela Companhia, dando causa à extinção da personalidade jurídica da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. e à sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Companhia ("Incorporação"), <i>ad referendum</i> das Assembleias Gerais da Companhia e General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., realizadas em 31 de agosto de 2016. A Companhia absorverá a totalidade dos ativos e passivos da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. e que compreendem a Participação General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. A Incorporação resultará na transferência da participação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. ao atual acionista da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., o G.A. Brasil VII Fundo de Investimento em Participações ("GA FIP"). A Incorporação não resulta em aumento de capital da Companhia, o qual permanece inalterado, e, portanto, não há alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia. Não há, como resultado da Incorporação, qualquer alteração nos direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da Companhia existentes, e as ações de emissão da Companhia transferidas ao GAFIP terão direitos patrimoniais e políticos idênticos às demais ações de emissão da Companhia atualmente em circulação.																														
c. sociedades envolvidas	Companhia e General Atlantic.																														
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Sucessão da General Atlantic pela G.A. Brasil VII Fundo de Investimentos em Participações																														
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes da Operação</p> <table border="1" data-bbox="453 1361 1343 1886"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ações Ordinárias</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Jardel Massari</td> <td>15.319.616</td> <td>28,40</td> </tr> <tr> <td>Norival Bonamichi</td> <td>14.834.135</td> <td>27,50</td> </tr> <tr> <td>Administradores</td> <td>850.352</td> <td>1,58</td> </tr> <tr> <td>BNDESPAR</td> <td>6.666.788</td> <td>12,36</td> </tr> <tr> <td>General Atlantic</td> <td>9.138.407</td> <td>16,94</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>7.139.708</td> <td>13,23</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>53.949.006</td> <td>100,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Após a Operação</p> <table border="1" data-bbox="453 1953 1343 2024"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ações Ordinárias</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Ações Ordinárias	%	Jardel Massari	15.319.616	28,40	Norival Bonamichi	14.834.135	27,50	Administradores	850.352	1,58	BNDESPAR	6.666.788	12,36	General Atlantic	9.138.407	16,94	Outros	7.139.708	13,23	Total	53.949.006	100,00		Ações Ordinárias	%			
	Ações Ordinárias	%																													
Jardel Massari	15.319.616	28,40																													
Norival Bonamichi	14.834.135	27,50																													
Administradores	850.352	1,58																													
BNDESPAR	6.666.788	12,36																													
General Atlantic	9.138.407	16,94																													
Outros	7.139.708	13,23																													
Total	53.949.006	100,00																													
	Ações Ordinárias	%																													

	Jardel Massari	15.319.616	28,40
	Norival Bonamichi	14.834.135	27,50
	Administradores	850.352	1,58
	BNDESPAR	6.666.788	12,36
	G.A. Brasil VII Fundo de Investimento em Participações	9.138.407	16,94
	Outros	7.139.708	13,23
	Total	53.949.006	100,00
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 31 de agosto de 2016 com base no Protocolo e Justificação de Incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. pela Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., celebrado entre as administrações da Companhia e da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. em 15 de agosto de 2016.		

2014

a. evento	Celebração de Acordo de Investimento
b. principais condições do negócio	<p>Em 26 de setembro de 2014, a Companhia e seus acionistas controladores, Jardel Massari e Norival Bonamichi, celebraram com a firma de <i>private equity</i> GA Latin America Investments, LLC (“General Atlantic”) um Acordo de Investimento por meio do qual, sujeito a determinadas condições abaixo descritas, a General Atlantic firmou um compromisso de efetuar um investimento na Companhia, mediante a subscrição e/ou aquisição de ações ordinárias, direta ou indiretamente, por meio de fundo de investimento em participações constituído nos termos da Instrução CVM 391, de 16 de julho de 2003, ou por uma subsidiária, no montante de R\$200 milhões (“Acordo de Investimento”).</p> <p>O referido Acordo de Investimento foi firmado como resultado de uma negociação privada entre as partes, mas o compromisso de investimento da General Atlantic foi liquidado no âmbito da oferta pública inicial de ações ordinárias de emissão da Companhia (“IPO”). A General Atlantic não participou do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, no âmbito do IPO.</p> <p>A obrigação da General Atlantic de subscrever e/ou adquirir R\$200 milhões em ações ordinárias de emissão da Companhia, com base em uma avaliação <i>pre money</i> da Companhia de R\$1.300 milhões, sujeitou-se às seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a conclusão do IPO com liquidação simultânea à liquidação da aquisição e/ou subscrição das ações ordinárias de emissão da Companhia pela General Atlantic; • a celebração pelos acionistas controladores da Companhia e pela General Atlantic de um acordo de acionistas da Companhia, eficaz a partir da conclusão do IPO, assim entendida a data de liquidação do IPO, nos termos

do qual (a) a General Atlantic terá o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu respectivo suplente, se aplicável; e (b) estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da General Atlantic, a deliberação de (i) qualquer alteração nos contratos de rateio e de licenciamento de marcas, os quais se encontram descritos nos itens 3.3 e 16.1 deste Formulário de Referência, respectivamente; (ii) qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor de R\$5 milhões anuais, individualmente ou no agregado; ou (iii) qualquer alteração das disposições estatutárias da Companhia estabelecendo que tais transações entre parte relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos conselheiros independentes do Conselho de Administração e, se aplicável, pela assembleia geral de acionistas, sem que o voto do Jardel Massari e Norival Bonamichi sejam computados;

- o preço máximo a ser pago pela General Atlantic, no âmbito do Acordo de Investimento, de R\$26,00 por ação ordinária de emissão da Companhia;
- na hipótese da precificação do IPO indicar uma avaliação implícita *pre money* acima de R\$1.300 milhões, a General Atlantic ficará desobrigada a realizar a subscrição e/ou aquisição referida acima, mas terá o direito de subscrever e/ou adquirir ações da Companhia no valor de até R\$200 milhões;
- o antigo Diretor Presidente da Companhia, Sr. Dolivar Coraucci Neto e o antigo Diretor de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Fabio Lopes Júnior, bem como o Sr. Carlos Henrique Henrique (“Vendedores”) e/ou os Srs. Jardel Massari e Norival Bonamichi, (a) não tenham resiliado ou de qualquer forma rescindido o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado, em 26 de setembro de 2014, por meio do qual os Vendedores se comprometeram a alienar a totalidade de suas respectivas participações na Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.; e (b) liquidem referida compra e venda, com pagamento do preço e transferência das respectivas ações em até 90 dias contados a partir do IPO; e
- a não ocorrência de alterações relevantes e/ou adversas na situação financeira, negocial, econômica, patrimonial e jurídica da Companhia desde 30 de junho de 2014.

Tendo em vista que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia no âmbito do IPO foi fixado em R\$27,00, a General Atlantic subscreveu e/ou adquiriu, por meio do G.A. BRASIL VII Fundo de Investimento em Participações e sua investida General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., 7.407.407 ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, que corresponde a um investimento de R\$199.999.989,00 na Companhia.

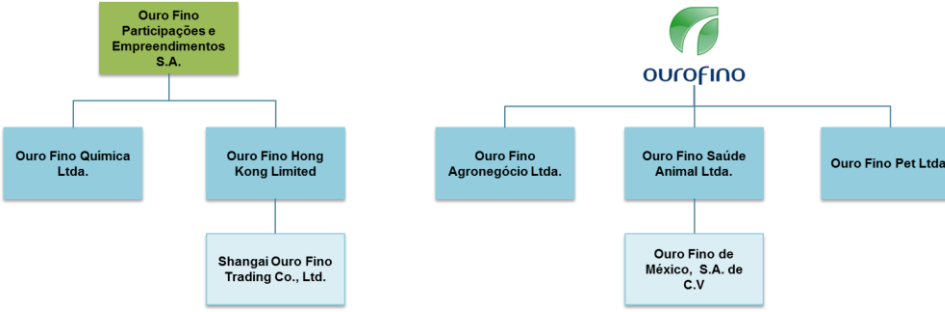
O acordo de acionistas entrou em vigor mediante a conclusão do IPO e será extinto caso a General Atlantic e qualquer de suas afiliadas se tornem titulares de menos de (i) 50% da participação acionária por eles detida na data de conclusão do IPO, sendo certo que nenhum evento de diluição no âmbito do qual direitos de preferência ou prioridade não sejam concedidos à General Atlantic será considerado para o cálculo do limite estabelecido acima; ou (ii) 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Foi estabelecido no Acordo de Investimento, ainda, que a General Atlantic não poderá alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações ordinárias de emissão da Companhia por ela subscritas e/ou adquiridas por um período de nove meses após a conclusão do IPO (exceto por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas).

	Para maiores informações sobre o Acordo de Investimento e sobre o Acordo de Acionistas, vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.		
c. sociedades envolvidas	Companhia e General Atlantic.		
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Entrada da General Atlantic no quadro societário da Companhia.		
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes do IPO		
		Ações Ordinárias	%
	Jardel Massari	18.438.557	36,88
	Norival Bonamichi	18.438.557	36,88
	BNDESPAR	9.966.788	19,93
	Dolivar Coraucci Neto	996.679	1,99
	Fábio Lopes Júnior	996.679	1,99
	Carlos Henrique	996.678	1,99
	General Atlantic	0	0,00
	Outros	166.062	0,33
	Total	50.000.000	100,00
	Após o IPO		
		Ações Ordinárias	%
Jardel Massari	14.834.135	27,50	
Norival Bonamichi	14.834.135	27,50	
BNDESPAR	6.666.788	12,36	
Dolivar Coraucci Neto	801.845	1,49	
Fábio Lopes Júnior	801.845	1,49	
Carlos Henrique	356.728	0,66	
General Atlantic	7.407.407	13,73	
Outros	8.239.424	15,27	
Total	53.942.307	100,00	

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	<p>Não aplicável, considerando que na época da operação acima mencionada, a Companhia ainda não havia realizado a sua oferta pública inicial de ações e portanto não possuía ações em circulação no mercado e, conseqüentemente, acionistas minoritários que fizessem jus à adoção de mecanismos para garantir um tratamento equitativo.</p> <p>Não obstante, a Companhia conduziu todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.</p>
---	--

a. evento	Cisão parcial da Ouro Fino Participações e posterior incorporação pela Companhia
b. principais condições do negócio	<p>Em 30 de junho de 2014, a Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. sofreu cisão parcial no valor contábil de R\$188.626.985,84, especificamente relacionada às empresas do Grupo Ouro Fino do segmento de saúde animal, quais sejam, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., a Ouro Fino Pet Ltda., a Ouro Fino Agronegócio Ltda. e a Ouro Fino de México, S.A. de C.V. Ato contínuo, as participações anteriormente detidas pela Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. foram incorporadas pela Companhia através de um aumento de capital no mesmo valor da cisão, passando a Companhia a possuir um capital social de R\$188.627.285,84.</p> <p>As atas das assembleias gerais da Companhia e da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. que aprovaram a cisão foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário Comercial" em 5 de setembro de 2014. Nos termos do artigo 233 da Lei das Sociedades por Ações, o prazo para oposição de credores com relação à operação se encerra em 4 de dezembro de 2014.</p>
c. sociedades envolvidas	Companhia, Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Pet Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino de México, S.A. de C.V.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Após a cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., a Companhia passou a ser controladora direta da Ouro Fino Saúde Animal Ltda., da Ouro Fino Pet Ltda. e da Ouro Fino Agronegócio Ltda. e controladora indireta da Ouro Fino de México, S.A. de C.V.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes</p> <pre> graph TD A[Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.] --- B[Ouro Fino Química Ltda.] A --- C[Ouro Fino Hong Kong Limited] A --- D[Ouro Fino Agronegócio Ltda.] A --- E[Ouro Fino Saúde Animal Ltda.] A --- F[Ouro Fino Pet Ltda.] C --- G[Shangai Ouro Fino Trading Co., Ltd.] E --- H[Ouro Fino de México, S.A. de C.V.] </pre>

	<p>Depois</p> 
<p>f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</p>	<p>Não aplicável, considerando que na época da operação acima mencionada, a Companhia ainda não havia realizado a sua oferta pública inicial de ações e portanto não possuía ações em circulação no mercado e, conseqüentemente, acionistas minoritários que fizessem jus à adoção de mecanismos para garantir um tratamento equitativo.</p> <p>Não obstante, a Companhia conduziu todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.</p>

2013

<p>a. evento</p>	<p>Alienação de ativos relevantes</p>
<p>b. principais condições do negócio</p>	<p>Em 10 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. aprovou a descontinuação da divisão de genética do Grupo Ouro Fino, exercida especificamente pela Ouro Fino Agronegócio Ltda., que compreendia atividades de criação e comercialização de gado puro de origem e cavalo raça crioulo.</p>
<p>c. sociedades envolvidas</p>	<p>Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Agronegócio Ltda.</p>
<p>d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia</p>	<p>Não houve efeitos da operação no nosso quadro acionário.</p>
<p>e. quadro societário antes e depois da operação</p>	<p>Não houve efeitos da operação no nosso quadro acionário.</p>
<p>f. mecanismos utilizados para</p>	<p>Não aplicável, considerando que na época da operação acima mencionada, a Companhia ainda não havia realizado a sua oferta pública inicial de ações e portanto</p>

garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	<p>não possuía ações em circulação no mercado e, conseqüentemente, acionistas minoritários que fizessem jus à adoção de mecanismos para garantir um tratamento equitativo.</p> <p>Não obstante, a Companhia conduziu todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.</p>
---	--

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações da Companhia com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia ou para quaisquer outras partes.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Em atenção às melhores práticas de governança corporativa, e em aderência às especificidades de seu modelo de negócio, foi aprovada, em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 29 de setembro de 2014, e alterada em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, uma Política de Transações com Partes Relacionadas. Esta política tem por objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia está disponível no website da Companhia, no seguinte endereço: <http://ri.ourofino.com/>

Em 30 de julho de 2014, a Companhia celebrou um contrato por meio do qual outorgou a licença de uso de suas marcas para a Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., a Ouro Fino Química Ltda., a Ouro Fino Hong Kong Limited e a Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd., a título oneroso, por um valor de R\$ 1.500.000,00 para o primeiro período de 10 anos de vigência do contrato. A licença para o uso referem-se às marcas de titularidade da Companhia, especificamente no que tange às atividades do segmento agroquímico do Grupo Ouro Fino.

Em 26 de setembro de 2014, a Companhia celebrou um contrato com seus acionistas controladores, Jardel Massari e Norival Bonamichi, por meio do qual outorgou a licença de uso de determinadas classes de marcas relacionadas à marca "Ouro Fino" para o condomínio rural de propriedade de seus acionistas controladores, localizado no município de Guataporã, Estado de São Paulo, a título oneroso, por um valor de R\$ 5.000,00 por ano, sendo que o contrato possui um prazo de vigência de 10 anos. A licença tem por objetivo a promoção da marca "Ouro Fino" por meio de sua exposição através das atividades pecuárias desenvolvidas em tal condomínio rural de propriedade dos acionistas controladores da Companhia, o que incluirá sua exposição e divulgação em eventos relacionados a animais de elite reconhecidos nacionalmente com ampla divulgação em campeonatos e exposições do setor pecuário.

Os quadros abaixo apresentam as operações com partes relacionadas celebradas pelas Companhia e suas controladas:

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	30/06/2014	R\$3.171.090,75	R\$909.870,98	R\$3.171.090,75	N/A	Não	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com as partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (" Compartilhadoras "), com anuência da companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2015 são relativos a controladoria, tecnologia da informação, recursos humanos, auditoria interna e conservação patrimonial, sendo que atualmente apenas as áreas relativas a folha de pagamento, marketing e tecnologia da informática são compartilhados. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 15 dias corridos contados a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento. O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Credor	Especificar		-			
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo "montante envolvido" refere-se ao total das operações do ano de 2015.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.	30/06/2014	R\$208.005,44	R\$28.674,52	R\$208.005,44	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Ouro Participações e Empreendimentos S.A. é sociedade sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com as partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (" Compartilhadoras "), com anuência da companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2015 são relativos a controladoria, jurídico, tecnologia da informação, recursos humanos, auditoria interna e conservação patrimonial, sendo que atualmente apenas as áreas relativas a folha de pagamento, marketing e tecnologia da informática são compartilhados. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 15 dias corridos contados a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento. O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Credor		Especificar				-
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo "montante envolvido" refere-se ao total das operações do ano de 2015.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Condomínio Rural Ouro Fino	Ano de 2015	R\$84.425,52	R\$24.119,18	R\$84.425,52	N/A	Não	N/A
Relação com o emissor	Condomínio Rural Ouro Fino possui como sócios os Senhores Jardel Massari e Norival Bonamichi, acionistas controladores da Companhia.						
Objeto do contrato	Operações comerciais de venda de medicamentos veterinários, mediante vendas spot.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Credor	Especificar			-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a receber decorrente a vendas de medicamentos veterinários. O valor apresentado no campo "montante envolvido" refere-se ao total das operações do ano de 2015.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Norival Bonamichi e Outro – Condomínio	01/01/2014	R\$855.977,39	R\$0,00	R\$855.977,39	05 anos	Não	N/A
Relação com o emissor	Norival Bonamichi e Outro – Condomínio é um condomínio rural constituído pelos Acionistas Controladores da Companhia						
Objeto do contrato	O contrato de rateio de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda., controladas da companhia, com as partes relacionadas Ouro Fino Química Ltda. e Norival Bonamichi e Outro – Condomínio (“ Compartilhadoras ”). Em termos gerais, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o rateio e reembolso de despesas de determinadas atividade administrativas desenvolvidas por uma parte em favor da outra, dentro de uma área comum de aproximadamente 33 hectares da Fazenda São Martins, no município de Guataporá, Estado de São Paulo, utilizada por todas as partes deste contrato. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para o rateio das despesas. O contrato tem prazo determinado de 5 anos podendo ser denunciado por qualquer das partes e a qualquer momento, mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 90 dias de antecedência.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a pagar decorrente do rateio de despesas do contrato. O valor apresentado no campo “montante envolvido” refere-se ao total das operações do ano de 2015.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Executivos da Companhia e empresas controladas	31/12/2015	R\$864.512,91	R\$864.512,91	R\$864.512,91	N/A	Não	N/A
Relação com o emissor	Executivos da Companhia e empresas controladas.						
Objeto do contrato	Saldo de contas a receber em decorrência de alterações na participação societária nas controladas Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda..						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Credor		Especificar				-
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a receber de executivos da Companhia e empresas controladas.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados	
Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd.	30/07/2014	R\$ 100.000,00 para o ano de 2015.	R\$41.666,65	R\$100.000,00	20 anos	Não	N/A	
Relação com o emissor	Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd. são sociedades sob controle comum com a Companhia.							
Objeto do contrato	O objeto do contrato é o licenciamento oneroso e não exclusivo das marcas Ouro Fino para exercer as atividades de forma direta e/ou indiretamente, dos segmentos de fabricação, distribuição, trading, importação, exportação, fabricação por conta e ordem de terceiros e venda de produtos agroquímicos entre outros relacionados Para os primeiros 05 anos de vigência do Contrato, o valor anual devido pelo licenciamento das Marcas é de R\$ 100.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos primeiros cinco anos de uso da marca (Período Inicial). Para os próximos 05 anos após o Período Inicial o valor anual pelo licenciamento das Marcas é de R\$ 200.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos cinco anos de uso da marca após o Período Inicial (Período Adicional) e, para os próximos anos após o Período Adicional, o valor anual será obtido através de avaliação do valor de mercado a ser determinado por um comitê independente, de acordo com os parâmetros estabelecidos no contrato.							
Garantia e seguros	N/A							
Rescisão ou extinção	N/A							
Posição contratual da emissora	Credor	Especificar					-	
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Contrato de licenciamento de marcas.O valor apresentado no campo "montante envolvido" refere-se ao total das operações do ano de 2015.							

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	31/12/2015	R\$740.112,45	R\$581.734,87	R\$740.112,45	Indeterminado	Sim	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com as partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (“ Compartilhadoras ”), com anuência da companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio e compartilhamento de despesas da Ouro Fino Química Ltda. para a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., relativa, substancialmente, a despesas de escritório na China responsável por processos de importação, assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados são relativos a controladoria, jurídico, tecnologia da informação, recursos humanos, auditoria interna e conservação patrimonial. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 15 dias corridos contados a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento. O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a pagar decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo “montante envolvido” refere-se ao total das operações do ano de 2015.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15/02/2008	R\$16.156.388,00	R\$808.346,79	R\$16.156.388,00	15/04/2016	Sim	2,23% a.a. acima da taxa de captação de recursos externos do BNDES e 2,23% a.a. acima da TJLP
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Financiamento destinado à construção de prédio corporativo para abrigar todas as unidades de negócio, internalização da produção de comprimidos, construção de unidade de orais e sólidos, ampliação da tancagem e de produção de defensivos para uso em animais, ampliação da estação de tratamento de esgoto e obras para reaproveitamento do ar condicionado das áreas limpas para os almoxarifados, todos na unidade de Cravinhos/SP, e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários aos projetos citados.						
Garantia e seguros	Norival Bonamichi e Jardel Massari prestam fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e foi celebrada hipoteca. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposições aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.						
Posição contratual da emissora	Devedor	Especificar		-			
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Financiamento com o BNDES						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	12/02/2010	R\$4.816.000,00	R\$538.435,55	R\$4.816.000,00	15/08/2016	Sim	Subcrédito A - 1,95% a.a. TJLP + 1% a.a.; Subcrédito C e D - 3,15% a.a. TJLP + 1% a.a.; Subcrédito B - 1,95% a.a. TJLP; Subcrédito E - 4,5% a.a.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Financiamento destinado à construção de prédio corporativo para abrigar todas as unidades de negócio, internalização da produção de comprimidos, construção de unidade de orais e sólidos, ampliação da tancagem e de produção de defensivos para uso em animais, ampliação da estação de tratamento de esgoto e obras para reaproveitamento do ar condicionado das áreas limpas para os almoxarifados, todos na unidade de Cravinhos/SP, e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários aos projetos citados.						
Garantia e seguros	Norival Bonamichi e Jardel Massari prestam fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda.. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposição aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.						
Posição contratual da emissora	Devedor	Especificar		-			
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Financiamento com o BNDES						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	25/05/2007	R\$12.400.000,00	R\$32.027,30	R\$12.400.000,00	15/01/2016	Sim	Subcrédito A e C - 3,2% a.a. acima da taxa de despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Subcrédito B e D - 3,7% a.a. para o B e 3,2% a.a. para o D - ambos + TJLP.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Financiamento destinado à implantação de duas novas unidades industriais para a produção de medicamentos terapêuticos hormonais e para o desenvolvimento e produção de vacinas contra a febre aftosa, no município de Cravinhos/SP e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à esse projeto.						
Garantia e seguros	Foi celebrada hipoteca e Norival Bonamichi e Jardel Massari prestam fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda.. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposição aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar				
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Financiamento com o BNDES						
Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados

BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	De 07/05/2010 até 10/12/2015	R\$2.033.628,98	R\$1.364.385,01	R\$2.033.628,98	7 à 10 anos	SIM	R\$1.579.062,40 contratados a 4,50% a.a. R\$178.198,72 contratados a 8,7% a.a. R\$276.367,86 contratados a 9,5% a.a.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Os contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A. ou com o Banco Rabobank International Brasil S.A. são repasses de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME – integrante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a aquisição de maquinários.						
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento desses contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. concedeu em alienação fiduciária os bens adquiridos com os recursos dos repasses e o Sr. Jardel Massari e o Sr. Norival Bonamichi, prestaram fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. com as respectivas outorgas uxórias da Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari e da Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi (quando aplicável). A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	(i) não pagar pontualmente as prestações previstas no instrumento, ou se não dispuser de saldo suficiente nas datas dos respectivos vencimentos para que o credor promova os lançamentos contábeis destinados a liquidações, conforme autorização para débito em conta; (ii) sofrer protesto cambiário, requerer a sua recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver a sua falência ou insolvência civil requerida, ou por qualquer motivo encerrar suas atividades; (iii) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (iv) prestar informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; (v) prestar informações que, se de conhecimento do credor, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; (vi) tornar-se inadimplente em outras operações mantidas junto ao credor; (vii) exceder o limite do crédito concedido; (viii) desviar no todo ou em parte os bens dados em garantia; (ix) não mantiver em dia o seguro dos bens dados em garantia; e (x) não reforçar no prazo indicado na comunicação que lhe for feita pelo credor as garantias constituídas.						
Posição contratual da emissora	Devedor	Especificar					-
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Oito contratos de financiamento para aquisição de maquinários com o Banco do Brasil S.A. ou Banco Rabobank International Brasil S.A.						
Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados

Executivos da Companhia e empresas controladas	31/12/2015	R\$78.209,00	R\$78.209,00	R\$78.209,00	N/A	Sim	N/A
Relação com o emissor	Executivos da Companhia e empresas controladas.						
Objeto do contrato	Saldo a pagar em decorrência de aquisição de participação em empresas controladas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a pagar à executivos da Companhia e empresas controladas.						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
General Atlantic Ouro Fino Participações S.A.	31/08/2016	n/a	n/a	n/a	Indeterminado	n/a	n/a
Relação com o emissor	General Atlantic Ouro Fino Participações é acionista da Companhia.						
Objeto da operação	A operação consiste na incorporação, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., pela Companhia, da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A.						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Posição contratual da emissora	n/a		Especificar <u>n/a</u>		-		

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
General Atlantic Ouro Fino Participações S.A.	31/08/2016	n/a	n/a	n/a	Indeterminado	n/a	n/a
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	<p>A operação consiste na incorporação da totalidade do patrimônio líquido da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., a valor contábil, pela Companhia, dando causa à extinção da personalidade jurídica da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. e à sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Companhia ("Incorporação"), <i>ad referendum</i> das Assembleias Gerais da Companhia e General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., realizadas em 31 de agosto de 2016. A Companhia absorverá a totalidade dos ativos e passivos da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. e que compreendem a Participação General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. A Incorporação resultará na transferência da participação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. ao atual acionista da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., o G.A. Brasil VII Fundo de Investimento em Participações ("GA FIP"). A Incorporação não resulta em aumento de capital da Companhia, o qual permanece inalterado, e, portanto, não há alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia. Não há, como resultado da Incorporação, qualquer alteração nos direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da Companhia existentes, e as ações de emissão da Companhia transferidas ao GA FIP terão direitos patrimoniais e políticos idênticos às demais ações de emissão da Companhia atualmente em circulação.</p> <p>Para mais informações sobre a Incorporação, ver "Comunicação sobre Transações com Partes Relacionadas" divulgada pela Companhia em 9 de setembro de 2016, disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br).</p>						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para a não prestação da informação:

As informações relativas ao item 16.2 foram prestadas na seção 16.1 deste Formulário de Referência.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, segundo a qual o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Ao Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é submetida a decisão acerca de todas as nossas operações, conforme competência descrita pelo nosso Estatuto Social vigente. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo. Em especial, o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação.

A escolha da empresa que será contratada sempre leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento do mercado, entre outros.

Nos casos de contratos de locação a ser celebrados com partes relacionadas, os valores praticados são baseados em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, exclusivamente para este fim.

16.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
25/04/2017	59.690.148,39		0	0	0
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/04/2017	59.690.148,39		0	0	0
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/04/2017	358.796.778,41		53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	Capital Autorizado				
20/08/2014	550.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição/ Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/06/2014	Assembleia Geral	30/06/2014	188.626.985,84	Subscrição particular	188.626.985	0	188.626.985	500,00	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor patrimonial da ação.								
Forma de integralização		Incorporação do acervo cindido da Ouro Fino Participações, avaliado em R\$188.626.985,84.								
25/09/2014	Assembleia Geral	25/09/2014	3.819.137,68	Subscrição particular	209.521	0	209.521	0,02024698	18,23	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Laudo de avaliação das quotas de emissão da Ouro Fino Agronegócio Ltda. e da Ouro Fino Pet Ltda.								
Forma de integralização		Conferência de bens, nos termos do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, consistentes em quotas da Ouro Fino Agronegócio e da Ouro Fino Pet.								
17/10/2014	Conselho de Administração	17/10/2014	51.923.079,00	Subscrição pública	1.923.077	0	1.923.077	0,26980509	27,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor de mercado, definido após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ") no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. realizado pelos Coordenadores da Oferta no Brasil, e pelas instituições financeiras que realizaram esforços de colocação das ações de emissão da Companhia no exterior, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das ações de emissão da Companhia, em conformidade com as disposições do §1º, I e §7º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 23, parágrafo 1º e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional.								
13/11/2014	Conselho de Administração	13/11/2014	54.519.210,00	Subscrição pública	2.019.230	0	2.019.230	0,22310134	27,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor de mercado, definido após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ") no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. realizado pelos Coordenadores da Oferta no Brasil, e pelas instituições financeiras que realizaram esforços de colocação das ações de emissão da Companhia no exterior, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das ações de emissão da Companhia, em conformidade com as disposições do §1º, I e §7º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 23, parágrafo 1º e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional.								
12/07/2016	Conselho de	12/07/2016	217.717,50	Subscrição	6.699	0	6.699	0,00072842	32,50	R\$ por Unidade

Administração		particular								
Critério para determinação do preço de emissão		Valor definido conforme o disposto na Cláusula 4.1 do Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Companhia e o Beneficiário em 31 de dezembro de 2014 que estabelece como preço de emissão o valor de R\$ 28,22 (vinte e oito reais e vinte e dois centavos), corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M e deduzido o valor por ação de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas durante o período compreendido entre a data da outorga e o exercício das opções em 06/07/2016.								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional.								
25/04/2017	Assembleia Geral Ordinária Extraordinária	25/04/2017	59.690.148,39	Sem emissão	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, pois este aumento de capital não originou a emissão de novas ações								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional.								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferências	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferências	Quantidade total ações
Grupamento						
20/08/2014	188.627.485	0	188.627.485	62.875.828	0	62.875.828
Grupamento						
25/09/2014	63.085.349	0	63.085.349	50.000.000	0	50.000.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag Along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo legal de 25% do saldo de lucro líquido do exercício anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, devem ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.
Direito a voto	Pleno
Descrição de voto restrito	Não aplicável
Conversibilidade	Não
Condição de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características de reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as nossas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição à circulação	Não
Descrição da restrição	Não aplicável
Possibilidade de resgate de ações	Não
Hipótese de resgate e fórmula de cálculo do valor do resgate	Não aplicável
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de voltar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia,

**Outras características
relevantes**

nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Direito e participação em oferta pública por alienação de controle: Nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, caso ocorra uma oferta pública por alienação de controle da Companhia, o ofertante deverá realizar nova oferta pública de aquisição de ações direcionada a todos os acionistas da Companhia, nas mesmas condições e valores da oferta inicial.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há, no estatuto social da Companhia, regras que representam limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No entanto, há regras estatutárias que obrigam os acionistas a realizar oferta pública de aquisição de ações em determinadas situações.

O artigo 37 do nosso Estatuto Social indica que a alienação de controle da sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas da Sociedade, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

A oferta pública de aquisição de ações também será exigida, de acordo com parágrafo único do artigo 37 do nosso Estatuto Social: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na alienação de controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nesta alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Para os fins deste item, os termos Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante, Alienação de Controle, Comprador e Poder de Controle, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Novo Mercado e no nosso Estatuto Social.

Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 37 do nosso Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de nossa emissão nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Nós não registraremos qualquer transferência de ações ao Comprador do Poder de Controle, ou àquele(s) que vier(em) a deter o nosso Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social da Companhia facultam à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício dos direitos dos acionistas. Além desta previsão, o estatuto social da Companhia não estabelece mais nenhuma exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social - 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor média cotação(Reais)	Valor maior cotação(Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	54.166.687	33,59	35,00	31,00	R\$ por Unidade
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.172.335	32,08	35,00	29,02	R\$ por Unidade
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.714.951	29,25	32,00	27,39	R\$ por Unidade
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	66.360.673	28,82	29,99	26,60	R\$ por Unidade

Exercício social- 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor média cotação(Reais)	Valor maior cotação(Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	133.547.022	29,33	31,80	27,00	R\$ por Unidade
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	-	-	-	-	R\$ por Unidade
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	-	-	-	-	R\$ por Unidade
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	-	-	-	-	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código OFSA3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Descrição de títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Oferta Pública Inicial de Ações

Em 20 de agosto de 2014, a Assembleia Geral da Companhia autorizou a realização de uma oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão Companhia. O aumento do capital social da Companhia no contexto da oferta foi aprovado em 17 de outubro de 2014, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$51.923.079,00, passando o então capital social de R\$192.446.623,52 para R\$244.369.702,52, mediante a emissão de 1.923.077 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00.

Em 13 de novembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia em decorrência do exercício da opção de ações do lote suplementar, no montante de R\$54.519.210,00, mediante a emissão de 2.019.230 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00, passando o então capital social de R\$244.369.702,52 para R\$298.888.912,52.

18.10- Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 17 de outubro de 2014, a Companhia concluiu a oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão ("Oferta"). A Oferta foi realizada em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003. Como resultado da Oferta, no âmbito da distribuição primária, foram emitidas de 1.923.077 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço de R\$ 27,00 por ação, representando um aumento de capital social no montante de R\$51.923.079,00, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2014.

Adicionalmente, em 13 de novembro de 2014, houve o exercício da opção de ações do lote suplementar, com a emissão, também no âmbito da distribuição primária, de 2.019.230 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço por ação de R\$27,00, representando um aumento de capital no montante de R\$54.519.210,00, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data.

Nesse sentido, e conforme divulgado no Prospecto Definitivo disponibilizado em 17 de outubro de 2014, os recursos provenientes da distribuição primária, no montante total de R\$106.442.289,00, após a dedução de comissões e despesas relacionadas à Oferta, foram destinados: (i) à aceleração do plano de crescimento no mercado local, por meio do desenvolvimento da plataforma de biotecnologia, e expansão internacional em mercados-chave, como México e Colômbia; e (ii) à redução do nível de endividamento, com a amortização de alguns contratos de empréstimo e mútuos que possuíamos. Cabe ressaltar que os recursos ainda disponíveis continuarão a ser destinados para os objetivos propostos.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no Prospecto Definitivo da Oferta.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no Prospecto Definitivo da Oferta.

18.11- Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria desde a sua constituição, em 10 de abril de 2014.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não manteve valores mobiliários em tesouraria desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1. Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	20/08/2014
Pessoas vinculadas: Cargo e/ou função	A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso a informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários (" Pessoas Vinculadas ").
Principais características e locais de consulta	<p>Esclarecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das nossas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as pessoas vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.</p> <p>A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: <i>site</i> da Companhia (ri.ourofino.com); <i>site</i> da CVM (www.cvm.gov.br) e <i>site</i> da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).</p>
Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; (ii) o prazo em que estiver em curso a negociação pela Companhia de valores mobiliários de sua própria emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios; e (iv) o prazo em que existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21.1 Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à BM&FBOVESPA (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à BM&FBOVESPA pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da BM&FBOVESPA, em 20 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.” (“**Política de Divulgação**”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, quais sejam: os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os administradores, os conselheiros fiscais, diretores, os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, os empregados e executivos com acesso a informações relevantes e, ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“**Destinatários**”). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas.

A Política de Divulgação visa a prover os acionistas da Companhia e ao mercado em geral a melhor simetria possível na disseminação das informações, bem como a assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, evitando, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias NEO1; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.ourofino.com), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) no preço de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a esta difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando nossos padrões sobre segurança de correspondência eletrônica;
- encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e

- em qualquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.